



Universidade de Brasília

Heitor Simão Afonso Ambrósio

**Moeda e papel do Estado: o caráter ortodoxo ou heterodoxo
da política econômica em Angola**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia para a obtenção do grau de Doutor em Economia.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas
Departamento de Economia

Professora Orientadora: Maria de Lourdes Rollemberg Mollo

Brasília

Março de 2019

**Moeda e papel do Estado: o caráter ortodoxo ou heterodoxo da política
econômica em Angola**

Heitor Simão Afonso Ambrósio

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Economia para a obtenção
do grau de Doutor em Economia.

**Professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo
Orientadora – Departamento de Economia - UnB**

**Professor Saulo Quadros
Ministério da Economia**

**Professora Ana Paula Vidal Bastos
Departamento de Gestão de Políticas Públicas - UnB**

**Professora Adriana Moreira Amado
Departamento de Economia - UnB**

Professor Daniel Bin - UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força que me proporcionou para alcançar o grau de doutor.

Agradeço aos meus pais (Sabino Garcia e Rosa Pedro Afonso Garcia) pela sabedoria que transbordaram em mim. Aos irmãos Ambrósio pela força e confiança depositada em mim nessa luta. À família em geral, em especial aos meus tios pais Simão Pedro e Celmira na dedicação pela minha educação até me tornar um homem.

Agradeço a minha noiva, ao meu cunhado e à Avó da minha noiva por me receberem de braços abertos e pela paciência que tiveram comigo.

Agradeço aos meus amigos que sempre me deram força, Adilson Vicente, Policarpo Quipungo, Luís Maria, José Luís, Gersom Malalo, Leo Cruz, João de Jovita, André Manassa, Aldimiro Micas, Dorivaldo Adão, Adamaraldo Gamba, Jonathan Mpotto, Ursila, João De Paula e tantos outros.

Agradeço também aos Srs. João Tomás e João J. da Rocha pela contribuição de última hora sobre a parte histórica de Angola.

Agradeço aos meus colegas de luta do doutorado e da Universidade, em especial a Natália Vieira, ao Henrique Rogê, ao Charles Massami, ao Henrique Barros, ao Mauro Patrão, ao Jorge Ortega, ao Juliano Vargas, ao André Cavalcanti, ao Matheus Paiva, ao Theo Antunes, Gustavo Silva, Santiago Ravassi, etc. Aos professores do curso de economia, em especial a minha orientadora pela sabedoria, pelo ensinamento, pela paciência, pela dedicação e entrega, e pela didática usada para me orientar. Agradeço por ter me aceitado como orientando e por confiar em mim. Só tenho que agradecer ao Senhor, pois, foi ele que me enviou até a senhora. Espero que continue sempre assim, simples, atenciosa, dedicada, etc., com seus orientandos. Minha referência.

Agradeço ao Colegiado da FACE pela oportunidade que me concederam na aprovação do projeto para cursar o doutorado, que não é fácil, nessa instituição de renome. Realmente foi difícil, mas valeu a minha fé e foco.

Agradeço ao Governo brasileiro, através do programa PEC-PG (Capes), pela bolsa concedida e ao meu Governo pela cooperação mantida com este Estado, nesse domínio. Ao povo brasileiro em geral.

Espero que o trabalho venha a contribuir no futuro para o desenvolvimento do país, do ponto de vista das prescrições de políticas econômicas e do debate acadêmico.

*A tarefa do intelectual não é ser inconveniente.
Deve criticar as instituições e trazer com elas soluções.*

Domenico de Masi (Sociólogo)

RESUMO

Considera-se ortodoxia econômica o pensamento econômico tradicional e dominante ao longo do tempo. Trata-se do pensamento liberal que compreende a liberdade do mercado como o melhor meio de regular os sistemas econômicos capitalistas. A ação do Estado, para a ortodoxia, tem um papel desnecessário ou até nocivo – como é o caso quando o Estado é visto como responsável pela inflação - que deve ser evitado ou reduzido. Esta visão decorre de supostos de exogeneidade e neutralidade da moeda que estão por trás da aceitação da lei de Say e da Teoria Quantitativa da Moeda.

Do outro lado, temos o pensamento econômico heterodoxo que defende a importância da moeda e o papel do Estado. A moeda não é neutra, ou seja, pode afetar de forma duradoura a economia real, e também não é exógena, o que reduz a responsabilidade do Estado sobre a inflação. Assim, a intervenção do Estado via política monetária pode estimular o nível de atividade na economia e, por sua vez, a renda e o emprego. Também a política fiscal pode e deve ser usada neste sentido. Esse é o papel do Estado que a heterodoxia econômica acredita.

Esta tese discute o andamento da economia de Angola e das políticas econômicas lá implementadas, à luz das divergências entre a ortodoxia econômica (neoclássicos, novos clássicos e novos keynesianos) e a heterodoxia econômica (pós keynesianos e marxistas).

Palavras Chave: Ortodoxia, Heterodoxia, Moeda, Estado, Angola.

ABSTRACT

Economic orthodoxy is considered the traditional and dominant economic thinking over time. Neoliberal thinking understands market freedom as the best means of regulating capitalist economic systems. State action, for orthodoxy, plays an unnecessary or even harmful role – since the State is seen as responsible for inflation – which must be avoided or curtailed. This view stems from suppositions of exogeneity and neutrality of the currency that lie behind the acceptance of Say's Law and the Quantitative Theory of Money.

On the other hand, we have heterodox economic thinking that defends the importance of money and the role of the State. Currency is not neutral, that is, it can permanently affect the real economy, and it is also not exogenous, which reduces the State's responsibility for inflation. Thus, State intervention through monetary policy can stimulate the level of activity in the economy, in turn, income and employment. In addition, fiscal policy can and should be used in this sense. This is the role of the State that economic heterodoxy believes.

The objective of this thesis is to discuss the progress of the Angolan economy and the economic policies implemented there, in the light of the differences between economic orthodoxy (Neoclassical, New classics and New Keynesians) and economic heterodoxy (Pos Keynesian and Marxist).

Key words: Orthodoxy, Heterodoxy, Currency, State, Angola.

LISTA DE ESQUEMAS, TABELAS E GRÁFICOS

Esquema 1 – (A) Eficiência marginal do capital, taxa de juros e investimento.....	62
Esquema 2 – (B) Incerteza e crises	66
Esquema 3 – (C) O circuito financiamento para o investimento	68
Esquema 4 – (D) Investimento/poupança.....	71
Tabela 1 – Nível de desenvolvimento de países africanos (SADC).....	117
Tabela 2 – Indicadores econômicos (1975 – 1988)	126
Tabela 3 – Indicadores econômicos (1989 – 2001)	128
Tabela 4 – Redução da moeda estrangeira em relação a nacional.....	140
Tabela 5 – Empréstimo da China	151
Tabela 6 – Produto interno bruto por ramos de atividade (Estrutura percentual)	151
Gráfico 1 – Despesas governamentais e efeito multiplicador	41
Gráfico 2 – (a) Mercado e moeda	42
Gráfico 2 – (b) Deslocamento da demanda agregada	43
Gráfico 3 – Evolução das variáveis monetária e crescimento	135
Gráfico 4 – Receitas petrolíferas 2004 – 2017 (produção e preço)	136
Gráfico 5 – Evolução da taxa de redesconto, inflação e do produto	137
Gráfico 6 – Evolução da taxa BNA, da inflação e do crescimento	138
Gráfico 7 – Taxa BNA, crédito e investimento em capital.....	139
Gráfico 8 – Evolução dos investimentos em capital público	144
Gráfico 9 – Endividamento público e PIB	145
Gráfico 10 – Evolução dos investimentos em capital.....	147
Gráfico 11 – Sobre a confiança do empresário	147
Gráfico 12 – Evolução da força de trabalho e do emprego	149
Gráfico 13 – Evolução da taxa de desemprego e do PIB	149
Gráfico 14– Distribuição percentual da população empregada, segundo a atividade econômica principal (2015 – 2016)	150
Gráfico 15 – Principais destinos das exportações petrolíferas e receitas.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Banco Central
BNA	Banco Nacional de Angola
BPA	Banco Popular de Angola
CASA-CE	Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral
CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica
CP	Curto Prazo
DA	Demanda Agregada
DM	Demanda por Moeda
D-M	Dinheiro – Mercadoria
EMC	Eficiência Marginal do Capital
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FT	Força de Trabalho
INE	Instituto Nacional de Estatística
IS-LM	Investment Saving-Liquidity Preference Money Supply
I	Investimento
i	Taxa de juros
L	Nível de emprego
LP	Longo Prazo
M	Moeda
MPLA	Movimento de Libertação Popular de Angola
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
P	Nível de Preço
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	República Democrática do Congo
S	Poupança
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SEF	Saneamento Económico e Financeiro

TQM	Teoria Quantitativa da Moeda
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
V	Velocidade de Circulação da Moeda
Y	Produto Real

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – A ortodoxia, o papel da moeda e do Estado desnecessário ou nocivo para estimular o desenvolvimento	18
1.1. Teoria Quantitativa da Moeda: neutralidade e exogeneidade	18
1.1.1. A equação de trocas e a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM).....	20
1.2. A política monetária e as imperfeições da política fiscal	32
1.2.1. O papel da política monetária apenas para controlar preços e a exogeneidade da moeda	32
1.2.2. Os problemas da política fiscal (<i>crowding-out</i> ; externalidades; comportamento <i>rent seeking</i>)	38
Capítulo 2 – A heterodoxia econômica, a importância da moeda e o papel sempre necessário e eficiente do Estado – O pensamento Pós-keynesiano	56
2.1. Visão crítica sobre a Teoria Quantitativa: não neutralidade e endogeneidade	56
2.2. O papel da política monetária para estimular o investimento e o emprego	73
2.3. O papel da política fiscal para estimular o investimento e, então, o crescimento da renda e do emprego	74
2.4. Coordenação de políticas e a política discricionária	79
Capítulo 3 – A heterodoxia econômica: marxistas, a importância do dinheiro e o papel do Estado necessário, mas nem sempre eficiente	87
3.1. Importância do dinheiro para Marx	87
3.2. A importância do crédito no capitalismo (dinheiro de crédito e acumulação)	95
3.3. A heterodoxia do pensamento monetário marxista: Lei de Say e a TQM	99
3.4. O papel do Estado e o dinheiro	102
Capítulo 4 – As divergências entre ortodoxos e heterodoxos e a economia de Angola	115
4.1. Breve descrição da economia angolana com destaque para seus principais problemas	115
4.1.1. Caracterização e história de Angola	115
4.1.2. Breve história	117
4.1.3. As questões do crescimento, de inflação e do desemprego	129
4.2. A evolução da política econômica ao longo dos 15 anos (2004 – 2018)	132

4.2.1. Política monetária.....	134
4.2.2. Política fiscal	141
Sumário e Conclusões.....	153
Referências Bibliográficas	157

INTRODUÇÃO

O pensamento tradicional em economia, ou ortodoxia econômica, pode ser visto como aquele que, conforme Mollo (2004), aceita a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda ao longo do tempo. O pensamento ortodoxo não vê importância na moeda e no papel dos governos para intervir nos mercados e afetar de forma duradoura o crescimento econômico, e isso decorre, entre outras coisas, da forma como concebe a moeda e sua influência sobre os fenômenos econômicos. Já o pensamento progressista, ou heterodoxia econômica, faz o contrário. Não aceita a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda como válidas, e isso decorre de concepções sobre a moeda distintas, assim como conduz a conceber o papel do Estado como importante para resolver ou atenuar problemas de desemprego e crises, por meio de políticas monetária ou fiscal, afetando o crescimento e o desenvolvimento econômicos.

O objetivo desta tese é discutir a política econômica em Angola, nos últimos anos, mais particularmente após a longa guerra que ocorreu no país entre os anos de 1975 e 2002. Neste período, Angola contou com governos de esquerda, herdeiros do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA-PT).¹

Espera-se de governos de esquerda, a adoção de medidas e instrumentos de políticas econômicas heterodoxas, porque estas se opõem ao caráter conservador e tradicional que domina a economia até hoje, ao longo da história do capitalismo. Espera-se, em particular, que procurem garantir uma melhor inserção do trabalhador na relação capital-trabalho, por meio de aumento do emprego e dos salários. Entretanto, a dominação do pensamento ortodoxo no mundo, particularmente nos países mais desenvolvidos, pode levar à predominância da formação de economistas de viés conservador, e à dominação do receituário de política econômica ortodoxo, mesmo em alguns destes países. É o que vamos avaliar nesse trabalho, analisando se estas políticas econômicas adotadas por eles como, em particular, as políticas monetária e fiscal, foram sempre ortodoxas ou heterodoxas. Discutiremos isso ao longo da série 2004-2018.

¹ O Movimento de Libertação Popular de Angola - Partido do Trabalho (MPLA-PT), é um partido de esquerda marxista-leninista. Vem governando o país até hoje. O primeiro Governo foi o de Agostinho Neto; o segundo de José Eduardo dos Santos; o terceiro de João Manuel Gonçalves Lourenço.

A escolha do período de análise deve-se ao fato de que somente após libertar-se de Portugal e encerrar-se a guerra civil foi possível, de fato, se falar em política econômica em Angola. Para entender a situação do país antes disso, e a formação ortodoxa ou heterodoxa dos seus dirigentes no período de análise, faremos aqui breve histórico da situação política e econômica em Angola.

Ao analisar Angola é preciso levar em consideração quatro períodos distintos da sua história política, econômica e social. Esses períodos são: o período pré-colonial, o colonial, o pós-colonial (guerra civil) e o período pós-guerra civil ou de paz. O período pré-colonial era aquele em que as relações socioeconômicas eram formadas por linhagens, clãs ou tribos onde havia a divisão de trabalho e a produção servia para troca direta. E ela termina até a chegada dos portugueses em 1484.

Os portugueses chegaram com o objetivo principal de captar escravos para exportação. Após a abolição da escravatura, os portugueses se fixaram em Angola, nessa altura já como província ultramarina, para a exploração de novos recursos de exportação como, por exemplo, o diamante e o café. O interesse era o contínuo enriquecimento da metrópole. Na década de 70, o maior recurso de interesse na colônia foi o petróleo (DILOLWA, 2000). Nessa altura, o Governo português procurou desenvolver o país e ampliar as áreas produtivas (agrícolas e industriais), com o único objetivo de aumentar a produção e a exportação.

Nas décadas de 50 a 60 começaram a surgir os chamados movimentos de libertação de Angola, o MPLA, a UNITA e a FNLA, com o objetivo de libertar o povo angolano do jugo colonial. Como Portugal não estava interessado em libertar o país, mesmo após a derrubada do regime militar salazarista (Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974), surge uma onda de manifestações que culminaram com a “luta de libertação de Angola” em 1975, pondo fim ao período colonial.

A derrubada do regime salazarista culminou com a libertação das colônias portuguesas na África. As independências dessas colônias se iniciaram em 1973, com a declaração unilateral da República da Guiné-Bissau, e continuaram até 1975. Mas Angola era a única nação que Portugal não pretendia ver livre, devido aos interesses econômicos ligados, principalmente, à potencialidade dos seus recursos naturais. Em janeiro de 1975 foi assinado o acordo de Alvor entre três movimentos: o Movimento Popular de Libertação de

Angola (MPLA) liderado por Agostinho Neto, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) liderado por Jonas Savimbi e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) liderado por Holden Roberto. O acordo buscava dividir o poder entre os três movimentos, após a independência do país. Assim, o novo Governo revolucionário iniciou negociações com os três principais movimentos no período de transição para a implantação de um regime democrático em Angola.

Após a luta armada, havia a necessidade de se organizar o país, já com uma Angola independente, e era preciso haver uma coordenação para o futuro governo entre os três movimentos. Até porque os portugueses haviam deixado o país em ruínas e era preciso negociar, inclusive, o calendário do acesso de Angola à independência (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2012). Essa foi a razão para a assinatura do mencionado acordo.²

Segundo Gonçalves (2008:77), o acordo foi mal orientado, apresentando lacunas, sendo a principal delas “a vontade política das três forças reconhecidas no acordo de terem o monopólio não apenas do poder, mas também do próprio direito de expressão política. Tal vontade reduzia a intenção de se aplicar o que fora acordado”³. Além disso, para Ferreira (1985:84), “o desenvolvimento do capital industrial português era relativamente recente”. Assim, quanto maior o tempo até a independência, maior seria o grau da participação da economia portuguesa em uma exploração neocolonial em nível internacional. Ademais, “a concessão de independência às colônias, e a Angola especialmente, iria pôr em causa todo o sistema político implantado na metrópole, e uma transição teria de ser extremamente cuidadosa e, por isso, morosa” (FERREIRA, 1985:84). Na verdade, Portugal pretendia voltar para um novo modelo de exploração do tipo neocolonial. Tudo isso conduziu a uma antecipação da proclamação da independência por parte do MPLA e, logo em seguida, dois outros movimentos, o que levou Angola a uma pesada guerra civil que destruiu o país até 2002. Ao longo desse período Angola foi arrasada.⁴

² Informações sobre os artigos do acordo em Universidade de Coimbra (2012). Disponível em:<<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>>. Acessado em 21 de março de 2019.

³ A ausência de mecanismo eleitoral concreto e a negação de representatividade a dissidentes daquelas forças ou a pessoas politicamente independentes favoreceu o clima de intolerância e de confronto armado, fator que, por si só, esmagava a confiança necessária ao desenvolvimento de qualquer economia (GONÇALVES, 2008:77).

⁴ Na década de 70, as grandes potências mundiais já se faziam presentes no apoio aos movimentos. O MPLA era apoiado pelas forças socialistas, a Unita pela China e a FNLA pela França, Bélgica e Congo Democrático. Na guerra civil, o apoio da Unita passou a ter origem nos países capitalistas, em particular aos EUA.

O movimento que governava o país nessa época era o MPLA, um grupo de ideologia socialista e de segmento Marxista-Leninista. Este movimento surge em 10 de Dezembro de 1956 decorrente de um grupo de patriotas angolanos que deram a conhecer o Manifesto do amplo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apelando para a constituição, em todo o território nacional, de muitas organizações independentes entre si, de modo a poderem resistir melhor e iludir a vigilância das forças coloniais de repressão ocupantes. Nessa linha de atuação, já se haviam criado o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento para a Independência de Angola (MIA), o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA) e o PCA (embrião do efémero Partido Comunista de Angola), que, fundidos, deram origem ao MPLA, e que, rapidamente, galvanizou o povo para a luta contra o colonialismo, transformando-se no instrumento decisivo para a satisfação das aspirações de independência, de paz e de progresso social (MPLA, 2019). Os principais intervenientes na criação desse movimento foram os jovens assimilados⁵ e intelectuais da época, como Antônio Agostinho Neto, com estudos em Medicina na Universidade de Coimbra, em Portugal; Viriato Clemente da Cruz, com estudos no Liceu Salvador Correia, em Luanda; e o Mário Pinto de Andrade (primeiro presidente do MPLA), com estudos em Filosofia Clássica, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.⁶ Estes e outros membros que faziam parte do grupo tiveram na época uma educação conservadora.

Após a proclamação da independência este Governo foi assumido por Antônio Agostinho Neto, um intelectual formado em Portugal. O país veio a conhecer uma grande perda, com a morte do Presidente Agostinho Neto, apenas quatro anos após a independência de Angola, em setembro de 1979. Viriato da Cruz morre em 1973 e Mário Pinto morre em 1990. Até aqui muitos intelectuais do MPLA foram formados em universidades conservadoras. A partir daí, porém, o Governo é assumido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, um intelectual formado em engenharia de petróleos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (União Soviética-URSS). Nessa época vários membros do MPLA seguiram formação na União Soviética, em Cuba, na Argélia ou em países socialistas⁷.

⁵ Entende-se por assimilados aqueles angolanos que conseguiram alguma projeção frente aos colonizadores, em termos de formação e nível de renda.

⁶ A. Neto, Mário P. de Andrade e outros estudantes e intelectuais de países da lusofonia africana criaram o Centro de Estudos Africanos, em 1951, com o objetivo de refletir sobre problemáticas importantes de África.

⁷ Até os anos 1970, a maioria parte dos intelectuais de Angola e do MPLA foi formada em Angola, no liceu Salvador Correia (escola de ensino médio portuguesas), e em Portugal. Na década de 1970 muitos quadros

Do ponto de vista econômico, a formação que dominava nas faculdades era conservadora ou ortodoxa (do lado de Portugal ou dos países capitalistas) assim como domina na academia até hoje. Tanto os formados em escolas ortodoxas, quanto os formados em escolas socialistas, alguns ainda se encontram presentes na vida política de Angola, como o presidente que assumiu o Governo após a morte de Agostinho Neto, que se formou na União Soviética. Neste caso, é de se esperar uma visão de política econômica mais heterodoxa.

Além disso, apesar de Angola se encontrar em guerra civil nesse período de 1975 a 1989, grande parte do financiamento angolano para o desenvolvimento do país se deu pela antiga União Soviética e pelo Clube de Paris. Mas, conforme Goularti Filho e Chimbulo (2014), na década de 1990, a maior parte do financiamento que era voltada para o desenvolvimento do país foi financiado por instituições ortodoxas, em particular o Clube de Paris, orientada pelo FMI. No caso do FMI ou do Banco Mundial esse financiamento foi todo com condicionalidades amplamente conhecidas, de natureza ortodoxa, o que explica a ortodoxia possível na política de Angola.⁸ Como parte do financiamento estava vindo dessas instituições, com o enfraquecimento da União Soviética, o confronto entre duas posições (FMI e URSS) pode ter se acentuado. De modo geral, esses financiamentos eram pagos com as receitas do petróleo e foram concedidos até 2000. Observamos até hoje essa prática de pagamentos (ROCHA, 2011; FERNANDES, 2015).

Com o fim da guerra em 2002, o Governo angolano enfrentava graves problemas na sua estrutura econômica. Assim, houve a necessidade de novo financiamento para a reconstrução de infraestruturas, e para as reformas estruturais macroeconômicas, com o objetivo de se reduzir o desemprego e o grau da pobreza. A obtenção destes empréstimos foi dificultada pelo FMI, alegando falta de organização nas contas nacionais de Angola. Ou seja, como relata Fernandes (2015), "a forma crítica como a comunidade internacional via a governação de Angola, assim como a reorientação das prioridades geopolíticas da União

do MPLA, além de seguirem formação nos países capitalistas, também começaram a seguir formação em países socialistas, em particular em países da Europa do leste.

⁸ Segundo Fernandes (2015), no decorrer da guerra, o Governo do MPLA manteve uma relação conturbada com as instituições de *Bretton Woods*, particularmente em 1989, período em que Angola acedeu como membro de pleno direito ao FMI e ao Banco Mundial.

Europeia e dos Estados Unidos, traduziram-se no adiamento sucessivo da conferência de doadores”.

Daí porque, a partir de 2003, o Governo angolano recorreu ao financiamento chinês, pagos com receitas do petróleo, já que o preço do petróleo, o Brent - petróleo de referência angolana - já vinha crescendo, atingindo, segundo dados de Fernandes (2015:57), a cotação de US\$ 25,02 em 2002 e US\$ 28,83 em 2003. Com esse financiamento, a prioridade se centrava principalmente nos investimentos em infraestruturas como pontes, estradas nacionais, etc., de maneira a cumprir, o PRR (Programa de Reconstrução e Reabilitação) definido logo após o fim da guerra civil.⁹

A partir de 2000, porém, o FMI continuou mantendo relações com Angola por meio do “programa de monitorização” (SMP), com todas as condicionalidades ortodoxas conhecidas, culminando em 2009 com o Acordo Stand-By (acordo de consulta técnica) e um pedido de financiamento que veio a se concretizar em 2011. Assim, além da China, o FMI continuou sendo um parceiro importante no contexto econômico de Angola.

O objetivo desta tese é então analisar se Angola, com um governo de esquerda que buscava se distanciar da ortodoxia conservadora dominante nas universidades e nas instituições internacionais, conseguiu, de fato, romper com essa ortodoxia, ou se foi mais forte tal dominação ortodoxa, contida na formação dos vários dirigentes e nas pressões dos organismos financeiros internacionais.

A tese discutirá, em particular, a posição sobre a moeda e as consequências para as concepções sobre o papel do Estado e as consequentes prescrições de políticas monetária e fiscal. Para isso, ela contará com quatro capítulos. O primeiro tratará da ortodoxia econômica, e da pequena importância que tem a moeda, apreendendo como desnecessário e até nocivo o papel do Estado. O segundo tratará da heterodoxia econômica pós-keynesiana, concebendo a moeda como muito importante e, com isso, atribuindo um papel considerável ao Estado em matéria de política monetária, o mesmo ocorrendo com o papel da política fiscal. O terceiro capítulo é dedicado à heterodoxia econômica marxista. Esta

⁹ “O Governo definiu o Programa de Reconstrução e Reabilitação (PRR) logo em 2002, após o final da guerra. O documento deveria servir de proposta de base para a negociação entre o Governo de Angola e uma aguardada conferência de doadores. No Programa era concedida clara prioridade à construção e reabilitação de infraestruturas viárias, dada a situação de deterioração do país, a que se somavam despesas de reassentamento e reinserção social das populações deslocadas e desminagem (22,3%), governação, gestão macroeconómica (13,5%) e despesas sociais” (FERNANDES, 2015:50).

também apreenderá um papel importante da moeda no capitalismo, e a análise crítica deste sistema permitirá ver o Estado como necessário, o mesmo ocorrendo com seu papel via políticas monetária e fiscal, mas limitado para resolver problemas que decorrem do próprio sistema capitalista, sem a sua transformação. O quarto capítulo analisará a evolução da política econômica de Angola, buscando destacar o seu caráter mais ou menos heterodoxo. Dados os problemas considerados importantes de serem resolvidos pelos próprios governos como, por exemplo, a inflação e o desemprego, a ideia é julgar a natureza ortodoxa ou heterodoxa dos instrumentos de política monetária e fiscal usados para alcançá-los.

CAPÍTULO 1

A ortodoxia, o papel da moeda e do Estado desnecessário ou nocivo para estimular o desenvolvimento

Preliminarmente, importa dizer que as abordagens monetárias ortodoxas são chamadas assim, como consta no início do trabalho, porque são dominantes ao longo do tempo e mesmo nos dias de hoje. Segundo Silva (1992), o pensamento na era clássica, que se estende a partir do final do século XVIII, vem de várias vertentes.

Primeiro, a vertente tradicional e dominante da teoria clássica, representada por Ricardo e que teve seu desenvolvimento com Fisher, Friedman e mais recentemente com a escola das expectativas racionais. Uma *segunda* vertente dessa ortodoxia, cujo expoente é Thornton, que influencia Mill, Wicksell e Hayek (SILVA, 1992:14).

O objetivo do capítulo é abordar a visão convencional sobre a Teoria Quantitativa da Moeda, a partir da teoria monetária e seus elementos principais de moeda neutra e exógena. Outro objetivo é, a partir dessa noção de moeda, analisar o papel do estado para os ortodoxos, e como se articulam com as conclusões da teoria quantitativa.

1.1 Teoria Quantitativa da Moeda: neutralidade e exogeneidade

A discussão sobre a teoria monetária se iniciou nos séculos XVIII e XIX, prevalecendo a separação na análise entre os fenômenos da economia real e os fenômenos da economia monetária. Por um lado, a teoria econômica se propunha a analisar a determinação dos preços relativos das mercadorias, através do comportamento da oferta e procura, em que variáveis monetárias não eram determinantes no processo (SILVA, et al., 1992).

A teoria monetária que se volta fundamentalmente para a determinação do nível geral dos preços, a partir de variáveis monetárias – estoque e velocidade de circulação da moeda, é a teoria quantitativa da moeda. A economia real trata de preços relativos determinados por ofertas e procuras que têm como base preferências e tecnologias.

A compreensão da TQM, segundo Aftalion & Poncet (1981), pressupõe oito proposições que validam o pensamento monetarista sobre a moeda, conforme a seguir:

1. A procura da moeda é uma função estável no tempo e depende apenas de um pequeno número de variáveis limitadas e explicativas. Portanto, V é estável e depende de hábitos da população e das instituições;
2. A quantidade nominal de moeda existente em um dado momento em uma economia é determinada de forma dominante pelo comportamento das autoridades monetárias. Isso quer dizer que o Banco Central e o tesouro têm o poder de controlar a quantidade de moeda, além de corrigir níveis de preço. Daí a sua exogeneidade;
3. Os agentes econômicos corrigem toda a disparidade que se produz entre procura e oferta de moeda por uma reatribuição dos seus títulos de ativos financeiros e não financeiros;
4. A inflação tem essencialmente como origem uma taxa de expansão monetária demasiado elevada em relação à taxa de crescimento real da economia;
5. Por ocasião de uma expansão monetária demasiado rápida, as taxas de juros começam por descer. Depois voltam a subir e ultrapassam o seu nível anterior, porque incorporam as antecipações de altas dos preços desencadeadas por esta política monetária. A proposição inversa é verdadeira no caso de travagem monetária;
6. Existe uma taxa natural de desemprego que depende apenas das condições estruturais da economia, como infraestruturas, tecnologia, etc. Torna-se, pois, impossível fugir-lhe de forma prolongada por meio das políticas conjunturais;
7. Despesas governamentais suplementares financiadas pelo empréstimo e/ou o imposto acabam rapidamente por limitar um montante idêntico de despesas privadas, permanecendo o rendimento real inalterado;
8. A melhor política econômica consiste em um governo manter uma taxa de expansão monetária regular, compatível com um crescimento não inflacionista. Esta proposição resulta das anteriores.

Esses elementos tomam como base os fundamentos monetaristas sobre a teoria quantitativa, como expostos por Friedman (1956), mas também acha-se na base dos que

aceitam a TQM, como é o caso dos novos clássicos (SARGENT & WALLACE, 1981), que a aceitam a curto prazo, e dos novos keynesianos (BLANCHARD, 1991), que a aceitam a longo prazo. Portanto, a compreensão desse debate (caraterísticas) passa necessariamente pela equação de trocas estabelecida pelo economista Inglês E. Fisher que será exposto no ponto subsequente.

1.1.1 A equação de trocas e a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM)

Na verdade, a ideia ortodoxa de que variações do nível geral de preços são provocadas por uma alteração na oferta de moeda é antiga. “A sua paternidade atribui-se em geral a Jean Bodin, que em 1568 explicou a subida dos preços na Europa pelo afluxo dos metais preciosos provenientes do novo mundo” (AFTALION; PONCET, 1981:10).

Conforme observam Aftalion & Poncet (1981) a maioria dos economistas do pensamento clássico resgatou o debate. O economista inglês John. S. Mill “discutiu de maneira clara o tema abordado anteriormente pelo Bodin, que depois veio a se chamar teoria quantitativa, destacando a discussão sobre o conceito de velocidade da moeda” (1981:10). Outro economista famoso do pensamento clássico que discutiu a oferta monetária foi David Ricardo (1888), como observado no seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação*.

Para estender o debate, segundo (AFTALION & PONCET, 1981), “coube a Irving Fisher formular a identidade da troca sob a forma ainda hoje utilizada”. Assim, para aprofundarmos o debate sobre a teoria quantitativa é imperioso compreendermos, inicialmente, a equação de trocas, começando com o próprio Fisher.

Segundo Silva (1992), foi no início do século XX que Fisher, economista neoclássico, estabeleceu uma equação que se chamou identidade ou equação de trocas:

$$MV \equiv PT$$

[1]

onde (M) é o estoque ou a quantidade nominal de moeda, (V) a velocidade de circulação da moeda ou o número de vezes que M se utiliza nas trocas de valor, (P) o nível geral dos preços e (T) volume de transações realizadas com dinheiro durante um período.¹⁰

Depois de Marshall, Silva (1992) argumenta que o volume de transações foi transformado em (Y), o produto real da economia, conforme a equação seguinte:

$$MV = Py \quad [2]$$

Essa igualdade é apenas uma tautologia aceita por todos. Quer dizer simplesmente que a quantidade de moeda (M) vezes a sua velocidade (V) é suficiente para comprar a produção total (Y) aos seus preços (P).

Note que economistas tanto ortodoxos quanto heterodoxos, não costumam discutir a validade da equação de trocas pelo simples fato de a considerarem uma identidade, pois ela é verdadeira por definição. Entretanto, o que se discute é a validade ou não da TQM, que vem sendo discutida desde Hume, como veremos mais abaixo.

A transformação da equação de trocas em uma teoria – a TQM – depende de alguns pressupostos entre os quais os relacionados com a exogeneidade da moeda e a neutralidade dela.¹¹

O primeiro suposto da TQM é que (V) é estável porque depende de hábitos da população e da tecnologia. Como os hábitos (gostos e preferências) e a tecnologia não mudam de uma hora para outra, portanto, (V) é estável¹². Supõe-se ainda que as

¹⁰ Aftalion & Poncet (1981:11) acrescentam que, “os economistas da escola de Cambridge como A. C. Pigou, por exemplo, o público deseja manter uma fração dos seus recursos sob a forma de moeda, quer por razões de comodidade (em relação às transações efetuadas), quer por razões de segurança”. “O valor real das reservas monetárias (M/P) é então determinado pela proporção de recursos R que o público quer reter sob forma líquida: $M/P = k.R$ [equação A], em que (k) representa o (V). Pigou não sendo claro com o termo k (recursos), autores a posterior presumiram que a riqueza total, o rendimento e o volume das transações estão numa relação estável. A procura da moeda é, portanto, proporcional ao rendimento: $Md = k.P.y$ [equação B] em que (y) representa o rendimento real”. Os autores economistas da escola de Cambridge, depois de A. Marshall, propuseram uma relação entre moeda e preço fundado no conceito de procura de reservas monetárias pelos agentes econômicos.

¹¹ A equação quantitativa $MV = Py$ [equação C] revela simplesmente que, ao multiplicar a quantidade de moeda M pela velocidade V com que ela cria renda, teremos a própria renda nominal Py . Nesse sentido, é uma tautologia ou truísmo (uma verdade em si mesma), que decorre simplesmente da maneira como a definimos. Ou seja, uma identidade contábil. Passa a ser uma teoria monetária, quando estabelecemos hipóteses sobre o comportamento das variáveis no contexto de uma relação de causa e efeito - se V é ou não constante, se y está ou não a pleno emprego, etc (VASCONCELLOS, 2006:304).

¹² Após o trabalho de Friedman (1956), propondo o cálculo da demanda de moeda e assim, da velocidade de circulação da moeda (V), a partir de uma análise da moeda como um ativo de portfólio, não é

autoridades monetárias controlam (M) ou o lado esquerdo da equação, o que significa que a moeda é exógena. O produto real (y) é uma variável que está sempre no pleno emprego. Isso quer dizer que a moeda é neutra, ou seja, um aumento de (M) não afeta y .

Porém, como (V) é estável e (y) está sempre no seu pleno emprego, sendo que, o Governo pode controlar a oferta de M, temos que, se as autoridades monetárias aumentam (M), a variável de ajuste é o nível geral de preços (P), porque a velocidade de circulação da moeda (V) e o produto real da economia (y) são fixos, ou seja, não se alteram.

A conclusão é de que o aumento de (M) é a causa do aumento de (P). Portanto, a inflação, que é o aumento de (P), é causada por aumento ou excesso de (M). Além disso, como o governo é que decide sobre a quantidade de moeda a ofertar, já que ela é considerada exógena, ele é o responsável pela inflação.

O economista clássico D. Ricardo (1988) faz duras críticas às autoridades monetárias dizendo que todas as vezes que se emitiram moedas, exageram. Ele também defendia o limite da capacidade dos bancos de gerar moeda porque ela é neutra e só serve para trocas. Segundo Ricardo (1988), o Estado, ao emitir moeda, não deve se exceder, mas limitar sua quantidade para representar o estoque do ouro, ou seja, prevalecendo o vínculo entre emissão e estoque.

A ortodoxia defende que o Banco Central consegue controlar a oferta monetária. Daí o objetivo da autoridade monetária em controlar a inflação através do controle da oferta monetária. Como afirmava Ricardo, a inflação relacionava-se com o lado monetário da economia e não o real, pois ela é exógena. Enfim, é preciso considerar que a moeda seja neutra e exógena para aceitar a TQM.

Apesar do destaque desde logo da visão de D. Ricardo sobre a TQM, importa referir ao texto seminal e inspirador do pensador D. Hume (1983), *Escrito Sobre Economia*.¹³ Hume (1983) começa com uma frase bastante interessante, que diz o seguinte:

o dinheiro não é, propriamente falando, um dos objetos do comércio, mas apenas o instrumento sobre o qual concordam os homens para facilitar a troca de uma mercadoria por outra. Não é uma das rodas do comércio: é o óleo que torna mais suave e fácil o movimento das rodas (1983:201).

necessário que V seja constante, mas apenas previsível para que seja compensado pelo Banco Central com a base monetária

¹³ Muitos economistas consideram-no como um dos percursores da TQM, pois acreditam que foi o primeiro a perceber a relação entre a quantidade de moeda e nível de preços.

Ou seja, a moeda não afeta o comércio de forma duradoura, sendo então neutra.

A expressão de Hume acima, a princípio, traduz-se em uma crença sobre o véu da moeda, conforme os neoclássicos até hoje (HUME, 1983).¹⁴ O autor entendia que a falta de moeda poderia ser um empecilho para o funcionamento da máquina econômica para o desenvolvimento, mas não afetava com seu movimento, o resultado da produção.

Para Hume (1983), o aumento do estoque de moeda na economia não produzia aumento proporcional no nível de preços, por algum tempo. Ele acreditava que a moeda, no curto prazo, afetava as variáveis reais, mas deixava claro que os efeitos não se perpetuam no decorrer do tempo, no sentido de impactar a produção duravelmente.

Portanto, esse argumento é um exemplo que ele elabora sobre o “Rei da França nas frequentes operações monetárias” (1983:204). Hume afirma que,

os preços de todas as coisas dependem da proporção entre as mercadorias e o dinheiro, e de que qualquer alteração considerável em umas ou noutras tem o mesmo efeito de elevar ou diminuir o preço. Aumentem-se as mercadorias e elas tornam-se mais baratas; aumente-se o dinheiro e o valor delas sobe, da mesma forma que, por outro lado, tanto uma diminuição delas como do dinheiro tem a tendência contrária. Também é evidente que os preços não dependem tanto da quantidade absoluta de mercadorias que entrem, ou possam entrar, no mercado, e do dinheiro em circulação. Se a moeda fosse trancada em arca, o mesmo ocorreria com respeito aos preços, como se fosse aniquilada; se as mercadorias fossem acumuladas em depósitos e celeiros, dar-se-ia um efeito semelhante. Como nestes casos o dinheiro e as mercadorias nunca se encontram, não podem afetar-se mutuamente (1983:205).

Em Hume (1983:168) “o dinheiro deixa de ser visto como riqueza e passa a ser descrito apenas como representação do trabalho e das mercadorias, é como o óleo que amacia e facilita o movimento das rodas do comércio”. Para ele, a quantidade de dinheiro existente num determinado país não é um elemento de grande importância, a não ser que sirva para guerra e negociações com outros países. (1983).

Argumenta Hume que, uma variação na quantidade de moeda só produz um efeito, uma variação correspondente nos preços dos produtos e da mão de obra, pois é a proporção

¹⁴ Na verdade Hume faz um resumo simples sobre a neutralidade da moeda. Ou seja, para ele a moeda não interfere em nada. Mas é apenas o óleo. Ex.: Numa determinada indústria, os veículos precisam de óleo para se movimentar, porém, não é o óleo que movimenta, mas o motor.

entre a moeda circulante e os produtos no mercado que determina os preços (1983:168). Além do mais, Hume afirma,

quando aumenta o volume de ouro e prata num país, o acréscimo não se distribui imediatamente por todos os segmentos da sociedade e da economia. Primeiro, explica o autor, o novo dinheiro ficará concentrado em poucas mãos. Depois se espalhará mais ou menos lentamente, gerando mais empregos e aumentando a demanda antes de provocar aumentos de preços (HUME, 1983:168).

Portanto, essa parte resume perfeitamente o quanto Hume acreditava nos efeitos da moeda no curto prazo para variáveis reais da economia como investimento, emprego, produto, salário real, poupança, taxas de juros e a posteriori, no longo prazo, seu impacto era só sobre o nível geral de preços. Ele assegura que na medida em que se estimule a produção, o efeito inflacionário do aumento da oferta monetária tenderá a ser equilibrado, em parte pelo acréscimo da oferta de mercadorias – que é a única forma de criar riqueza (HUME, 1983).

Segundo Aftalion & Poncet (1981), os monetaristas acreditam que a quantidade nominal da oferta de moeda existente numa economia é determinada pelas autoridades, pois, o tesouro e o banco central têm o poder de administrar a quantidade ofertada de moeda. Além disso, os monetaristas entendem que o comportamento dos bancos comerciais, empresas não bancárias e público em geral são estáveis no tempo (procura de moeda), e previsíveis pelas autoridades monetárias, no entanto, “estas dispõem então do poder de agir sobre a evolução da quantidade de moeda, modificando os seus haveres e os seus créditos próprios” (AFTALION; PONCET, 1981). Aí está o suposto de (V) estável ou previsível e de moeda exógena.

Para os autores, “quando esse poder não é exercido voluntariamente e, no seu lugar, outros objetivos norteiam as decisões tomadas pelas autoridades, estas condicionam igualmente a evolução monetária” (1981:24). Portanto, para o monetarismo a procura de moeda é estável no tempo e a oferta de moeda depende das decisões das autoridades monetárias, banco central e tesouro (AFTALION; PONCET, 1981:41).

O economista novo keynesiano N. G. Mankiw, no seu livro *Princípios de Macroeconomia*, também recorre a Hume, na verdade, para explicar elementos afetos à equação.

Hume, economista clássico proeminente, que tratou de formular a equação de troca sugeriu que a dicotomia clássica seria útil para analisar a economia.... Mais especificamente, argumentou ele, as variáveis nominais são fortemente influenciadas por acontecimentos ocorridos no sistema monetário da economia, ao passo que o sistema monetário é, em grande medida, irrelevante para a compreensão das variáveis reais importantes (MANKIW, 2009:356).

Hume era cético, no longo prazo, quanto aos impactos da moeda sobre as variáveis reais. Ele acreditava que a moeda não tinha interferência no produto, na poupança, no investimento, nas taxas de juros e no desemprego, e logo, a moeda é um elemento inoperante com relação à economia real. Ou seja, é neutra.

Essa visão de longo prazo é seguida pelos novos keynesianos, como explicam Lopes & Andrade no final, acreditando que, por mais que se aumente a quantidade monetária, é preciso que os preços sejam flexíveis para anular o efeito monetário. Portanto, para a ortodoxia que acredita nos efeitos de curto prazo, no longo prazo, a moeda torna-se sem qualquer efeito real. Em adição, Mankiw (2009) diz que,

a produção de bens e serviços da economia depende da produtividade e da oferta de fatores, a taxa de juros real se ajusta para equilibrar a oferta e a demanda por fundos para empréstimos, o salário real se ajusta para equilibrar a oferta e a demanda de mão-de-obra e o desemprego surge quando o salário real, por alguma razão, se mantém acima do nível de equilíbrio. Essas importantes conclusões não têm nada a ver com a quantidade de moeda ofertada (2009:356).

Como um bom ortodoxo, Mankiw (2009) traz uma analogia para ajudar a elucidar o significado da não interferência da moeda nas variáveis reais.

Lembre-se de que, como unidade de conta, a moeda é o padrão de medida que usamos para medir as transações econômicas. Quando um banco central dobra a oferta da moeda, todos os preços dobram e o valor da unidade de conta cai pela metade. Uma alteração semelhante aconteceria se o governo reduzisse o comprimento do quilômetro, de 1 km = 1.000 metros para 1 km = 500 metros: por causa da nova unidade de medida, todas as distâncias efetivas (variáveis reais) se manteriam idênticas. O dólar, como o quilômetro, é apenas uma unidade de medida, de modo que uma mudança em seu valor não teria efeitos reais importantes. Será essa conclusão sobre a neutralidade monetária uma descrição realista do mundo em que vivemos? A resposta é: não completamente. Uma mudança no comprimento do quilômetro de

1.000 para 500 metros não teria grandes efeitos no longo prazo, mas no curto prazo ela certamente levaria à conclusão e a diversos enganos. De forma similar, a maioria dos economistas de hoje acredita que, em curtos períodos de tempo – um período de um ou dois anos –, há razões para pensar que alterações monetárias têm efeitos importantes sobre variáveis reais. O próprio Hume também duvidava que a neutralidade monetária se aplicasse ao curto prazo. A maioria dos economistas de hoje aceita a conclusão de Hume como uma descrição da economia de longo prazo. No decorrer de uma década, por exemplo, as alterações monetárias têm efeitos importantes sobre as variáveis nominais (como o nível de preços), mas efeitos apenas insignificantes sobre as variáveis reais (como o PIB real). Quando estudamos as mudanças de longo prazo na economia, a neutralidade da moeda fornece uma boa descrição de como o mundo funciona (2009:356-357).

Aqui o autor valida a Teoria Quantitativa da Moeda a longo prazo, quando as variáveis reais não são afetadas, apesar de alguns economistas acreditarem em alterações do produto e do emprego no curto prazo, segundo ele, geralmente um a dois anos.

Um famoso economista neoclássico, que acreditava nos efeitos da moeda no curto prazo sobre a economia real (sobre importante relevância ao crédito), mas validando a TQM no longo prazo, é Alfred Marshall.

Posto dessa maneira, no livro *Moeda e Produção*, organizado por Silva (1992), Lopes & Andrade (1992), debatem esses efeitos a partir do arcabouço teórico apresentado por Alfred Marshall, começando a abordar a influência da teoria monetária marshalliana e, mais tarde, a compreensão dos efeitos da TQM.¹⁵

Os autores compreendem que, embora a teoria monetária de Marshall seja pouco popular, ela tem bastante influência sobre a evolução da teoria monetária e a própria teoria monetária contemporânea (LOPES; ANDRADE, 1992). Eles justificam que,

a tardia publicação de ideias pela primeira vez reunidas sistematicamente por *Marshall, no Money, Credit and Commerce* (1923), mas desenvolvidas quase trinta anos antes, certamente terá contribuído para que muitas de suas proposições e questionamentos não tenham sido reconhecidas pela originalidade e rigor teórico com que foram apresentados, porquanto já amplamente assimiladas pela tradição "oral" de Cambridge. É por essa razão que o pensamento monetário de Marshall não ocupa o merecido lugar de destaque na história do pensamento econômico, sendo tampouco visto como

¹⁵ Nesse trabalho *Moeda, Crédito e Ciclos em Marshall* a pretensão dos autores era mostrar que A. Marshall não era um completo ortodoxo e via alguma importância na moeda.

influenciando decisivamente a teoria monetária moderna (LOPES; ANDRADE, 1992:83).

Segundo os autores, Keynes (1924:189) chama atenção para a genialidade de Marshall, que se manifestara não apenas no *Principles of Economics* (1890), como amplamente aceito, mas, sobretudo, no domínio da teoria monetária, salientando que:

Não há nenhuma área em economia em que a originalidade e prioridade do pensamento de Marshall são mais marcantes, ou onde a sua superioridade de discernimento e conhecimento sobre os seus contemporâneos foi maior do que aqui (teoria da moeda) (LOPES; ANDRADE, 1992:83).

Nessa ordem de ideias, segue uma discussão sobre o postulado da teoria monetária na perspectiva marshalliana à luz dos paradigmas econômicos contemporâneos, partindo da definição de moeda, dos efeitos sobre a economia não monetária. No entanto, estaremos ainda perante a aceitação da Teoria Quantitativa, embora de forma mais moderada.

Para Lopes & Andrade (1992) a definição de moeda na perspectiva de Marshall já começa a dar mostras da influência da moeda para economia real através do crédito.¹⁶ Pela definição,

a expressão moeda (*ou currency*) para Marshall pode ser usada no sentido restrito e amplo. A definição restrita refere-se ao somatório de ouro, prata e papel-moeda (Marshall, 1887-1888:35), cujo curso (aceitação) permanece inalterado quaisquer que sejam as condições de crédito prevalentes. No sentido amplo, validado a partir da existência de uma oferta elástica de crédito, os agentes econômicos passam a aceitar outros instrumentos, como cheques e notas bancárias, para aquisição de contratos e obrigações (Marshall, 1923:12-13). É importante destacar que as letras de câmbio, cuja emissão é lastreada por uma contrapartida do lado real, não são consideradas moeda, mas como substitutas desta (*idem*: 15), por exigirem conhecimento e informações comerciais especializadas por parte de quem as possui. Desta forma, Marshall parece estar sugerindo que a moeda possui um componente exógeno e outro endógeno, sendo que este último assume um papel de maior relevância apenas em momentos em que as condições gerais de crédito sejam precárias ou que inspirem desconfianças de que as reservas bancárias não sejam suficientes para fazer frente ao volume de resgates. Assim, o poder de compra da moeda poderia não manter relação de proporcionalidade com estoque metálico (LOPES; ANDRADE, 1992:84-85).

¹⁶ É interessante que pela primeira vez o termo “crédito” aparece.

Portanto, segundo Lopes & Andrade (1992) em períodos de forte contração dos níveis de empréstimo e elevação repentina das taxas de juros, para Marshall (1887), é necessário que a ejeção da moeda seja elástica. Assim sendo,

Marshall opunha-se ao estabelecimento de regras monetárias fixas.¹⁷ Em outras palavras, o que é desejado é uma moeda que expande quando os negócios expandem, e permita, portanto, ao capital real tornar-se fluido quando assim for desejável; e que contrai e, portanto, se preserve de tornar-se supérflua e diminuir de valor (LOPES; ANDRADE, 1992:85).

Afirmam Lopes & Andrade (1992) “contrariamente ao monetarismo moderno, Marshall, sustenta que as crises financeiras podem ser evitadas mediante o uso de uma política monetária ativa”,¹⁸ sendo que então, “a moeda não possui um caráter de absoluta neutralidade” (1992:85).

Essa afirmação fica clara na sua abordagem sobre o significado da teoria quantitativa. Segundo eles, “Marshall considerava como função típica do Banco Central o papel de prestador de última instância” (LOPES; ANDRADE, 1992:85).

No debate sobre demanda por moeda e a teoria quantitativa da moeda, os autores entendem que, Marshall olhava a TQM também como tautológica, ao mesmo tempo em que julgavam as condições necessárias para sua validação como quase não factíveis ou realizáveis, considerando-a quase um axioma (1992:86-87). Além do mais,

considerando a necessidade de uma função de demanda por moeda estável e, logo, da validação da teoria quantitativa, as seguintes variáveis deveriam permanecer constantes ou estáveis: i. a população; ii. O volume de negócios per capita por transacionáveis pela população; iii. O percentual desses negócios que é diretamente afetada pela moeda; e iv. A eficiência (ou rapidez de circulação média) da moeda (LOPES; ANDRADE, 1992:86-87).

¹⁷ O que é desejado é uma moeda que expande quando os negócios expandem, e permite, portanto, ao capital real tornar-se fluido quando assim for desejável; e que contrai e, portanto, se preserva de tornar-se supérfluo e diminuir de valor. A passagem citada no texto reflete o mesmo tipo de preocupação manifestada por Thornton (*Paper credit*, 1802) e por Keynes em suas objeções ao padrão-ouro enquanto arranjo monetário, contrariamente a monetarismo moderno.

¹⁸ Política monetária passiva: o Banco Central visa determinar a taxa de juros, seja pela taxa de desconto ou de remuneração dos títulos públicos. Neste caso, deixa a oferta de moeda variar livremente para manter esta taxa de juros, ou seja, a oferta de moeda fica endogenamente determinada.

Para Lopes & Andrade (1992) Marshall alega que as condições acima são difíceis de serem cumpridas, sendo que, uma vez atingidas, a TQM torna-se quase um truísmo ou axioma.¹⁹ Segundo eles,

o fato é que Marshall, ao depor sobre a dependência de variações de preços em razão de mudanças na quantidade de moeda, rejeita qualquer relação causal direta: [...] por que supondo que o volume do meio circulante permanece o mesmo, a altura dos preços médios pode ainda variar em consequência de várias causas. Na realidade, esta postura é plenamente coerente com os princípios de uma teoria de preferência pela liquidez acima mencionada (1992:87).

Além disso, outra evidência adicional que corrobora as críticas de Marshall à teoria TQM está no reconhecimento de que salários nominais e, conseqüentemente, preços possuem uma relativa rigidez.

Ordenados e salários, a menos que sejam governados por uma escala móvel, geralmente retém o seu valor nominal mais ou menos fixo, apesar das flutuações dos negócios; eles podem raramente ser modificados sem muita fricção e preocupação e perda de tempo (MARSHALL, 1923:18 CITADO POR LOPES; ANDRADE, 1992:87). A aceitação de uma relativa rigidez dos salários nominais implica restrições ao livre movimento dos preços que não poderiam, então, ajustar-se. Esta rigidez de preços corrobora, portanto, a incapacidade da TQM em explicar flutuações de preços, pois permite a possibilidade que um aumento no estoque de moeda não seja acompanhado por uma elevação nos preços. Outra razão que explica aumentos de preços independentes de variações no estoque de moeda deriva-se da excepcional importância que Marshall atribui ao papel das expectativas (especulação), não só sob ponto de vista de sua teoria de 'portfolio', mas, também, no tocante ao comportamento dos preços das *commodities* (1992:87).

Essa última razão se torna evidente quando Marshall diz o seguinte:

nós somos vagamente conscientes que um elemento de especulação é então introduzido, desnecessariamente na vida, mas poucos de nós, talvez, percebam quão importante é. A consequência desta incerteza é que, quando há possibilidade dos preços subirem, as pessoas se apressam em tomar dinheiro emprestado e comprar bens, e, portanto ajudam os preços a subir; os negócios são inflacionados, eles são gerenciados de maneira descuidada e

¹⁹ Esta posição é muito semelhante à de Keynes do *Treatise on Money* (1930), ao mesmo tempo em que se alinha com Thornton (1802).

ineficiente [...] (MARSHALL, 1923:17-18 CITADO POR LOPES; ANDRADE, 1992:88).²⁰

Lopes & Andrade (1992:88), no entanto, entendem que a TQM clássica é aceita por Marshall apenas no longo prazo, “quando flutuações nos preços são devidas aos hábitos de negócios, isto é, a variações no estoque de moeda (fluxo metálico)”.

Além do mais, como os autores começam a abordagem sobre o crédito na visão de Marshall, terminam dizendo o seguinte:

as variações de preços no curto prazo, no entanto, são primordialmente causadas por mudanças no ‘estado de expectativas’ relativas ao poder de compra da moeda, provocando instabilidade nas condições de crédito, que conduzem a variações no produto (LOPES; ANDRADE, 1992).

Finalmente, no longo prazo, os supostos da teoria quantitativa, neutralidade e exogeneidade da moeda apresentadas acima acabam, assim, por serem respondidas pelos economistas da corrente ortodoxa. Portanto, como interpretado no princípio, essas respostas serão finalizadas pelo seguinte: a variação de (M) afeta proporcionalmente a variação de (P). Então a inflação, aumento do nível geral de preços, é causada por aumento da oferta monetária.

Como a moeda é exógena, a inflação é de responsabilidade do Banco Central; esses supostos, mostrados no princípio, dependem da visão que os economistas têm da possibilidade de entesouramento. Para a ortodoxia não há racionalidade no entesouramento, porque é possível emprestar os recursos e obter com isso juros.

Como a moeda não pode ser retida a não ser de forma previsível e transitória, (V) é estável e se (V) é estável o Banco Central consegue controlar o lado esquerdo da igualdade, ou seja, (MV). Daí a exogeneidade da moeda.

A moeda se torna um elemento importante nos anos 40 em resposta às políticas conjunturais da época. Em reação a esses problemas de política econômica keynesiana, aparece M. Friedman, então jovem professor economista e estatístico norte-americano da Universidade de Chicago a partir de 1946.

²⁰ Segundo Lopes & Andrade (1992) esta passagem sintetiza todo o argumento de Marshall. Fica claro que o mecanismo pelo qual a moeda afeta os preços é distinto da teoria quantitativa clássica. A proposição é que o excesso de oferta de moeda afete os preços indiretamente via mercado de empréstimos, através da taxa de juros. Esta, por sua vez, tende a retornar ao seu valor inicial, uma vez que a elevação dos preços com a consequente expansão da renda nominal reequilibra o mercado monetário.

Considerado o pai da escola monetarista, Friedman (1956) surge para responder sobre a ineficácia dessas políticas, por um lado, e demonstrar o papel da moeda, por outro.²¹ Aftalion & Poncet (1981) reforçam esses argumentos no seguinte,

durante muito tempo, essa nova escola de pensamento conservou-se marginal. Em números meios, sobre tudo em França não era se quer encarada a sério. Por volta do final dos anos 60, porem, surgiu um fenômeno inesperado a simultaneidade da inflação e do desemprego (ou *stagflation*). As teorias keynesianas não podiam entrar com ele em consideração, ainda que parecessem compatíveis com as teses monetaristas. A partir desse momento, estas começaram a estender a sua influência, que se tornou preponderante em numerosas universidades e se propagou mesmo a certos meios políticos. Inspiram hoje alguns programas de governo, embora as opiniões públicas ainda as conheçam mal (1981:5-6).

A importância de Friedman (1956) na reabilitação da TQM a partir dos anos 1950 é particularmente importante, por um lado, quando propõe o cálculo da demanda de moeda a partir de uma análise de portfólio, tonando, conforme já mencionado, a velocidade da moeda calculável e, então, previsível. Além disso, na análise da Curva de Phillips, usando expectativas adaptativas, argumenta no sentido da neutralidade da moeda apenas a longo prazo, já que, a curto, antes das adaptações das expectativas, o desemprego pode cair como consequência de um aumento de M.

Na década dos 1980, com a introdução das chamadas expectativas racionais pelos novos-clássicos (Sargent & Wallace, 1981), a queda deste desemprego da curva de Phillips é negada mesmo a curto prazo, sob o argumento de que agentes racionais antecipam o resultado inflacionário após a emissão monetária, e já não aceitam empregos porque o salário real cairá. Neste caso, a moeda é neutra a curto prazo porque a taxa de desemprego se mantém no nível natural.

Assim, para que fique claro, os economistas da ortodoxia conhecidos como novos clássicos, por um lado, negam os efeitos da moeda tanto no curto quanto no longo prazo, considerando inoperante ou véu. Por outro lado, temos a ortodoxia que está de acordo com

²¹ “Em breve se associaram a tarefa outros investigadores, entre os quais podemos salientar Karl Brunner, a quem se atribui a paternidade do termo (monetarismo), e o seu colaborador Allan Meltzer (1981:5)” citado por Aftalion & Poncet (1981:5).

a visão de Hume,²² como os velhos economistas que usavam na década de 60 o modelo IS-LM, no caso, a síntese-neoclássica, os monetaristas, como Friedman, e os novos-keynesianos. Esse grupo de economistas entende que a moeda tem efeitos sobre variáveis reais no curto prazo, mas não no longo prazo.

Não obstante, Marshall, neoclássico que é, tem algumas ideias menos ortodoxas, conforme apresentações de Lopes & Andrade (1982). Ademais, aparece, a esse respeito, como precursor de Keynes, seu aluno, que será tratado no próximo capítulo.

As abordagens ortodoxas permitem, de maneira geral, convergências do ponto de vista dos efeitos da moeda no longo prazo sobre variáveis nominais. Ou seja, todos acreditam na neutralidade e exogeneidade da moeda no longo prazo, diferente dos economistas do pensamento oposto, heterodoxos, que acreditam nos efeitos duradouros ao longo do tempo. Esses supostos de moeda neutra e exógena, não aceitos pelos heterodoxos, serão detalhados ao longo do capítulo dois.

1.2 A política monetária e as imperfeições da política fiscal

1.2.1 O papel da política monetária apenas para controlar preços e a exogeneidade da moeda

Política monetária, para a ortodoxia, é a gestão da dinâmica monetária, via quantidade de moeda na economia ou taxa de juros, usada como meio de estabilizar e controlar os níveis de preços de qualquer país. Para controlar a moeda e a taxa de juros, as autoridades monetárias utilizam-se dos instrumentos diretos e indiretos como as reservas compulsórias, as operações com títulos públicos, e a taxa de redesconto, principalmente.

Consideram a moeda neutra e, assim, a política monetária não consegue, via redução de taxa de juros para "estimular o crédito", ou ampliando a base monetária, estimular de forma duradoura o emprego e a produção.

Assim, na década de 70, após a deficiente resposta da política conjuntural ou fiscal keynesiana para explicar problemas econômicos na época, Friedman retoma o debate sobre

²² O debate sobre a nomenclatura das correntes ortodoxas é bastante controverso, pois economistas há que consideram todos como neoclássicos, pelo menos no Brasil. Lembremos, também, que os neoclássicos são todos os economistas que utilizam o arcabouço do marginalismo ou utilidade marginal. Portanto, esse debate não é de importância para o trabalho. Sendo assim, apesar das diferenças de opinião, consideremos todos como ortodoxos ou *mainstream*.

a moeda e o papel da política monetária para resolver problemas de níveis de preços, ignorando os impactos sobre as variáveis reais da economia. Conforme chamam atenção Sargent e Wallace (1981):

Advertiu Friedman (1968) em seu discurso presidencial à *American Economic Association (AEA)* para não esperar muito da política monetária. Em particular, Friedman argumentou que a política monetária não poderia influenciar permanentemente os níveis da produção real, o desemprego ou as taxas reais de retorno dos títulos. No entanto, Friedman afirmou que uma autoridade monetária poderia exercer um controle substancial sobre a taxa de inflação, especialmente no longo prazo. Uma economia que satisfaz pressupostos monetários (ou uma economia monetarista) tem duas características: a base monetária está intimamente ligada ao nível de preços, e a autoridade monetária pode elevar a senhoriagem, significando receita de criação de moeda (SARGENT; WALLACE, 1981:1).

Os autores salientam que, sob certos cenários econômicos, existem enormes dificuldades e limitações da autoridade monetária sobre o controle da inflação, “embora a base monetária e o nível de preços permaneçam intimamente conectados” (1981:1).

Singularmente, “isso é verdade quando políticas monetárias e fiscais são coordenadas de uma determinada maneira e a demanda do público por dívida pública com juros tem certa forma” (SARGENT; WALLACE, 1981:1).²³ Essa singularidade é aprofundada pelos autores nos seguintes termos: a demanda do público por dívida pública com juros restringe o governo de uma economia monetarista de pelo menos duas maneiras. Portanto, seguem as explicações dessas restrições:

Para simplificar, vamos nos referir à dívida pública com títulos públicos como juros: *primeiro*, uma maneira pela qual a demanda do público por títulos restringe o governo é estabelecendo um limite superior sobre o estoque real de títulos do governo em relação ao tamanho da economia. *Em segundo lugar*, a outra maneira é afetar a taxa de juros que o governo deve pagar pelos títulos. A extensão em que essas restrições vinculam a autoridade monetária e, portanto, possivelmente o limite de sua capacidade de controlar a inflação depende, em parte, da maneira como as políticas fiscal e monetária são coordenadas (1981:1).

²³ Não está em pauta a apresentação da demonstração dos modelos desses autores, mas, sim, seus argumentos favoráveis à política monetária novo clássica.

Para ver isso, considere duas formas polares (a/b) e (b/a)²⁴ de coordenação da política monetária e fiscal, segundo Sargent & Wallace (1981):

(a/b) - Imagine que a política monetária domine a política fiscal. Sob este esquema de coordenação, a autoridade monetária estabelece, de forma independente, a política monetária, por exemplo, anunciando as taxas de crescimento da base monetária para o período atual e todos os períodos futuros. Ao fazer isso, a autoridade monetária determina o valor da receita que fornecerá à autoridade fiscal por meio de senhoriagem. A autoridade fiscal enfrenta então as restrições impostas pela demanda por títulos, uma vez que deve definir seus orçamentos para que qualquer déficit possa ser financiado por uma combinação da senhoriagem escolhida pela autoridade monetária e pelas vendas de títulos ao público. Sob este esquema de coordenação, a autoridade monetária pode controlar permanentemente a inflação em uma economia monetarista, porque é completamente livre escolher qualquer caminho para o dinheiro base. (b/a) - Por outro lado, imagine que a política fiscal domine a política monetária. A autoridade fiscal estabelece seus orçamentos de forma independente, anunciando todos os déficits e superávits atuais e futuros e, assim, determinando a quantia de receita que deve ser levantada através da venda de bônus e senhoriagem. Sob este segundo esquema de coordenação, a autoridade monetária enfrenta as restrições impostas pela demanda por títulos do governo, pois deve tentar financiar com senhoriagem qualquer discrepância entre a receita exigida pela autoridade fiscal e a quantidade de títulos que podem ser vendidos ao público. Embora tal autoridade monetária possa ainda ser capaz de controlar permanentemente a inflação, ela é menos poderosa que uma autoridade monetária sob o primeiro esquema de coordenação. Se os déficits da autoridade fiscal não puderem ser financiados apenas pelas novas vendas de títulos, a autoridade monetária é forçada a criar dinheiro e a tolerar uma inflação adicional (1981:1-2).

Para Sargent & Wallace (1981:2) “no segundo esquema de coordenação, onde a autoridade monetária enfrenta as restrições impostas pela demanda por títulos do Governo, a forma dessa demanda é importante para determinar se a autoridade monetária pode ou não controlar a inflação permanentemente”.

A idéia aqui é que se o Governo gasta mais do que arrecada vai ter que criar moeda e perder então o controle da inflação. Portanto, nestes argumentos está presente a Teoria Quantitativa da Moeda, pois, para os novos clássicos, o que importa para o Governo são

²⁴ Como indicação (a/b) é a forma polar da política fiscal sobre a monetária. (b/a) é o contrário, ou seja, a forma polar da política monetária sobre a fiscal.

objetivos políticos eleitoreiros que levam a gastos maiores que receitas e, então à inflação, daí a crítica da escola neoliberal sobre as teses keynesianas e marxistas²⁵

Mankiw (2007) introduz três regras para explicar políticas econômicas defendidas por economistas monetaristas. *Primeira regra*, o Banco Central como autoridade máxima do controle e gestão de M deve manter a oferta da moeda crescendo de maneira linear ou constante. O crescimento lento tem implicações favoráveis para política econômica - produção estável e emprego. Aqui percebemos a presença da teoria quantitativa. Se (V) é estável e (M) controlável, então alterações na demanda agregada ou na economia serão estabilizadas. Portanto, M é exógena e serve para controlar preços.

Segunda regra relaciona o PIB nominal e a oferta monetária. Ou seja, é preciso separar e acompanhar a trajetória do crescimento do PIB nominal e a oferta monetária. Se o PIB subir acima da meta, a autoridade monetária deve reduzir o crescimento da oferta monetária, evitando alterações na demanda agregada. O inverso vale. Essa é a política econômica amplamente defendida pela maioria dos economistas, em particular, novos keynesianos como Mankiw, com as metas de inflação.

A terceira e última regra constantemente defendida é a segmentação da inflação. Se a autoridade monetária “anunciar uma meta para a taxa de inflação (geralmente baixa), então ajustaria a oferta monetária quando a taxa de inflação real se desviar da meta. Além disso, uma meta de inflação tem a vantagem política de ser fácil de explicar ao público” (MANKIW, 2007:419-420). O esquema de coordenação e as regras resumem a política monetária e a Teoria Quantitativa da Moeda, particularmente para os economistas neoclássicos monetaristas como Friedman, novos clássicos como Sargent e Wallace e novos keynesianos como Mankiw. Todos sugerem regras de emissão para evitar a tendência que os governos têm de gerar inflação, segundo eles.

Paul Davidson, economista pós-keynesiano norte-americano, nos conduz também em algumas interpretações da política econômica do Governo alinhado ao pensamento monetarista através do déficit governamental. Diz Davidson (1991) que, para os ortodoxos,

no longo prazo, se não mais cedo, o déficit do governo deve sempre causar inflação pelo aumento excessivo da demanda. Como, de acordo com a Lei de Say, as atividades de fornecimento de

²⁵ Para os heterodoxos, porém, como veremos no capítulo 2, a moeda não é neutra e a política monetária e os gastos do Governo afetam de forma durável a economia real, ou seja, produção e emprego.

produção de renda sempre criam sua própria demanda, qualquer déficit público deve envolver a geração de demanda adicional além da demanda de longo prazo do setor privado garantida pela Lei de Say (DAVIDSON, 1991:78).

O autor diz que “por coerência lógica, portanto, a teoria neoclássica deve considerar todos os déficits governamentais permanentes como um mal absoluto” (DAVIDSON, 1991:78). Se o déficit foge do controle, por interesses políticos, por exemplo, e não poder ser financiada pela venda de títulos, o Governo pode criar inflação adicional. Para controlar esse novo fenômeno, o Banco Central é forçado a produzir moeda a fim de moderar essa inflação suplementar. “Os keynesianos neoclássicos, que professavam que os princípios neoclássicos que fundamentam sua análise macroeconômica, são, portanto, forçados, se quiserem ser logicamente consistentes, a ver os déficits do governo como um mal supremo” (DAVIDSON, 1991:78).²⁶

Segundo Davidson (1991) os keynesianos neoclássicos (novos keynesianos) esperam um equilíbrio no orçamento do Governo durante todo o ciclo econômico como forma de evitar aumento da dívida no longo prazo. Um poder executivo deficitário recorre a várias formas de financiar o seu déficit, sendo que, uma delas é a venda de títulos, aumentando a taxa de juros. Portanto, esse aumento da taxa poderá ter efeitos no longo prazo sobre a dívida. Se a dívida continuar crescendo permanentemente, portanto, deve haver um crescimento de longo prazo que corresponde à oferta monetária neutra. “Como este último não pode aumentar a produção real de longo prazo, ele só pode aumentar os preços e, assim, causar inflação” (DAVIDSON, 1991:79).

Para Davidson (1991:79) “uma racionalização neoclássica keynesiana da necessidade de executar um orçamento equilibrado durante o ciclo pode ser expressa da seguinte maneira”:

The government déficits necessary to stimulate the economy during any “temporary” period of unemployment results in increases in the quantity on money. The government must borrow from the banking system in order to finance the deficit and hence the banking system – under the direction of the Central Bank (the Federal Reserve in the United States) – will “create” the money in order to permit the government to spend more cash than it takes in form the public. But

²⁶ Keynesianos neoclássicos e ganhadores do Prêmio Nobel, como os professores Robert Solow, Paul Samuelson e Franco Modigliani, do MIT, e o professor James Tobin, de Yale.

since neoclassical keynesians accept the long-run neutrality of money axiom, this increase in the “neutral” money supply can logically have no long-run effect on employment and output. Neoclassical keynesians are, therefore, forced by the logical results of their neoclassical money neutrality assumption to admit that, if there is a permanent growth in the National Debt, there must be a corresponding long-run growth in the “neutral” money supply. Since the latter cannot increase long-run real output, it can only raise prices and thereby cause inflation (1991:79).

Para Davidson (1991), a única maneira de evitar essa conclusão inflacionária de longo prazo, é que os keynesianos neoclássicos argumentem que o Governo deve equilibrar seu orçamento ao longo do ciclo econômico. Isso significa que, se o Governo incorrer em um déficit durante a fase recessiva de um ciclo econômico deve obter um excedente durante a fase de prosperidade (1991:79).

Como dissemos acima, Davidson (1991) argumenta que para os neoclássicos é necessário haver sempre equilíbrio no orçamento em que superávits e déficits do governo devem se anular mutuamente. No entanto, esse equilíbrio evitaria o aumento da dívida e do financiamento permanente da expansão da dívida através do aumento regular da oferta monetária durante o ciclo econômico.

Para Davidson (1991:79) “daí resulta que, na síntese neoclássica do mundo keynesiano do dinheiro neutro, os orçamentos de governança equilibrados (durante o ciclo de negócios) são uma condição necessária para eliminar a inflação nessa economia monetária neutra”.

A conclusão a que se chega é que os novos keynesianos (keynesianos neoclássicos) acreditam na teoria quantitativa, na neutralidade da moeda onde a moeda não tem efeitos sobre variáveis reais no longo prazo.²⁷ Além disso, a moeda é exógena, pois, quem controla a quantidade de moeda a ofertar é a autoridade monetária. Concluimos essa parte lembrando a TQM.

A teoria quantitativa da moeda, nas duas formas tradicionais [1] e [2] mencionado no início do item anterior, “pressupõe que a velocidade de circulação de V (ou o seu inverso k) só varia lentamente no tempo. Além disso, o volume da produção ou das

²⁷ “A justificativa diz que se houver um crescimento permanente da dívida nacional, deve haver um crescimento de longo prazo correspondente à oferta monetária. Como este último não pode aumentar a produção real de longo prazo, portanto, só teria efeitos no aumento dos preços. e, assim, causar inflação” (DAVIDSON, 1991:79).

transações e a riqueza e as taxas de juro são considerados determinados pelos fatores reais da economia. Por ocasião de uma alteração da quantidade de moeda provocada pelas autoridades monetárias e o sistema bancário ou por qualquer outra exógena, esta teoria prevê que o ajustamento entre as reservas desejadas e reservas efetivas apenas e pode efetuar por substituição direta com bens e serviços. Se V (ou k), por um lado, e y , por outro, são dados, a TQM só explica o nível geral de preços e faz surgir à moeda como neutra, ou seja, sem efeito durável sobre o rendimento real e o emprego” (AFTALION; PONCET, 1981:12).

Os autores da ortodoxia se mostram apreensivos com a política monetária do Banco Central que visa aumentar a oferta monetária a fim de influenciar a economia real. Segundo eles, o objetivo da política monetária deve ser apenas o controle do nível geral de preços, porque a moeda não terá influência sobre as variáveis reais no longo prazo, pois ela é neutra.

Assim, políticas econômicas do governo que promovem a economia real através da oferta monetária são vistas como bastante ineficientes e só produzem inflação. Daí que muitos economistas preferem um Banco Central independente para melhor controlar a inflação. Aqui estamos perante a teoria quantitativa da moeda defendida pela ortodoxia. Para aprofundarmos a compreensão dessa ineficiência do Governo na perspectiva fiscal, no próximo item discutiremos os problemas da política fiscal.

1.2.2 Os problemas da política fiscal (*crowding-out*; externalidades; comportamento *rent-seeking*).

Um dos objetivos principais da macroeconomia reside em conduzir as autoridades nas suas decisões estruturais e conjunturais através de políticas econômicas, pelo que convém agora examinarmos o papel da política fiscal e suas limitações na visão dos economistas neoliberais ortodoxos, começando com a seguinte expressão: “os gastos do Governo deslocam uma quantidade elevada quase igual de gastos privados?” (CARLSON; SPENCER,1975:2)

Inicialmente, Carlson & Spencer (1975) apresentam uma questão que parece ser interessante para os economistas ortodoxos, que concluem pela ineficácia governamental da política fiscal. Economistas ortodoxos argumentam que, se o Governo cria uma política de expansão dos gastos públicos, essa terá efeitos negativos sobre os gastos privados. Ou seja, os investimentos dos particulares terão diminuído de maneira que a demanda agregada não

se irá alterar. Essa é a célebre noção *the crowding-out*, ou "efeito deslocamento" dos gastos do governo. A ideia é a de que se há uma política fiscal expansionista, com aumento dos gastos do Governo, ele precisa se endividar e, com isso, a taxa de juros se eleva, diminuindo as despesas de investimento em capital dos agentes privados. Nas palavras de Carlson e Spencer (1975), o chamado *crowding-out*

geralmente se refere aos efeitos econômicos das ações fiscais expansionistas. Se um aumento na demanda do governo, financiado por impostos ou pela emissão de dívida para o público, não estimular a atividade econômica total, diz-se que o setor privado foi "superado" pela ação do governo. A presunção de uma oferta monetária constante assegura que a ação política que acompanha o aumento da demanda do governo é fiscal e não monetária (CARLSON; SPENCER, 1975:2).

Por isso, os ortodoxos defendem a necessidade do Governo livrar-se dos déficits evitando, assim, enfrentar constrangimentos futuros sobre o capital privado através de altas taxa de juros. Compreendem Carlson & Spencer (1975) que os déficits dos governos, tanto os atuais quanto os projetados, terão efeitos danosos sobre os gastos de capital privado por algum tempo. Daí a necessidade do equilíbrio nas contas do Estado.

Conforme explica Vasconcellos (2006) no modelo clássico, um efeito de um aumento dos gastos do governo, embora pressione inicialmente a procura, não proporciona um aumento da renda (produto), porque não afeta nem as condições tecnológicas nem a dotação de fatores de produção. Ou seja, "apenas provoca uma alteração na composição da demanda, elevando a participação dos gastos públicos em detrimento dos gastos privados - redução do investimento e do consumo", estando perante o efeito deslocamento (VASCONCELLOS et al., 2006:103).

Particularizando, o principal impacto da política fiscal expansionista em um prazo curto se dá sobre a procura agregada de bens e serviços. Do ponto de vista de Mankiw (2009), compras do Governo podem impactar a demanda agregada.²⁸ Para

²⁸ Para o lado da oferta agregada, é preciso lembrar que a política fiscal (compras do Governo) pode potencializar a oferta de bens e serviços, normalmente, no longo prazo (pelo tempo de construção e disponibilidade de uso) por duas razões elementares: primeiro, por alterações nas infraestruturas. Aumento nas despesas sobre o capital físico público como, por exemplo, estradas têm impacto sobre a produtividade privada. Por sua vez, os produtos facilmente chegam aos seus clientes. Daí que o aumento nas despesas em estradas aumenta a quantidade de bens e serviços ofertados a qualquer nível de preço fixo. A curva de oferta agregada se desloca para direita. Segundo, por alterações nos impostos sobre a oferta agregada. Impostos

compreendermos, portanto, precisamos perceber o '*efeito multiplicador*' versus '*efeito deslocamento*'.

Quando verificamos deslocamentos adicionais na demanda agregada (*DA*) por alterações na política fiscal expansionista, provocando inicialmente aumento da renda e, portanto, aumento nas despesas dos consumidores, isso é chamado de *efeito multiplicador*.

De outro modo, podemos compreender que, embora o Governo consiga alterar compras governamentais e o imposto para impactar a economia ou influenciar a quantidade demandada de bens e serviços, ainda assim não é suficiente para contornar os argumentos neoliberais sobre o efeito deslocamento. Para deixar claro, observe o seguinte exemplo. Os argumentos usados pelos defensores da ideia de *crowding – out*.

O efeito multiplicador parece sugerir que, quando o Governo compra \$ 20 bilhões em aviões da Boeing, a expressão resultante na demanda agregada é necessariamente maior do que \$ 20 bilhões. Mas outro efeito opera na direção oposta. Enquanto um aumento das compras do Governo estimula a demanda agregada por bens e serviços, ele também provoca um aumento na taxa de juros e uma taxa de juros mais elevada reduz as despesas de investimento e reduz a demanda agregada. A redução da demanda agregada que resulta quando uma expansão fiscal aumenta a taxa de juros é chamada de *efeito deslocamento* (MANKIW, 2009:472).

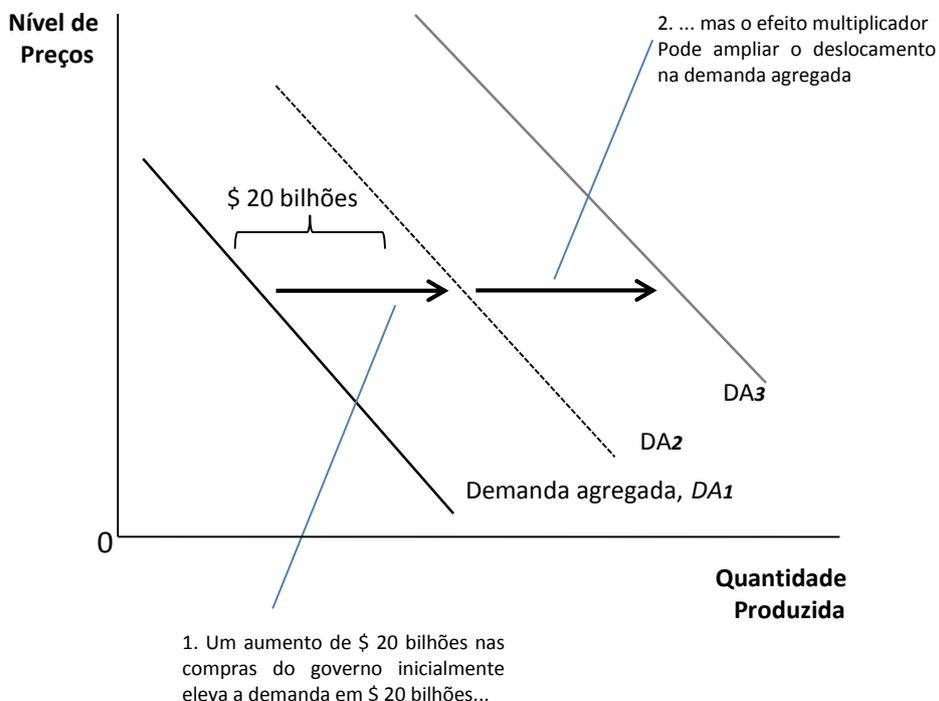
Assim, como ilustrado no gráfico 1 abaixo, sobre o efeito multiplicador, temos o seguinte cenário: uma alteração de \$ 20 bilhões nas compras governamentais inicialmente desloca a curva para direita, de *DA1* para *DA2* em exatamente o mesmo valor (\$ 20 bilhões). Por outro lado, quando os consumidores reagem elevando suas despesas, a curva se movimenta ainda mais, para *DA3*. Portanto, esse comportamento do efeito multiplicador que decorre da reação das despesas dos consumidores é reforçado pela reação dos investimentos sobre níveis mais elevados de demanda (MANKIW, 2009). Nesse caso, o efeito multiplicador é que importa. Segue o seguinte exemplo,

por exemplo, a Boeing poderia reagir à maior demanda por aviões decidindo comprar mais equipamentos ou construindo uma nova fábrica. Nesse caso, a maior demanda do Governo impulsiona uma maior demanda por bens de investimento. Essa resposta positiva da demanda por investimentos é por vezes chamada de *acelerador do investimento* (MANKIW, 2009:470). Segue exemplo

baixos podem motivar o trabalhador através de um aumento na sua renda, incentivando a produtividade e aumento de bens e serviços.

do gráfico 1 sobre o efeito multiplicador, mostrando a sua importância.

Gráfico 1: Despesas Governamentais e Efeito Multiplicador



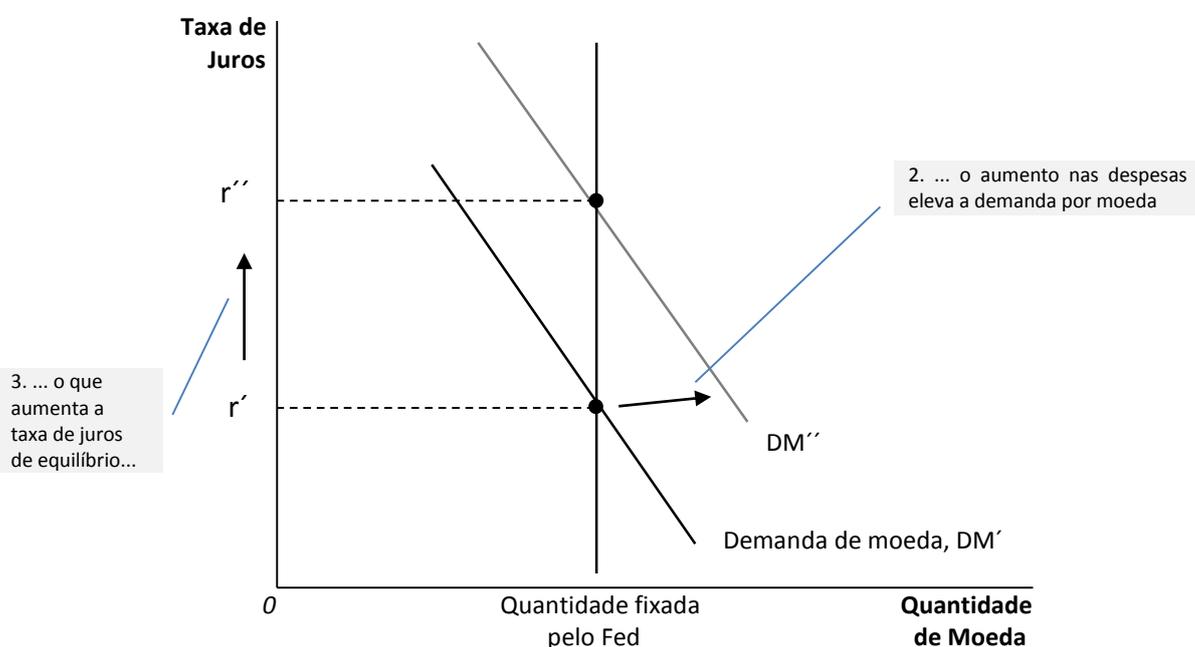
Fonte: Mankiw (2009:470)

Ainda que o efeito multiplicador tenha impacto sobre a demanda do governo em um curto espaço de tempo, resultante da expansão fiscal que gera, por sua vez, em aumento de emprego, ainda assim, o efeito *crowding - out*, para os ortodoxos, se mostra a operar em direção contrária.²⁹ Para compreendermos por que a expulsão acontece, consideremos o seguinte quadro:

²⁹ A compreensão básica do efeito multiplicador traz-nos o seguinte cenário: “quando o Governo gasta \$ 20 bilhões em bens da Boeing, essa compra tem repercussões. O impacto imediato da maior demanda do Governo é aumentar o emprego e os lucros da Boeing. Então, como os trabalhadores passam a ter maiores salários e os proprietários da empresa maiores lucros, eles respondem a esse aumento na renda aumentando suas despesas de bens de consumo. Como resultado, a compra que o Governo faz da Boeing eleva a demanda por produtos de muitas outras empresas da economia. Como cada dólar gasto pelo Governo pode aumentar a demanda agregada por bens e serviços em mais de um dólar, diz-se que as compras do governo têm um *efeito multiplicador* sobre a demanda agregada. Esse efeito multiplicador continua mesmo depois dessa primeira rodada. Quando as despesas de consumo aumentam, as empresas que produzem esses bens contratam mais pessoas e registram maiores lucros. Os maiores salários e lucros estimulam novamente as despesas de consumo, e assim por diante. Portanto, há uma resposta positiva na medida em que maior demanda leva a maior renda que, por sua vez, leva a uma demanda ainda mais elevada. Uma vez somados

Vamos considerar que o que ocorre no mercado de moeda quando o Governo compra aviões da Boeing. Como vimos, esse aumento na demanda eleva a renda dos trabalhadores e dos proprietários dessa empresa (e, por causa do efeito multiplicador, de outras empresas também). Como a renda aumenta, as famílias planejam comprar mais bens e serviços e, como resultado, optam por manter uma parcela maior de sua riqueza na forma líquida. Isto é, o aumento na renda causado pela expansão fiscal eleva a demanda por moeda (MANKIW, 2009:472). Portanto, segue os gráficos sobre demanda por moeda e deslocamento da demanda agregada.

Gráfico 2: (a) Mercado de Moeda

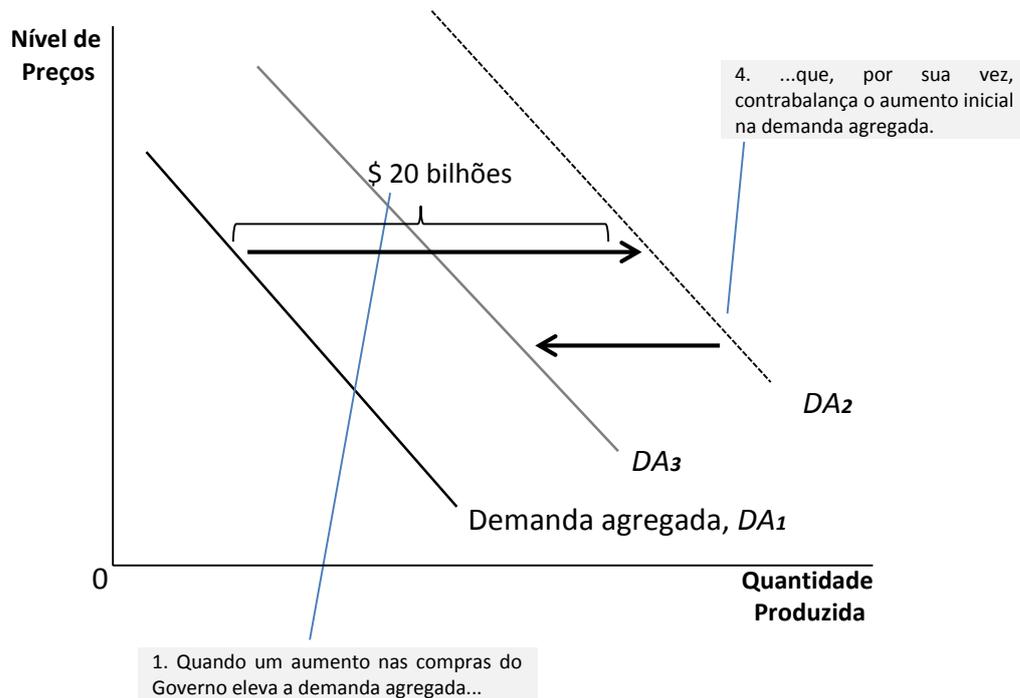


Fonte: Mankiw (2009:473)

Para Mankiw (2009), como a autoridade monetária não alterou (M), a curva de oferta vertical permanece igual. Quando o maior nível de renda desloca a curva de demanda por moeda para a direita, de DM' para DM'' , a taxa de juros precisa aumentar de r' para r'' e, assim, manter a $M=D$ (oferta e demanda por moeda em equilíbrio). Além disso, se r' se eleva para r'' , a demanda por bens e serviços (capitalista) abaixa. Observe o gráfico 2 (b).

todos esses efeitos, o impacto total sobre a quantidade de bens e serviços demandada pode ser muito maior do que o impulso inicial decorrente das maiores despesas do Governo” (MANKIW, 2009:469-470).

Gráfico 2: (b) Deslocamento na Demanda Agregada



Fonte: Mankiw (2009:473)

Como emprestar dinheiro ficou mais caro, os investimentos em capital (imóveis) diminuem. Em outras palavras, quando alterações nas compras do Governo aumentam a procura por bens e serviços, portanto, também pode movimentar o investimento privado. Esse comportamento de movimentação contrabalança parcialmente o choque das compras sobre a demanda agregada. Segundo o autor,

o impacto inicial do aumento das compras é deslocar a curva de demanda agregada, de DA' para DA'' , mas uma vez que ocorra o efeito deslocamento, a demanda agregada volta até DA''' . Portanto, quando o governo eleva suas compras em \$ 20 bilhões, a demanda agregada por bens e serviços pode aumentar mais ou menos do que \$ 20 bilhões, dependendo de qual dos efeitos é maior: o *efeito multiplicador* ou o *efeito deslocamento* (MANKIW, 2009:473).

Outro instrumento de política fiscal que tem impacto sobre a demanda agregada, além das compras governamentais, é o imposto. A redução no imposto do trabalhador faz as famílias consumirem mais bens e serviço, além de poupar parte de sua renda adicional. Esse comportamento desloca a curva de demanda agregada para a direita. Do contrário, desloca

a curva para esquerda. Por conseguinte, “o tamanho do deslocamento na curva de demanda agregada decorrente de uma alteração nos impostos também é afetado pelos efeitos multiplicador e deslocamento” (MANKIW, 2009:474).

Assim, o déficit orçamentário causado por diminuição do imposto aumenta a demanda e o produto. No longo prazo, esse aumento tem efeitos adversos sobre a taxa de juros e sobre a composição dos gastos, isto é, os gastos em investimento tendem a diminuir quando a taxa de juros se eleva. Isso implica em estoque de capital menor e, por sua vez, produto e demanda menor. Para que fique claro, o autor apresenta alguns exemplos:

quando o governo reduz impostos e estimula as despesas de consumo, os salários e lucros aumentam, o que estimula ainda mais as despesas de consumo. *Esse é o efeito multiplicador*. Ao mesmo tempo, uma renda mais elevada leva a uma maior demanda por moeda, o que tende a elevar as taxas de juros. Taxas de juros mais elevadas aumentam o custo do empréstimo, o que reduz as despesas de investimento. *Esse é o efeito deslocamento*. Dependendo da magnitude de cada um dos efeitos, o deslocamento na demanda agregada pode ser maior ou menor do que a variação nos impostos que o causou (2009:474).³⁰

Suponhamos, por exemplo, um Governo sem déficit (no caso, sem restrição orçamentária) que decide baixar o imposto, portanto, pode comprometer o orçamento do próximo período caso se observe uma dívida elevada. Essa restrição ou desequilíbrio faz com que se tome uma decisão. Aí se decide em reduzir o déficit aumentando o imposto, mantendo os gastos inalterados (contração). Por outro lado, a crítica é à expansão dos gastos. Ou seja, aumento do déficit devido ao aumento nos gastos ou diminuição do imposto.

Essas ideias de restrição orçamentária e dívida pública do Governo, portanto, nos levam a uma concepção bastante forte do economista clássico do século XIX, David Ricardo,

³⁰ “Além dos efeitos multiplicadores e deslocamento, há outro instrumento determinante da magnitude do deslocamento na demanda agregada resultante de uma variação nos impostos: a percepção das famílias quanto à duração na redução nos impostos: se permanente ou temporária. Por exemplo, suponha que o governo anuncie um corte de impostos de \$ 1 mil por família. Ao decidir quanto desses \$ 1 mil gastar, as famílias devem se perguntar quanto tempo durará essa renda extra. Se elas esperam que o corte de imposto seja permanente, concluirão que ele fará um acréscimo substancial aos seus recursos financeiros e, portanto, aumentam suas despesas de consumo em grande medida. Nesse caso, o corte dos impostos terá forte impacto sobre a demanda agregada. Por outro lado, se as famílias acharem que o corte de impostos será temporário, concluirão que haverá pouco aumento em seus recursos financeiros e, portanto, aumentarão pouco suas despesas. Nesse caso, um corte dos impostos terá pequeno impacto sobre a demanda agregada” (MANKIW, 2009:474-475).

sobre a 'equivalência ricardiana'³¹, e desenvolvida mais tarde por Robert Barro, em 1974 e conhecida como a "proposição de Ricardo-Barro". A teoria diz que levando em consideração a restrição orçamentária, o déficit e a dívida pública do Estado não têm efeitos sobre o produto ou atividade econômica. Ou seja, que as ações do Governo não têm impacto nenhum sobre a demanda agregada, investimento privado ou produto.

Suponhamos que, para um Governo financiar o déficit tem basicamente duas opções, financiamento da dívida pública ou imposto. Nesse caso, escolhe financiar o gasto através da emissão de títulos. Essa dívida será paga por aumento maior de imposto futuramente. Portanto, percebendo que devem pagar imposto alto no futuro, as famílias fazem escolha (entre pagar o imposto hoje ou amanhã). Preferem manter o consumo inalterado, procuram poupar mais (adquirindo títulos da dívida hoje) para compensar o imposto futuro. A substituição de impostos por dívida não teria impacto sobre a demanda agregada nem sobre a taxa de juros. Assim, como a poupança privada aumenta ao nível do déficit orçamentário, a taxa de juros mantém-se inalterada. Portanto, não tem efeito sobre o capital privado. Assim, o financiamento dos gastos do governo por dívida pública equivale ao financiamento dos impostos que serão pagos no futuro. Para reforçar o argumento, Blanchard (2011:508-509) fornece outros exemplos: “suponha que o Governo diminua os impostos em 1 (novamente pense em US\$ 1 bilhão) neste ano. E, ao fazer isso, ele anuncie que, para pagar a dívida, aumentará os impostos em $(1 + r)$ no próximo ano. Qual será o efeito do corte de impostos inicial sobre o consumo?”

Uma resposta possível é: nenhum. Por quê? Porque os consumidores percebem que o corte de impostos não é lá um grande presente. Os impostos menores neste ano serão exatamente compensados, em valor presente, por impostos maiores no próximo ano. Dito de outra maneira, sua riqueza humana – o valor presente da renda do trabalho líquida de impostos – não será afetada. Os impostos atuais diminuem 1, mas o valor presente dos impostos do próximo ano aumenta $(1 + r) / (1 + r) = 1$, e o efeito líquido das duas mudanças é exatamente igual a zero. *Outra forma de chegar à*

³¹ “Mudanças no padrão de tributação que mantêm o padrão de gastos não afetado não afetam a restrição orçamentária intertemporal da economia privada e, portanto, podem ter pouco efeito sobre os gastos privados. Esse argumento, conhecido como a "equivalência ricardiana" da dívida e da tributação, vale apenas se os impostos forem de montante fixo” (Barro, 1974 citado por Blanchard, 2008:327). Para Blanchard, “alguns impostos que induzem forte substituição intertemporal, como um crédito de imposto de investimento para empresas, terão efeitos mais fortes se forem temporários; para a maioria dos outros, como imposto de renda, mudanças no padrão intertemporal podem ter apenas um pequeno efeito no padrão de gastos” (2008:327).

mesma resposta, desta vez examinando a poupança em vez do consumo: dizer que os consumidores não alteram o consumo em resposta ao corte de impostos é o mesmo que dizer que a poupança privada aumenta proporcionalmente com o déficit. Assim, a proposição da equivalência ricardiana diz que, se o Governo financiar uma dada trajetória de gastos por meio de déficits, a poupança privada aumentará proporcionalmente com a diminuição da poupança pública, deixando a poupança total inalterado. Ao longo do tempo, o funcionamento da restrição orçamentária do Governo implica que a dívida pública aumentará. Mas esse aumento não virá à custa da acumulação de capital (2011:509).

O autor mostra outra análise real dos países da OCDE em 1990 sob a proposição da equivalência ricardiana – Barro no seguinte:

a longa sequência de déficits e o aumento da dívida pública que caracterizou a OCDE até o final da década de 1990 não seria motivo para preocupação. À medida que os governos estavam despolpando, diz o argumento, as pessoas poupavam mais na expectativa de impostos maiores que viriam. A diminuição da poupança pública era compensada por um aumento igual da poupança privada. A poupança total ficou, portanto, inalterada, bem como o investimento. As economias da OCDE têm hoje o mesmo estoque de capital que teriam se não tivesse ocorrido o aumento da dívida. Uma dívida alta não é motivo para preocupação (BLANCHARD, 2011:509).

A equivalência ricardiana diz que as ações do Governo de induzir a demanda agregada estão condenadas a insucessos. Aliás, no *The New Palgrave Dictionary of Economics*, O. Blanchard (2008) considera o *Crowding Out* como se referindo “a todas as coisas que podem dar errado quando a política fiscal financiada por dívida é usada para afetar a produção” (2008:327). Apesar disso, o autor faz um questionamento sobre a equivalência ricardiana no seguinte: “até que ponto deve-se levar a sério a proposição da equivalência ricardiana? Deve ser levada a sério, mas não ao ponto de pensar que os déficits e a dívida são irrelevantes” (2011:509). Assim, entende-se que alguns economistas neoclássicos observam alguma relevância dos efeitos da dívida, pelo menos, no curto e médio prazo, mas originando no longo prazo o efeito *crowding-out*.

Finalizando, note que apesar de a noção transitar por vários estágios, Carlson & Spencer (1975) lembram-nos que foram conduzidas investigações recentes sobre a noção e controvérsia de *crowding-out*, além da retomada de alguns argumentos do passado. “As origens da controvérsia recente são rastreadas principalmente pelos resultados empíricos publicados por Andersen e Jordan em 1968 e pelos estudos de apoio de Keran em 1969 e

1970” (CARLSON; SPENCER, 1975:3). Muitos desses fundamentos estão descritos no contexto da estrutura analítica IS-LM, padrão não apresentado aqui apesar da explicação logo a baixo³². Assim, os autores sustentam que,

a análise pode ser conduzida em termos reais ou nominais. A hipótese de *crowding-out* sustenta que, se os preços são mantidos constantes, como na forma típica de IS-LM, um aumento na demanda real do governo financiado por impostos ou dívida não tem efeito duradouro sobre a renda real. Alternativamente, a exclusão implica que um aumento nos gastos do governo, dados os preços flexíveis e uma oferta monetária constante, não tem efeito duradouro na renda nominal. Em outras palavras, o multiplicador de gastos do governo, sob as condições acima, é aproximadamente zero (1975:3).³³

Aftalion & Poncet (1981) apresentam a discussão de *crowding-out* em duas perspectivas, a teórica e a empírica (essa última anunciada acima). Não podemos esquecer que o governo pode induzir o comportamento da economia não somente por uma política monetária, como vimos no item anterior, mas também pela via da política fiscal.

Vimos então que, no argumento ortodoxo, independente da forma explicada, o efeito *crowding-out* implica aumento de (*G*) isso implicaria necessariamente para esses economistas, aumento da demanda Agregada (*DA*), mas esta última não se altera, mantém-se constante, porque o investimento privado cai. Para ficar claro, vamos supor que (*G*) aumenta em 100, isso não implica que (*DA*) aumente na mesma proporção como explicado acima, porque quando o governo decide expandir os seus gastos, terá que financiar esse aumento com tomada de empréstimo no mercado financeiro. No entanto, essa situação faz com que a taxa de juros de mercado aumente, lembrando que a taxa de juros é o preço ou

³² Para Carlson & Spencer (1975), a noção e a controvérsia sobre o *crowding-out* podem ser analisadas num contexto do modelo analítico IS-LM padrão, observado na maioria dos cursos de macroeconomia no ocidente, sendo que, a curva IS representa o locus de pontos (pares de taxas de juros e renda real) em que o setor real da economia está em equilíbrio, e a curva LM representa um locus similar de pontos para o qual a demanda por dinheiro é igual à oferta. O aparato IS-LM tem limitações diversas, mas, por causa de seu amplo uso como dispositivo pedagógico, serve, segundo a ortodoxia, como uma função útil para destacar as questões da controvérsia da exclusão

³³ Por aproximadamente zero, quer dizer que o aumento da demanda do governo pode excluir exatamente a mesma demanda privada, um pouco menos ou um pouco mais. Há uma retirada total se \$ 1 de demanda do Governo for de \$ 1 da demanda privada, parcial se \$ 1 de demanda do Governo for inferior a \$ 1 da demanda privada, e superando se \$ 1 de demanda do governo deslocar mais de \$ 1 da demanda privada. O aumento da demanda do governo pode aumentar a demanda agregada temporariamente, permanentemente ou não, como será explicado abaixo (CARLSON; SPENCER, 1975:3).

custo do empréstimo, afetando a classe empresarial. Os investimentos privados caem no mesmo montante do aumento dos gastos do governo, sendo que, a DA não se altera.

Enfim, Aftalion & Poncet (1981:87) argumentam que “para outros, como Modigliani, os impulsos fiscais são muito eficazes a curto prazo, mas o seu efeito diminui progressivamente e desaparece quase por completo ao cabo de cerca de dezoito meses” (1981:86). Assim, como mencionado anteriormente, por meio de uma política fiscal expansionista, por mais que o efeito multiplicador tenha grande influência sobre a demanda agregada no curto prazo, aumentando o nível de emprego, ainda assim, o efeito *crowding out* se revela operando em direção contrária. Por isso, os ortodoxos reconhecem o papel do Estado apenas para resolver problemas de “*negative externalities*”.

Segundo Baumol; Oates (1988:1) “quando a “revolução ambiental” chegou na década de 1960, os economistas estavam prontos e esperando. A literatura econômica continha uma visão aparentemente coerente da natureza do problema da poluição, juntamente com um conjunto de implicações para a política pública”.

os economistas viam o problema da degradação ambiental como sendo aquele em que os agentes econômicos impunham custos externos à sociedade como um todo, sob a forma de poluição. Sem “preços” para fornecer os incentivos adequados para a redução das atividades poluidoras, o resultado inevitável era demandas excessivas sobre a capacidade de assimilação do meio ambiente (BAUMOL; OATES, 1988:1).

De maneira a corrigir qualquer evento negativo que possa ocorrer no mercado, entende-se a externalidade como um efeito que exige a intervenção corretiva de qualquer Governo.

De modo geral é importante compreender que a definição de externalidade não é unânime e universalmente aceita, segundo Volokh (2008). Para o autor, o proposto por Harvey Rosen, no seu livro *Public Finance* de 2002, habilmente transmite o princípio. Rosen escreve que uma externalidade ocorre quando a atividade de uma entidade física ou jurídica tem impacto direto sobre o bem-estar de outra de uma maneira que está fora do mecanismo de mercado (VOLOKH, 2008). Baumol & Oates (1988) acrescentam que,

The externality is in some ways a straightforward concept: yet, in others, it is extraordinarily elusive. We know how to take it into account in our analysis, and we are aware of many of its implications,

but, despite a number of illuminating attempts to define the notion, one is left with the feeling that we still have not captured all its ramifications. Perhaps this does not matter greatly. The definitional issue does not seem to have limited seriously our ability to analyze the problem, and so it may not be worth a great deal of effort. Certainly, we do not delude ourselves that discussion will be the last word on the subject (BAUMOL; OATES, 1988:14).

Os autores entendem que a externalidade apresenta um conceito direto, ainda bastante vago para literatura econômica.

Além disso, conforme *The New Palgrave Dictionary of Economics*, J.J. Laffont (2008) se pode encontrar diversas formas de externalidades; elas podem ser tanto positivas quanto negativas. Essa última é interessante do ponto de vista do debate prático. Laffont (2008) considera como exemplos principais de externalidades,

as atividades de poluição (poluição do ar, poluição da água, poluição sonora...), malevolência e benevolência, interação positiva das atividades de produção. Do ponto de vista prático, as mais significativas são as atividades de poluição negativa, de modo que podemos dizer que a teoria das externalidades tecnológicas é essencialmente a base da economia ambiental (2008:192).

A poluição industrial é um exemplo de externalidade negativa, pois os danos que veem a causar na atmosfera podem prejudicar a saúde da população. Daí a necessidade de leis que regulam as atividades com efeitos nefastos. Por outro lado, devido às práticas que possam por em causa o bem-estar das famílias, o papel do Estado é necessário para corrigir essas externalidades negativas. Essa é a visão que os neoclássicos pregam.

Para Volokh (2008) também pode ser exemplo de externalidade positiva, quando a presença de um guarda de segurança cuja função é evitar o roubo de uma loja, também serve para protegê-lo. Acrescenta Volokh (2008) que,

em ambos os casos, o bem-estar de alguém deve ser diretamente afetado acidentalmente à atividade de outro. Assim, as externalidades diferem do altruísmo ou do despeito. Além disso, o efeito deve ser "fora do mecanismo do mercado", isto é, não mediado pelos preços. A externalidade pecuniária criada quando os residentes aumentam os preços da habitação, beneficiando os proprietários locais e prejudicando os inquilinos (2008:1).³⁴

³⁴ Durante a década de 1930, um debate confuso ocorreu entre economistas sobre a relevância das externalidades pecuniárias, isto é, sobre externalidades que funcionam através do sistema de preços. Um consenso geral foi que as externalidades pecuniárias são irrelevantes para a economia do bem-estar: o fato de

Como os ortodoxos entendem a externalidade como provocando problemas para a organização do mercado, segundo Buchanan & Stubblebine (1962), é compreensível a existência de uma ferramenta que possa coibir a atividade poluidora. Nesse caso, estamos diante à tributação de externalidade.

Assim, Laffont (2008) compreende que a possível atuação estratégica dos agentes nos marcos dos direitos de poluição torna a tributação das externalidades a ferramenta política mais usual. Para o autor, “o poluidor deve então pagar por cada unidade de uma atividade poluidora um imposto que iguala o custo marginal imposto por essa atividade aos outros agentes. Se a externalidade é positiva, ele deve ser igualmente subsidiado” (LAFFONT, 2008:192). Ademais, Segundo Volokh (2008) Arthur C. Pigou, economista influenciado por J. M. Keynes, Alfred Marshall e Karl Marx, no seu estudo sobre *Economia da Previdência Social*, distingue dois tipos de produto que levam em consideração as externalidades como: o *produto líquido* de uma atividade e o *produto social* (que leva em consideração todas as externalidades). Segundo o autor,

“para Pigou, quando o produto líquido privado excede o produto social líquido, a produção é maior do que eficiente e vice-versa. Pigou propôs usar remédios de dano ou impostos e subsídios, fixados no valor do custo ou benefício externo, para aumentar a eficiência ao fazer os atores do mercado internalizar as externalidades de seu comportamento” (VOLOKH, 2008).

Aqui Pigou entendia que a chave do problema era colocar um "preço" (imposto) adequado em atividades poluidoras de modo a incorporar inconscientemente (adoção ou incorporação inconsciente de certos padrões, ideias, atitudes, práticas, personalidade ou valores de outra(s) pessoa(s) ou da sociedade, que o indivíduo passa a considerar como seus) os custos sociais. Segundo Baumol; Oates (1988),

Marshall e Pigou sugeriram tais medidas muitas décadas antes. Além disso, a poluição e seu controle através dos chamados impostos pigouvianos haviam se tornado um exemplo clássico de

aumentar meu consumo de uísque afetar seu bem-estar pelo consequente aumento de preço não compromete a otimização de Pareto dos equilíbrios competitivos. Isso é verdade quando todas as hipóteses exigidas para que os equilíbrios competitivos sejam opcionais de Pareto sejam satisfeitas. Nessa estrutura, os preços apenas igualam oferta e demanda, e externalidades pecuniárias não importam. Assim que nos afastamos desse conjunto de pressupostos, os preços geralmente desempenham papéis adicionais (VOLOKH, 2008:1).

livro-texto da aplicação dos princípios da teoria microeconômica. Os economistas estavam, assim, prontos para fornecer conselhos aos formuladores de políticas sobre o projeto de política ambiental (1988:1).

Apesar dessa proposta de equilíbrio eficiente sobre o produto líquido privado e o produto líquido social, portanto, conforme Volokh (2008) surge então Ronald Coase questionando a solução de Pigou, no livro *The Economics of Welfare* de 1978, na mesma razão de eficiência, em um artigo inovador, "*The Problem of Social Cost*" de 1960.³⁵

"Coase observou que todas as externalidades são recíprocas. Suponha que a produção da fábrica, através da sua poluição, reduz a quantidade de peixe, de modo que qualquer aumento na produção chega à custa dos peixes e vice-versa. Em seguida, dar à fábrica o direito de poluir prejudicaria a pesca, mas dar à pesca o direito de ser livre de poluição prejudicaria a fábrica. A Coase apontou ainda que, se as partes puderem negociar, eles, sob certas hipóteses, chegarão a um arranjo eficiente, independentemente de quem detém os direitos: Ou a fábrica compensará a pesca por suas capturas reduzidas ou a pesca pagará a fábrica para produzir menos ou introduzir dispositivos de controle de poluição. Mesmo que as partes não possam negociar devido a altos custos de transação - de modo que a alocação inicial de direitos determina o resultado final - quem deve pagar não é apenas por razões de eficiência; a fábrica não deve pagar o uso mais valioso dos recursos envolvidos. Assim, mesmo quando existem externalidades, a solução Pigoviana "poluidor-pagadora" não é necessariamente eficiente" (VOLOKH, 2008).

Portanto, o equilíbrio eficiente pigouviana não é tão simples como se pensa. "*Em primeiro lugar, no nível político, os economistas ambientais têm ficado consternados com seu impacto modesto no projeto de medidas ambientais*" (BAUMOL; OATES, 1988:1). Para esses os autores,

em vez de introduzir os impostos ou "taxas de efluentes" em atividades poluidoras, os formuladores de políticas geralmente optaram pelos instrumentos mais tradicionais de "comando e controle", envolvendo limitações explícitas nos níveis permitidos de emissões e o uso de técnicas específicas de redução. As medidas de

³⁵ "Em suas várias formas - economias externas e deseconomias - divergências entre privatizações marginais sociais e marginais ou produtos, efeitos secundários, bens coletivos ou públicos - a externalidade domina a economia teórica do bem-estar e, em certo sentido, a teoria da política econômica em geral. Apesar dessa importância e ênfase, definições rigorosas do conceito em si não são prontamente disponíveis na literatura, como Scitovsky observou, definição de relações externas é pouco e insatisfatória" (Buchanan; Stubblebine, 1962:371).

preços para a regulação da poluição têm sido raras. *Em segundo lugar*, a profusão de literatura sobre a teoria das externalidades e suas aplicações à gestão ambiental sugere que havia mais do que apenas algumas pontas soltas na análise disponível. Esta literatura nas últimas três décadas é publicada em centenas de artigos. Estes documentos exploram as propriedades da solução de Pigouvian, suas limitações e o potencial de uma série de instrumentos de política alternativa, incluindo subsídios para a redução da poluição, depósitos de materiais prejudiciais e sistemas de licenças de emissão negociáveis (1988:1).

Há muito mais no pensamento econômico da regulação ambiental do que simples introdução de uma taxa igual a "dano social marginal" (BAUMOL; OATES, 1988). Enfim, a discussão revela a dificuldade existente na solução da tributação da externalidade. Independentemente das contradições entre os autores sobre a solução pigouviana, não é nosso objetivo aprofundar esse debate e do item a seguir. Porém, é importante lembrar que para os ortodoxos o papel do Governo tratar é das externalidades ao invés de ser um participante direto na atividade econômica, causando, de alguma forma, o efeito *crowding out*. Mesmo assim, conforme mencionado, há quem ache que mesmo as externalidades devem ser deixadas ao mercado.

As restrições ao papel interventor ou regulador do Estado relacionam-se com a ideia de que ou são ineficientes ou geram comportamentos deletérios ou ineficientes nos agentes econômicos quando estes reagem às regulamentações buscando tirar proveito delas. É o caso de busca de ganhos ou o chamado *rent-seeking behaviour*. Por exemplo, as negociações de licenças concedidas pelo Governo a taxistas, geram um rendimento sem contrapartida de produção real (Krueger, 1974).

Assim, entende-se por *Rent Seeking Behavior* (a busca por ganhos),³⁶ ou a tentativa de se conseguir rendas ou ganhos por meio de manobras no ambiente político e até mesmo social no qual o negócio empresarial ocorre, aproveitando-se da regulamentação do Governo, ganhos sem contrapartida de agregação de valor no produto. Segundo Lisboa &

³⁶ Ações que possam levar a comportamentos privados ineficientes, ou seja, a busca de renda de maneira não apropriada pelos agentes privados.

Latif (2013:2) “a literatura econômica criou o termo *rent seeking* para o processo em que grupos especiais conseguem obter privilégios e benefícios de órgãos governamentais”.³⁷

Para Krueger (1974:291) “em muitas economias orientadas para o mercado, as restrições do governo à atividade econômica são fatos generalizados da vida. Essas restrições dão origem a rendas de várias formas, e as pessoas frequentemente competem por elas. Às vezes, essa competição é perfeitamente legal”. Por outro lado, a busca por ganhos torna irresistível outras formas como mercados negros, contrabando e corrupção (KRUEGER, 1974). Ou seja, a ideia é que as regulamentações impostas pelo Governo dão origem a ineficiências e problemas como cobranças de lugar em filas, suborno, etc.

Por consequência, são inúmeras as desconfianças dos atores sociais, políticos ou econômicos sobre as ações governamentais, já que, essa prática pode produzir comportamento ineficiente como o *rent seeking behavior*.

A autora procura mostrar “algumas das maneiras pelas quais a busca por rentabilidade é competitiva e desenvolveu um modelo simples de ganhos competitivos em busca do importante caso em que os ganhos se originam de restrições quantitativas ao comércio internacional” (1974:291), através de três casos que passemos em resumo:

1) a busca competitiva de ganhos leva à operação da economia dentro de sua curva de transformação;

2) a perda de bem-estar associada a restrições quantitativas é inequivocamente maior do que a perda do equivalente tarifário dessas restrições quantitativas; e

3) a busca competitiva de ganhos resulta em uma divergência entre os custos privados e sociais de certas atividades. Embora a análise seja geral, o modelo tem aplicabilidade particular para os países em desenvolvimento, onde as intervenções do governo são frequentemente abrangentes (KRUEGER, 1974:291).

³⁷ Por exemplo, “no Brasil a intervenção governamental para proteger setores selecionados e proporcionar benefícios tem sido vista como um mecanismo legítimo e necessário para induzir o desenvolvimento econômico. Diversas agências públicas foram criadas no século passado para fornecer estímulo ao investimento e produção privados e coordenar as decisões econômicas. O governo também desempenhou um papel importante na mediação de conflitos sociais e representação política. Na ausência de um termo melhor, mantemos a denominação de aluguel buscando caracterizar o desenvolvimento político e econômico do Brasil. Ele resume o papel desempenhado pelo governo e pelas agências públicas no fornecimento de benefícios privados” (LISBOA; LATIF, 2013:2).

Como referenciado no item anterior, o objetivo não é alongar esse debate. O importante é trazer ideias gerais sobre o conceito de *rent seeking* e implicações sobre o papel do Estado para a ortodoxia.³⁸

De modo geral, Mollo (2015) revela que a visão ortodoxa sobre política fiscal entende que é necessário o Estado reduzir seus gastos, já que se eles levam à emissão monetária, podem causar inflação. Além disso, o endividamento governamental para suprir déficit pode levar ao aumento da taxa de juros freando, de certa forma, o investimento em capital privado. “Assim, os investimentos públicos aumentam, mas os privados diminuem, sendo nulo o efeito líquido quantitativo sobre a economia (*crowding – out*). Do ponto de vista qualitativo, a ortodoxia acha que os governos são ineficientes e é preferível que os investimentos sejam privados” (MOLLO, 2015). Segundo a autora, é imperioso o papel do Estado para solucionar problemas de externalidades negativas, como, por exemplo,

“a poluição de alguns empreendimentos que acabam prejudicando o ambiente dos vários agentes. Mas, mesmo neste caso, há os que desconfiam da ação dos governos e alegam que ela tende a gerar comportamentos privados ineficientes e predatórios que visam ganhar com as regulamentações impostas - *rent seeking behavior*” (MOLLO, 2015).

Em suma, o capítulo revela o pensamento ortodoxo sobre a moeda e o papel do Estado. A concepção de moeda e de política monetária ortodoxa leva a um papel do Estado mínimo, pois, aceitam a curto ou longo prazo a Teoria Quantitativa da Moeda, onde a moeda é neutra e exógena. Com isso, a política monetária só pode cuidar de estabilização de preços porque não pode estimular de forma duradoura o crescimento da produção e do emprego. Além disso, provoca inflação se for utilizada com essa finalidade, razão pela qual há um caráter nocivo dos governos com essa prática. Por outro lado, a política fiscal também não é vista como muito potente porque é usada para corrigir externalidades, mas mesmo nesse caso pode produzir comportamentos ineficientes como o *rent seeking behavior*.

³⁸ Portanto, se o Governo conduzir essas ações de forma certa e controlada, certeza que externalidades negativas e comportamentos ineficientes poderão ser controlados. Por outro lado, esse controle poderá evitar possíveis falhas de mercado. Se entende por falha de mercado a situação em que o custo marginal social não é igual ao benefício marginal. Assim, essas falhas de mercado são em sua maioria situações opostas à da teoria da mão invisível, na qual a busca pelo desejo individual pode acabar prejudicando a sociedade caso não haja uma intervenção estatal.

Produz *crowding – out*, pois, ao estimular o investimento público, reduz o privado, mais eficiente, porque eleva a taxa de juros. Por conseguinte, entende a ortodoxia que o mercado é o melhor regulador do sistema econômico e cabe ao Estado protegê-lo e estimulá-lo. Finalmente, reafirmamos que é a externalidade o único elemento teórico que a ortodoxia admite o papel do Governo, mesmo assim sendo visto como contendo problemas de eficiência alocativa.

CAPÍTULO 2

A heterodoxia econômica, a importância da moeda e o papel sempre necessário e eficiente do Estado – O pensamento Pós-keynesiano

Primeiramente, vale lembrar que a abordagem do capítulo anterior sobre o pensamento monetário ortodoxo é dominante ao longo do tempo e mesmo nos dias de hoje. Eles acreditam que a moeda não tem efeitos sobre variáveis reais e que é controlável pela autoridade monetária. Ou seja, ela é neutra e exógena. Em contrapartida, existe um grupo de economistas da heterodoxia econômica que discorda dessa visão, como os pós-keynesianos e marxistas. Para eles, a moeda é de extrema importância para o funcionamento da economia, porque ela é não neutra e endógena. Portanto, veremos essa ‘importância’ ao longo do capítulo, do ponto de vista pós-keynesiano.

2.1 Visão crítica sobre a Teoria Quantitativa: não neutralidade e endogeneidade

As teses pós-keynesianas, influenciadas por J. M. Keynes a partir da *Teoria Geral* de 1936, veem a moeda como um elemento de extrema relevância, porque ela protege os agentes econômicos contra incertezas. Diante disso, a moeda é um objeto socialmente de grande valor, ou seja, a proteção sobre o ‘incerto’ torna-a desejável por si mesma na economia capitalista. A sua análise é vista com bastante preocupação pelos economistas pós-keynesianos, pois a retenção da moeda pode mudar o rumo de uma determinada economia, prejudicando – a ao inibir o investimento.

Foi o economista americano Frank Knight que usou pela primeira vez o termo *Uncertainty* na economia, em sua obra *Risk, Uncertainty, and Profit* (Risco, Incerteza e Lucro), de 1921, com o objetivo de diferenciar o risco econômico da incerteza na tomada de decisões.³⁹

Segundo Knight, há uma incapacidade de mensurarmos a incerteza. Como não podemos quantificar o que vai ocorrer no futuro, para esse autor, o que forma a base da

³⁹ Existe uma confusão em definir risco e incerteza. Alguns economistas acham que é a mesma coisa. Mas Knight e Keynes mostraram que não é a mesma coisa.

tomada de decisões econômicas é a incerteza (DAVIDSON, 1978).⁴⁰ A incerteza knightiana é uma situação em que o futuro não é conhecido e nem pode ser. Aqui Knight mostra que essa indefinição sempre será um problema para a tomada de decisão dos agentes em qualquer economia que se sustenta por meio de um modelo capitalista. Mas foi Keynes quem procurou mostrar de maneira mais clara as causas da incerteza em um sistema econômico.

Keynes escreveu sua teoria sobre probabilidade, realçando a problemática da incerteza. Foi aí que se iniciou uma revolução no pensamento econômico. Assim,

grande número de economistas keynesianos têm enfatizado o caráter histórico (em oposição à lógica) do tempo, a importância da incerteza (em oposição ao risco), o papel do dinheiro, das instituições monetárias e a inaplicabilidade do método de equilíbrio no estudo da disciplina econômica, tanto no trabalho de Keynes quanto na análise das economias capitalistas (AMADEO & DUTT, 2003:99).

Amado (2000) afirma também que entre Keynes e os pós-keynesianos existe diferença em referência aos conceitos trazidos por Knight de risco e incerteza. Isso pode ser observado em Knight quando ele diz:

'(...) *'risco'* significa, em alguns casos, quantidade susceptível de mensuração, enquanto em outros momentos é algo diferente disto, e há diferenças cruciais no comportamento do fenômeno, dependendo de quais dos dois casos é válido (...). Parece que a incerteza mensurável, ou *'risco'* propriamente, como devemos usar o termo, é, assim, diferente da não mensurável, a primeira não sendo efetivamente incerteza. Devemos, desta maneira, restringir o termo *'incerteza'* para os casos do tipo não quantificáveis' (KNIGHT, 1933:19-20 citado por Amado, 2000:48).

O essencial aqui é a importância que Keynes atribuía à incerteza, ou seja, risco não quantificável, de agora em diante denominado incerteza. A sua percepção sofisticada de imprecisão, diz Amado (2000), é essencial para entendermos o próprio Keynes, “e a importância da incerteza em sua visão no processo econômico. Keynes sem a incerteza é algo como Hamlet sem o príncipe” (MINSKY, 1975:57 citado por AMADO, 2000:48). Em vista disso, é preciso entender os fatores que fazem da incerteza uma das características peculiares das economias monetárias de produção (AMADO, 2000).

⁴⁰F. H. Knight, *Risk Uncertainty and Profits*, 1937 ed., p.xxiv (Davidson, 1978:10). O risco é uma incerteza que pode ser quantificável e a incerteza não é probabilizável. O risco denota uma situação em que as possibilidades do futuro podem ser mensuradas probabilisticamente, diferente da incerteza que se refere a uma situação em que não se conhecem as possibilidades para probabilizá-las.

A incerteza não está presente com a mesma intensidade em todos os níveis da atividade econômica. Aquelas atividades que apresentam resultados em um momento muito próximo do tempo em que as revisões das expectativas são possíveis não estão sujeitas ao mesmo tipo de incerteza que aquelas que geram frutos em momentos distantes no tempo e que, conseqüentemente, as expectativas relativas às decisões sobre esse tipo de atividades têm bases muito mais voláteis. Portanto, existe algo como uma escala de incerteza que varia das decisões de produção às decisões que concernem ao investimento e ao processo de acumulação (AMADO, 2000:48).

Amado procurou comparar dois tipos de incerteza, nas expectativas de curto prazo que podem ser revisadas, atendendo aos sinais de mercado, e nas de longo prazo que não podem, porque depende de várias outras ocorrências que vão mudando permanentemente o contexto, sendo que o último torna a tomada de decisão um elemento complexo devido à falta de certeza ou competência na mensuração. Assim, entende Amado (2000) que,

a concepção de incerteza encontra-se, fundamentalmente, relacionada à adoção da noção de tempo histórico. Um mundo que não está sujeito ao tempo histórico sem incerteza corresponde quase à mesma coisa que tempo mecânico, dado que o movimento através do tempo não afeta decisivamente a caracterização do mundo (2000:47).

Desse modo, podemos definir 'incerteza' como decorrência de um futuro desconhecido, pelo fato de que não existem possibilidades de medições e controle do que ocorre ao longo do tempo. Assim, o que significa uma grande diferença entre os pós-keynesianos e os ortodoxos, é o fato de aqueles perceberem que a economia é permeada por incertezas. Entre outros autores, essa visão encontramos também em Mollo (2004). A autora acrescenta que, para

Keynes, em particular nos trabalhos a partir da *Teoria Geral* (1936) e para os pós-keynesianos, a moeda é garantia contra incerteza que permeia a economia por ser o ativo mais líquido, e nesse sentido influencia decisões importantes dos agentes econômicos (2004:336).

Temos, por um lado, a descentralização de decisões e, por outro, o futuro que é desconhecido. Essa indefinição leva os agentes econômicos a reter moeda por precaução,

porque necessitam ter reservas para se assegurar com relação aos acontecimentos.⁴¹ Daí que Keynes via a importância da moeda sob dois propósitos principais: no *primeiro*, percebia a importância e concordava, assim como os demais economistas da heterodoxia, com a função de meio de troca. O *segundo* propósito é a função reserva de valor ou riqueza (DAVIDSON, 1978). Essa última, que é a mais problemática, cria custos pelo fato da moeda ser retida (CHICK, 2010).

Como existem incertezas no mercado, a tendência dos agentes é a preferência pela liquidez ou retenção de moeda (KEYNES, 1985). Percebemos que é essa a função que leva os agentes a guardarem moeda, como dissemos, para se prevenirem de eventuais incidentes. Desse modo, concordamos com Keynes, citado por Davidson (1978) no seguinte:

‘nosso desejo de manter a moeda como uma reserva de riqueza é um barômetro do grau de nossa desconfiança em nossos próprios cálculos e convenções relativas ao futuro... a paixão sobre a moeda atuante acalma nossa inquietação. Desconfiança? Inquietação? São estados mentais impossíveis em um mundo de certeza’ (KEYNES, 1936 citado por DAVIDSON, 1978:141-142).

Ainda, na *Teoria Geral*, de acordo com a ‘teoria da preferência pela liquidez’, Keynes passava a ideia de que, a moeda é um ativo que dá segurança aos agentes econômicos para que possam enfrentar o futuro, pois esse é incerto (KEYNES, 1982). Segundo Davidson (2003:23) Keynes, na *Teoria Geral*, afirmava ainda que, “em economias modernas, a moeda existe apenas porque há contratos, portanto, a moeda está intimamente relacionada com a existência de contratos monetários”. Logo, “é a função de reserva de valor da moeda que permite que os agentes econômicos, retendo-a, guardem o valor nela contido para conversão a qualquer tempo em outros ativos” (AMADO; MOLLO, 2003:41).

A indefinição sobre o futuro leva os agentes a reterem moeda. Essa retenção, devido ao futuro que é incerto, é um problema para as pessoas que têm de se planejar, em particular, os que têm que investir, pois necessitam tomar uma decisão duradoura, porque os investimentos não são líquidos. Para Keynes, essa indefinição faz da moeda algo importante porque ela 'protege' contra a incerteza. Essa proteção interessa ao público ou às empresas porque elas entendem que a moeda é o ativo mais líquido que existe (KEYNES,

⁴¹ Por exemplo, o motivo precaução é entendido por Keynes da seguinte maneira: “entre outros motivos para conservar recursos líquidos, destacam-se os de atender às contingências inesperadas e às oportunidades imprevistas de realizar compras vantajosas e os de conservar um ativo de valor fixo em termos monetários para honrar uma obrigação estipulada em dinheiro” (1982:157).

1982).

A liquidez de um ativo é definida como a propriedade de transformação do referido ativo em outra mercadoria qualquer instantaneamente. A medida de liquidez tem, portanto, dois componentes: o primeiro refere-se à velocidade de transformação, e o segundo, à capacidade de manter valor quando essa velocidade é infinita. Normalmente, observa-se um *trade-off* entre essas duas dimensões do processo, o que reduz a liquidez dos ativos. Há, porém, um terceiro aspecto relativo à liquidez, que se refere à '(...) probabilidade um de realizar seu valor plenamente de imediato' (CHICK, 1983:304 citado por AMADO, 2000:60). Assim, a liquidez mede a flexibilidade que um ativo ou mercadoria dá ao seu detentor. A moeda é, normalmente, considerada o ativo líquido por excelência, e isso é uma consequência de ela ser imediatamente conversível no meio de troca e, conseqüentemente, em todas as mercadorias, ou seja, o custo de transação envolvido na moeda é nulo. Contudo, quando o atributo relativo à probabilidade de transformação do valor da moeda é considerado, a liquidez da mesma pode ser reduzida (AMADO, 2000:60).

Destarte, “como a moeda é o ativo perfeitamente líquido e liquidez reflete flexibilidade, ela representa a flexibilidade absoluta aos seus possuidores. A retenção de moeda representa a retenção potencial de qualquer mercadoria ou ativo” (AMADO, 2000:61). Diante disso, Keynes (1982:97) entende que “o motivo liquidez garante recursos líquidos para enfrentar as emergências, dificuldades e crises”. Portanto, todos a procuram.⁴²

Essas interpretações nos levam a compreender que, se ela é o ativo mais líquido e protege contra a incerteza, então, em determinados momentos, quando as pessoas acharem que há uma incerteza maior, elas vão reter moeda. Essa retenção de moeda é um problema para a economia, porque quando essa moeda é retida, as pessoas não consomem, não investem e a queda desse investimento provoca uma série de problemas na economia, porque a queda do ‘investimento’ faz cair a renda e o emprego de forma multiplicada. Em particular, Keynes se preocupava com o desemprego provocado por esse processo. Para entendermos, vamos ver a decisão mais importante, a de investimento.⁴³⁴⁴

⁴² No fundo a preferência pela liquidez é a demanda por moeda que é definida pelo motivo especulação, precaução ou transação.

⁴³ Quando os agentes guardam dinheiro, eles estão reduzindo a renda do empresário, porque estes não vão comprar o seu produto e isso atrapalha o sistema capitalista, pois, entesourar é problema para o capitalista.

⁴⁴ Quando a moeda é retida pelo motivo precaução, ela não volta para comprar nada. Por isso, para os pós-keynesianos, pode ser danosa para o funcionamento normal da economia. Portanto, essa escola vê a importância da moeda por duas principais maneiras: positiva e negativa. Negativa, porque quando a incerteza

Quando economistas heterodoxos se propõem a discutir o investimento há, portanto, aquela pergunta habitual: *o que leva o capitalista à decisão de investimento? Ou, de que depende o investimento?* Duas são as razões: a eficiência marginal do capital (EMC) que tem que ser maior que a taxa de juros (i).⁴⁵ Começemos a apresentação pela definição do *primeiro* determinante.

Keynes (1982), no capítulo sobre a eficiência marginal do capital, começa pela seguinte frase: quando um agente econômico adquire um bem de capital ou investimento, logo, espera adquirir fluxo de rendas futuras através da venda do seu produto enquanto durar o seu bem de capital, “feita à dedução das despesas correntes necessárias à obtenção dos ditos produtos” (Keynes, 1982:115).⁴⁶

Ao contrário da renda esperada do investimento, temos o preço da oferta desse bem de capital, não sendo o preço de mercado do bem no momento, mas o que levaria uma indústria ou manufatura a produzir uma nova unidade adicional de tal bem – o chamado custo de reposição. Nesse caso, a relação entre a renda que se espera desse bem de investimento e o seu custo de reposição (ou preço de oferta), ou seja, “a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção” é considerada 'eficiência marginal do capital' (Keynes, 1982:115).

Mais precisamente, defino a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de desconto que tornaria a valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta. Isto nos dá as eficiências marginais dos diferentes tipos de bens de capital. A mais alta destas eficiências marginais pode, então, ser considerada como a eficiência marginal do capital em geral. Nota-se que a eficiência marginal do capital é definida aqui em termos de expectativa da renda e do preço de oferta corrente do bem de capital. Ela depende da taxa de retorno que se espera obter do dinheiro investido num bem recentemente produzido; e não do seu resultado histórico obtido por um investimento em relação a seu custo original, quando examinado retrospectivamente ao fim de sua vida (KEYNES, 1982:115).⁴⁷

se eleva, os agentes retêm sua renda para se precaver mais adiante e isso inibe o investimento. A outra maneira é a influência que o crédito pode exercer sobre a produção quando é bem gerido. Esse ponto será desenvolvido no final do capítulo.

⁴⁵ O custo do dinheiro, ou seja, a taxa de juros.

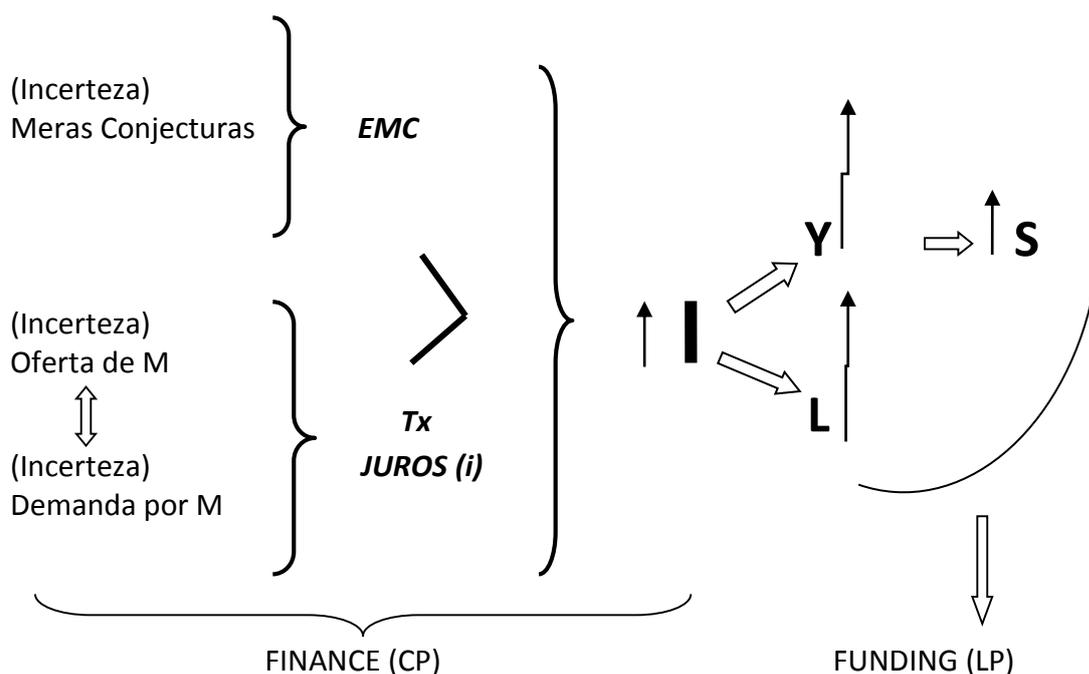
⁴⁶ “Convém chamar a série de anuidades $Q_1, Q_2 \dots Q_n$ renda esperada do investimento” (Keynes, 1982:115).

⁴⁷ “A confusão mais importante quanto à importância e ao significado da eficiência marginal do capital advém do fato de não se ter compreendido que ela depende também da renda esperada do capital e não

Essa é a definição da eficiência marginal do capital que afeta a decisão de investimento. O *segundo* determinante é a taxa de juros. Para Keynes (1982:137) “a taxa de juros é a recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado”. Em particular, entende-se por taxa de juros o custo do dinheiro que o empresário está disposto a suportar, em empréstimo, a fim de investir em um bem de produção. Então, nota-se que a ‘decisão de investimento’ depende da eficiência marginal do capital (*EMC*) ser maior do que a taxa de juros (*i*). Observe o esquema (A).

Conforme o esquema abaixo, mostraremos como essas variáveis, eficiência marginal do capital e taxa de juros, são permeadas pela incerteza. E também a falta de importância da poupança para Keynes e os pós-keynesianos. Portanto, como veremos, o esquema ilustra de maneira simples a relação causa-efeito desses determinantes.

Esquema 1: (A) Eficiência marginal do capital, taxa de juros e investimento



apenas da sua renda corrente. Isso pode ser melhor ilustrado indicando-se o efeito sobre a eficiência marginal do capital que tem a expectativa de modificações no custo prospectivo de produção, quer se esperem essas mudanças como resultado de alterações no custo do trabalho, isto é, na taxa de salário, quer de invenções e técnicas novas. A produção obtida com o equipamento fabricado hoje terá de competir, enquanto durar, com a do equipamento fabricado mais tarde, talvez a um custo menor em trabalho, talvez com uma técnica melhor de possibilita vender sua produção a preços menores e a aumente em quantidade até que seu preço tenha descido ao mínimo satisfatório. Além disso, o lucro do empresário (em termos monetários) advindo do equipamento velho ou novo será reduzido se todo o produto vier a ser produzido de modo mais barato. À medida que tais desenvolvimentos pareçam, ou mesmo apenas possíveis, a eficiência marginal do capital produzido no presente diminui apropriadamente” (KEYNES, 1982:119)

A eficiência marginal deve ser maior que a taxa de juros para garantir a decisão de investir. Caso contrário, o investimento não acontece. Assim, o investimento é um componente bastante importante para a heterodoxia pós-keynesiana. Caso seja realizado com sucesso, multiplica a renda das famílias pelo efeito multiplicador e multiplica o emprego.

Como o investimento depende também da taxa de juros, se esse custo do empréstimo for baixo, conforme indicação do esquema (A), a eficiência marginal do capital tende a ser maior do que a taxa de juros e, portanto, a decisão para investir vai se realizar. Mas, a eficiência marginal do capital depende das conjecturas que os empresários fizerem, do que vão obter como ganho no investimento feito (*EMC*), e isto é permeado por incerteza em vista da descentralização das decisões e do futuro desconhecido. Então, depende do otimismo ou pessimismo que eles tiverem. Isso influencia na rentabilidade que eles esperam alcançar. O problema é que essa rentabilidade é incalculável, porque a economia é permeada de incertezas e ele só pode fazer conjecturas. Isso pode impedir a realização do investimento.

A taxa de juros, por sua vez, depende da oferta de moeda e da demanda por moeda. A '*oferta de moeda*' depende do Banco Central e da oferta que os bancos fazem de dinheiro, empréstimos, que depende da preferência pela liquidez dos bancos. Compreende-se, então, que a oferta seria volátil porque depende da incerteza. Quando as expectativas do mercado estão baixas, os bancos não estão estimulados a emprestar, racionando crédito para possíveis eventualidades futuras, ou aumentando a taxa de juros. A '*demanda por moeda*' depende também da incerteza, porque é a preferência pela liquidez do público em geral. Conforme é o grau de incerteza, o público vai demandar mais ou menos moeda por precaução ou como reserva, ou garantia com relação a essa incerteza. Se a incerteza for grande, o público prefere entesourar deixando o dinheiro mais líquido como forma de se proteger de eventuais situações que possam acontecer no futuro. Dessa maneira, os agentes que receberam dinheiro pela venda de mercadorias ou prestação de serviços para produção de um determinado bem consumível deixam de gastar para entesourar. Isso aumenta a taxa de juros e impede também a realização do investimento. Ademais, essa preferência pela liquidez leva aqueles que têm renda a não consumir e poupar sem que essa poupança seja

emprestada. Isso dificulta tanto a venda dos bens produzidos quanto a realização pelo capitalista de novo investimento seja ele autofinanciado ou financiado por empréstimos, já que os recursos para financiar o investimento não ficam disponíveis. Portanto, todos esses fatores deixam o investimento bastante volátil, o que tem efeitos imediatos e multiplicados sobre a renda e o emprego. Então, é a incerteza um problema para a economia capitalista.

Ademais, esse é o esquema que substitui o mercado de fundos de empréstimos neoclássico e que mostra uma inversão. Nessa estrutura, que aprofundaremos abaixo, podemos perceber que, primeiro, o investimento vem antes da poupança, ao invés da poupança antes do investimento, como entende o pensamento econômico ortodoxo. Por fim, a poupança que não é emprestada prejudica o investimento.

Por esses motivos, chegamos à conclusão que: investimento depende da incerteza, devido ao seu efeito nas conjecturas, que vão determinar a eficiência marginal do capital, e na oferta de moeda pelos bancos e na da demanda por moeda pelo público que vão determinar a taxa de juros. É isso que faz o investimento instável. Se o investimento flutua, e a renda e o emprego dependem de forma multiplicada do investimento, então vão flutuar muito mais na economia. Isso pode ser detalhado no *financiamento-investimento-poupança-funding*, que será descrito a seguir.

Antes de aprofundarmos o circuito vamos observar o pensamento de alguns autores pós-keynesianos sobre os componentes do investimento, que são a eficiência marginal do capital e a taxa de juros. Segundo Amado (2000), na visão de Keynes a eficiência marginal do capital cai com o acúmulo de bens de capital. Para a autora, isso resulta do fato de que ‘os retornos do capital decorrem de sua escassez, e, portanto, quanto menos escasso menor serão os seus retornos’ (Keynes, 1936:213 citado por Amado, 2000:70). Ou seja, quanto maior a quantidade de bens de capital, menor o seu retorno.

Segundo Chick (1983) ‘outra hipótese levantada para esse resultado vem da elevação do preço de oferta dos bens de capital quando a acumulação ocorre; assim, quanto maior o nível de investimento menor seria a eficiência marginal do capital’ (CHICK, 1983 citado por AMADO, 2000:70). Amado argumenta ainda que,

nesse sentido, é necessário analisar os elementos que mantem o capital como algo escasso na economia. De acordo com Keynes, ‘a única razão para um ativo apresentar uma perspectiva de retorno durante sua vida útil apresentando valor agregado maior que

o seu preço de oferta inicial é em decorrência de sua escassez. O ativo é mantido escasso por causa da competição com a taxa de juros sobre a moeda' (Keynes, 1936:213 citado por Amado, 2000:70). Dessa maneira, como o nível de investimento é determinado pela equalização da eficiência marginal do capital com taxa de juros monetária, este último elemento coloca limites ao processo de acumulação de capital (AMADO, 2000:70).

Uma taxa de juros elevada enfraquece o investimento, desestimulando o nível de emprego e a renda gerada. Para os pós-keynesianos, como Paul Davidson, por exemplo, para que se dê a demanda efetiva (DA) levando ao aumento do produto (y) e do nível de emprego (L), é preciso que o investimento (I) se realize. Essa realização é determinada pela garantia da taxa de juros ser menor que a EMC . E essa realização também depende das expectativas dos agentes sobre o futuro ser maior ou menor, como mencionado acima. Ou seja,

essa incerteza é particularmente forte em relação ao investimento em ativos de capital para o qual as condições correntes não podem dar, ao tomar as decisões, as informações relevantes sobre o futuro, de modo a guiar seus atos. Isso não significa que os agentes não possam perceber inadequações no seu estoque corrente de capital ou diferenças nas suas taxas de retorno. O fato a ser destacado é a extrema precariedade das bases de conhecimento sobre as quais nossas estimativas de ganhos futuros têm de ser feitas. Nosso conhecimento dos fatores que irão determinar o ganho do investimento em anos futuros é normalmente muito tênue e frequentemente negligenciável. O presente não basta para determinar as decisões de investimento (CARVALHO, 2003: 44).

Logo, não é o cálculo probabilístico sobre riscos que sustenta a decisão de investir. O cálculo, como vimos, não pode ser feito ao observar os sinais. Portanto, como viemos dizendo, são as expectativas incertas dos agentes sobre o futuro que permeiam a realização do (I). Daí porque ele depende do otimismo ou pessimismo dos agentes. Além disso, note que,

o tipo de incerteza aqui tratado relaciona-se com a descentralização das decisões, no capitalismo, e com o futuro desconhecido ao tomar tais decisões. Neste sentido, trata-se de uma incerteza não probabilizável. Quanto mais dependente do futuro a decisão for, e quanto mais longínquo for o futuro, maior a incerteza. Assim, ela afeta sobretudo as decisões de investimento quanto mais longe for o seu período de maturação (AMADO; MOLLO, 2004:136).

Apesar do investimento ser determinado, na maioria das vezes, por expectativas extremamente incertas, ele poderá ocorrer “porque as decisões de investir são parcialmente tomadas a partir de sinais correntes” (CARVALHO, 2003:52). Contudo, percebemos que a eficiência marginal do capital depende de meras conjecturas, expectativas que não são calculáveis. Então, são permeáveis a incertezas. Observe o esquema (B).

Esquema 2: (B) Incerteza e Crises

Incerteza ⇒ Insuficiência do Investimento ⇔ Insuficiência de Demanda
Efetiva ⇒ Flutuação e crises

Esse esquema denota bem o que viemos explicando anteriormente. Em acréscimo, Amado (2000) resume o que viemos dizendo:

‘a decisão de investir basea-se na eficiência marginal do capital, que corresponde à taxa que equaliza o valor presente do fluxo de retorno esperado de um bem de capital ao seu preço de oferta, que é o preço mínimo necessário dadas as condições de mercado, induzir a produção de uma unidade extra desse bem de capital’ (KEYNES, 1936:135 citado por AMADO, 2000:70).

Quando completa dizendo que “essa definição chama atenção para o caráter incerto da decisão de investir. Num mundo de incertezas, os retornos esperados do ativo de capital não podem ser calculados com base em distribuições de probabilidades e nem em nenhum outro método absolutamente seguro” (AMADO, 2000:70).

O capítulo 12 da *Teoria Geral* revela que as expectativas de longo prazo são configurações baseadas em percepções subjetivas, “especialmente porque o investimento, devido à sua natureza, somente gera frutos num futuro distante; e quanto mais distante o período que esses resultados se apresentarem em relação ao momento da decisão de investir, mais incerto é o resultado dessa decisão” (KEYNES, 1936:149-50 citado por AMADO, 2000:70).

Dessa maneira, a decisão de investir do capitalista assenta em um suposto subjetivo, é o caso dos *animal spirits* dos empresários. Como percebe Shackle, “o investimento é uma atividade irracional e não racional. Os supostos sobre o que irá acontecer são a própria fonte para o que ocorrerá, fazer a história é o resultado de tentar apreendê-la” (SHACKLE,

1983:130 citado por AMADO, 2000:70).

Além do mais, segundo Keynes (1982), a taxa de juros depende da oferta de moeda e da demanda por moeda. Contudo, para Keynes, tanto a oferta quanto a demanda dependem da incerteza. A oferta, porque os bancos ofertam ou não moeda dependendo da preferência pela liquidez deles; e essa preferência pela liquidez deles (dos bancos) depende da forma como veem o grau de incerteza na economia. Por sua vez, a demanda de liquidez do público é a própria preferência pela liquidez das pessoas e também depende da incerteza. Enfim, Mollo (2005) concorda com os argumentos dos pós-keynesianos no seguinte,

“as decisões econômicas em geral, mas, sobretudo, as decisões de investimento, são permeadas por incerteza. Seja em função do futuro que é desconhecido, ou em vista do caráter descentralizado das decisões, a verdade é que não é possível prever, nem probabilizar o que ocorrerá, mas apenas fazer conjecturas a respeito do que se espera ganhar ao investir. Essa expectativa de ganho é comparada com a taxa de juros, que é uma medida do custo deste investimento. Se o ganho esperado for superior, isso estimulará a decisão de investir. Em caso contrário, essa decisão não será tomada. Como não é possível calcular efetivamente a rentabilidade estimada do investimento, já que o tipo de incerteza que a afeta não é probabilizável, e já que também não é possível antecipar a taxa de juros, porque também depende de fatores afetados pela incerteza, as decisões de investir dependem de fatores subjetivos, do otimismo ou pessimismo dos agentes econômicos e do maior ou menor grau de confiança que têm nas suas conjecturas. Isso conduz os investimentos a serem voláteis e a renda, a produção e o emprego a serem instáveis” (MOLLO, 2005).

Então, se percebe que a autora compreende que os determinantes do investimento dependem das indefinições do sistema econômico, assim como são voláteis, isso leva a uma instabilidade muito grande da economia porque a renda e o emprego flutuam ainda mais em virtude do multiplicador. Isso mostra que, primeiro, a moeda afeta a economia e, segundo, que ela é muito importante. Essa é a maneira que os pós-keynesianos veem importância na moeda para economia diferente da ortodoxia. Daí que vale a não neutralidade da moeda para os pós-keynesianos.

A moeda, para os pós-keynesianos não é neutra porque se a oferta de moeda (M) cai, com o entesouramento, inibe o investimento (I) e leva, então, à queda do produto (y) na equação de trocas, porque aumento de M tem efeitos duradouros sobre y . Ou seja, “a moeda, neste caso, afeta sempre a atividade produtiva (sendo, portanto, sempre não

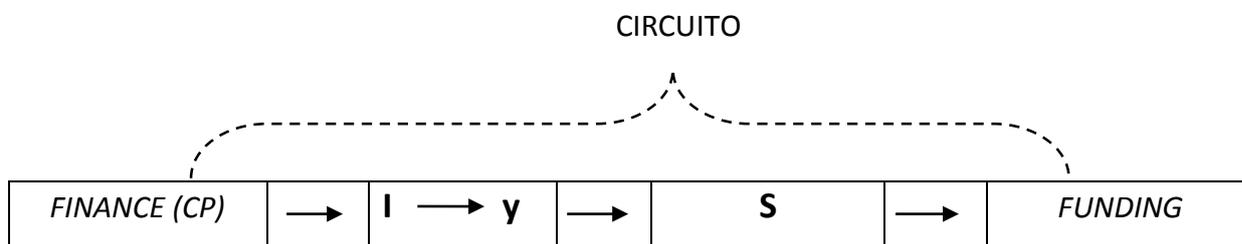
neutra), e tem ainda muita importância para o processo econômico, embora por razões diferentes entre autores e escolas” (MOLLO, 1998:7).

Essas conclusões levam à negação da lei de Say e da *TQM*. No *primeiro caso* porque não haverá equilíbrio entre oferta e demanda, já que parte da moeda ficaria retida. No *segundo caso*, porque a velocidade (*V*) seria instável e o produto (*y*) seria afetado de forma durável. ⁴⁸ Como disse, essa é a maneira que os agentes econômicos veem importância na moeda, o que leva também ao entesouramento.

Em adição, como os bancos determinam a oferta de moeda, e se a preferência pela liquidez do público também injeta ou tira dinheiro de circulação, então a moeda é endógena. Então, se *M* aumenta e *V* não está fixo porque a moeda é endógena, então a *TQM* não vale. Por outro lado, não é neutra, porque quando se tira moeda, primeiro o investimento cai, a produção cai e o emprego cai.

Além disso, a não neutralidade da moeda pode ser vista por meio do motivo financiamento de Keynes. É preciso que o sistema crie moeda (o que Keynes chamou de *new currency*) para financiar o investimento. E essa criação, no curto prazo, não se obtém por meio da poupança, acreditava Keynes, mas pelo motivo finanças. Pode haver poupança e o dinheiro não ser emprestado ao investidor se ela for retida como preferência pela liquidez. Por outro lado, pode haver recursos emprestados sem poupança prévia em virtude do papel dos bancos quando criam moeda nova. Então observe o esquema C abaixo sobre o *finance* fornecido pelos bancos, que prometemos aprofundar anteriormente, o circuito.

Esquema 3: (C) O circuito financiamento para o investimento



O motivo *finance* de demanda de moeda que viabiliza, numa primeira fase, o investimento, se dá no curto prazo. Trata-se de empréstimos bancários sem lastro em

⁴⁸ A procura cai, os empresários com seus produtos precisam vender, e sendo a procura inelástica, isso pode causar deflação, e nenhum empresário está disposto a perdas (custos, principalmente com pessoal).

poupança prévia. Por outro lado, o *funding* que é a conversão dos empréstimos de curto prazo, em prazo maior, compatível com o prazo de maturação do investimento, sai da poupança dos agentes ou daqueles que possuem renda disponível e não gastam. Mas não dependem da poupança, porque ela sempre estará disponível se houver investimento e então aumento multiplicado da renda. O *funding* depende de haver uma preferência pela liquidez baixa, por parte dos poupadores. Então o que importa não é o volume de poupança, mas o destino dela. Esses dois elementos resumem o circuito do *financiamento-investimento-poupança-funding*. Porém, os pós-keynesianos entendem que a poupança não tem importância nenhuma, porque ela sai necessariamente da renda, e a poupança será igual ao investimento, conforme a equação (6'). Segue a demonstração de igualdade.

$$Y = C + I \quad (1)$$

Como o consumo é igual a uma proporção c da renda Y , temos:

$$Y = cY + I \quad (2)$$

Então:

$$I = Y - cY \quad (3)$$

Ou seja, o investimento é:

$$I = (1 - c)Y \quad (4)$$

Quanto à poupança S é, por definição, a parte da renda y não consumida. Ou seja,

$$S = Y - C \quad (5)$$

Então:

$$S = Y - cY \quad (6)$$

Concluimos que a poupança é:

$$S = (1 - c)Y \quad (6')$$

Isso mostra a igualdade entre investimento e poupança, depois que o investimento se realizou e aumentou a renda de forma multiplicada.⁴⁹

É por meio dessa demonstração que a heterodoxia chega à conclusão que $I = S$ necessariamente depois do investimento (I). Ou seja, para que o investimento aconteça, não é condição suficiente que haja poupança do público. O que é preciso é que haja empréstimos dos bancos e isso pode haver sem poupança.

Além do mais, a poupança é tudo que se ganha menos o que se consome. Como dissemos, é igual, necessariamente, ao investimento. Daí a falta de importância da poupança, porque a sua realização se verifica sempre, no final. Portanto, depois que a renda cresce impulsionada pelo investimento, ou seja, ex-post, a poupança se iguala a esse investimento.

Por outro lado, não adianta ela ser igual se os poupadores não emprestarem a médio e longo prazo. Essa poupança pode crescer, ser enorme, mas ela não é suficiente para consolidar o investimento de maneira que os investidores possam converter as dívidas de curto prazo em dívidas de prazo maior compatíveis com a maturidade do investimento. Então o processo de investimento vai parar ou vai se encarecer porque toda hora o investidor vai ter que ficar tirando um financiamento de curto prazo. Então, esse aqui é o circuito *financiamento-investimento-poupança-funding* que prometemos aprofundar.

Para os Pós-keynesianos, a idéia sobre *finance* é definida por Keynes como sendo a liquidez que o capitalista precisa ter “entre o momento em que ele decide investir, ou seja, o momento em que a decisão é apenas um gasto planejado e o momento em que o gasto efetivamente ocorre” (AMADO, 2000:74). Ainda segundo a autora, esses elementos permitem a Keynes afirmar:

‘o empresário quando decide investir tem que ser satisfeito

⁴⁹ O investimento vem antes da poupança e o *funding* não depende da poupança, mas da preferência pela liquidez de quem poupa. Daí que a poupança não tem importância, porque o que importa é a preferência pela liquidez dos poupadores.

em dois pontos: *primeiramente*, tem que obter financiamento de curto prazo suficiente durante o período de produção do investimento; em *segundo lugar*, ele tem que conseguir consolidar seu financiamento de curto prazo com obrigações de longo prazo em condições satisfatórias' (KEYNES, 1973c:217 citado por AMADO, 2000:75).

Assim sendo, a poupança acontece a longo prazo quando o motivo finanças já se realizou, porque aí o investimento acontece, o emprego e a renda aumentam e, por esse motivo, se a economia estiver em pleno funcionamento, as pessoas tendem a poupar parte de sua renda (DAVIDSON, 1978). Do contrário não acontece, daí a importância do *finance*.

Os recursos para consolidar o investimento, ou seja, converter dívidas de curto prazo (*finance*) em dívidas mais longas compatíveis com o prazo do investimento (*funding*) vem da poupança. Mas ela só se transformará em *funding* ou empréstimos de longo prazo se não houver preferência pela liquidez dos poupadores. Então o que importa não é a poupança, mas a preferência pela liquidez. Portanto, para Keynes e os pós-keynesianos, a poupança depende da renda, o investimento depende da diferença positiva entre o rendimento esperado do investimento em bem de capital (*EMC*) e o seu custo. Essa comparação é feita pelos responsáveis pela decisão de investimento. Observe o esquema D.

Esquema 4: (D) Investimento/Poupança

$EMC > i \rightarrow$ Investimento (I) \rightarrow Renda aumentada (y) \rightarrow Poupança (S) \rightarrow
 \rightarrow Preferência baixa pela liquidez dos poupadores \rightarrow *Funding*

Finalmente, como o investimento é uma variável real, a moeda não é neutra nem no curto, nem no longo prazo (CARVALHO, 2003). Se a moeda não é neutra, então a política monetária tem uma importância enorme, e no caso de Keynes o Estado tem importância enorme tanto na política monetária quanto via política fiscal.

Na concepção de Keynes, a moeda desempenha um papel próprio e afeta a economia real, ou seja, ela é um ativo que afeta todos os agentes econômicos. Está presente em todas as decisões. Ademais, na economia monetária de produção, Keynes via a moeda como não neutra.

Essa abordagem alternativa substitui a suposição de que o futuro pode ser visto em termos objetivamente probabilísticos,

considerando o futuro como fundamentalmente incerto no sentido de Keynes-Knight, algo enfatizado especialmente pelos pós-keynesianos. O fato de o futuro ser incerto não significa que os agentes econômicos não tomem decisões que possam ser modeladas usando equações baseadas em regularidades comportamentais, mas significa que tal modelagem deve levar em conta como os atores realmente se comportam quando sabem que o futuro é” (DUTT, 2011:313).

Esse é o comportamento do *animal spirits* do capitalista. Além disso, apesar da incerteza, Davidson (2005) nota que,

a teoria de Keynes implica que os agentes que planejam comprar bens produzidos no período atual não precisam ter renda atual ou anterior para exercer essa demanda (D_2) em um sistema econômico empreendedor e monetário. Isso significa que os gastos com D_2 , que normalmente associamos à demanda de bens de capital fixo e de trabalho reproduzíveis, não são limitados pela renda real ou por dotações herdadas. OD_2 é restrito em um sistema bancário criador de dinheiro apenas pelo fluxo de caixa monetário (não real) futuro esperado (KEYNES, 1936, chap. 17 citado por DAVIDSON, 2005:459).

Isso mostra que é através da disponibilidade líquida dos bancos que o investimento se realiza dada taxa de juros baixa, e não necessariamente pelo mero lucro dos agentes. Acrescenta Davidson (2005) que,

para que o componente D_2 da demanda agregada não seja restringido pela renda real, portanto, os agentes devem ter a capacidade de financiar o investimento tomando emprestado de um sistema bancário que pode gerar dinheiro. Este mecanismo de financiamento Pós-keynesiano, onde os aumentos na quantidade nominal de dinheiro são usados para financiar o aumento da demanda por bens produzidos, resultando em níveis crescentes de emprego, significa que o dinheiro não pode ser neutro. (DAVIDSON, 2005:459).

Enfim, para que haja D_2 é necessário que o banco empreste dinheiro – vale o motivo finanças. Essa liquidez vai estimular o aumento da demanda de bens de capital fixo e de trabalho produzíveis segundo Keynes, conforme Davidson (2005), e com isso o produto. Então, concluímos mais uma vez que a moeda é não neutra e endógena, daí que o axioma da TQM não é válido para Keynes e os pós-keynesianos. Por outro lado, se vale o motivo finanças dos bancos, então vamos ver qual o papel da política monetária para estimular o investimento e, portanto, o emprego.

2.2 O papel da política monetária para estimular o investimento e o emprego

É papel do Governo efetuar política monetária que estimule o investimento com o objetivo de alcançar o aumento do emprego. Quando o investimento se encontra limitado, é importante que a Autoridade Monetária entre para solucionar o problema, com política de concessão de liquidez via bancos. Isso pode ser feito baixando a taxa de juros.

O Banco Central compra ou resgata títulos públicos em circulação, ou aumenta a base monetária ou reduz o compulsório dos bancos ou a taxa de redesconto, com o objetivo de diminuir a taxa de juros e, portanto, aumentar a circulação da moeda.

Por outro lado, se o Banco Central aumentar a taxa de juros, isso terá impacto direto sobre os juros dos financiamentos bancários. Os empresários deixam de contrair empréstimos para investimentos em novos projetos, porque juros altos requerem uma *EMC* alta, inexistente para viabilizar o investimento.

Por essa razão, Keynes diz que ‘os bancos podem restringir o crescimento se não se dispuserem a se tornar menos líquidos fornecendo a liquidez necessária ao financiamento do desenvolvimento’ (KEYNES 1937 citado por AMADO; MOLLO, 2004:147-8). Se isso acontecer, haverá menos dinheiro em circulação. Isso pode comprometer o investimento, a renda e a geração de novos empregos. Por isso, é necessária uma política monetária que responda ao investimento.

Assim, Keynes, ao escrever sobre o motivo finanças, “chama atenção para a importância dos bancos e do financiamento rotativo que estes podem fornecer para viabilizar a concretização do investimento uma vez tomada a decisão de investir” (AMADO; MOLLO, 2004:148). Então, é objetivo da política monetária, para os pós-keynesianos, viabilizar o investimento através da redução da taxa de juros, diferente dos neoclássicos, que é controlar preços. Aprofundemos por meio do modelo *finance* apresentado acima.

O modelo do esquema (A), explica claramente como o investimento depende da taxa de juros, que deve ser menor do que a eficiência marginal do capital. É preciso que a Autoridade Monetária diminua os juros a fim de incentivar o investimento privado. Neste caso, a *EMC* será maior do que a taxa de juros para vários investidores. Se baixar, deixa o mercado mais líquido e o investimento se realiza. Isso garante *finance* ou financiamento do investimento. Portanto, isso permite negar a *TQM*, como?

Se a moeda não é neutra nem no curto, nem no longo prazo, a oferta de moeda (M) impacta sempre o investimento (I). Ou seja, se aumentar M a uma dada taxa de juros administrada, implicaria em aumento de I e y e vice-versa, se reduzir. Isso mostra que a oferta monetária afeta variáveis reais.

Destarte, se a taxa de juros precisa ser menor que a eficiência marginal do capital, para o financiamento se concretizar dada uma taxa de juros baixa, este viabiliza o investimento. Esse é o objetivo da política monetária. *Por que?* Porque os agentes econômicos vão compreender que as eficiências marginais do capital vão ser superiores. A confiança vai aumentar, vão investir e isso vai implicar na criação de emprego e renda multiplicada. E, no segundo momento ou no próximo ciclo se vai perceber o sistema andando mais rápido.

Mas isso se perceberem que a incerteza como baixa. *Por que?* Porque ela impacta a eficiência marginal do capital, como dissemos anteriormente, por via das conjecturas. Se a taxa de juros cair com a política monetária, mas a EMC também cair, por causa da incerteza dos investidores, a política monetária não vai estimular o investimento. Então, a política monetária não é suficiente para garantir o investimento longo. Ela importa, mas não é tudo, porque pode não garantir sempre o (I) de maneira durável.

Enfim, a taxa de juros (i) não é suficiente para garantir o investimento duradouro, por um lado, porque mesmo se ela cair muito, pode cair ainda mais a eficiência (EMC). Por outro lado, se percebe que a incerteza está sempre presente, se ela for maior, menor será o investimento, para Keynes. Isso é um problema para geração de empregos. Nesse caso, só a política fiscal pode resolver o problema.

2.3 O papel da política fiscal para estimular o investimento e, então, o crescimento da renda e do emprego

Vimos anteriormente, que o investimento está atrelado à eficiência marginal de capital e a taxa de juros. O problema é que, como vimos no item anterior, a política monetária não garante sempre o aumento do investimento, porque se a incerteza for muito grande, ela abaixa a taxa de juros, e apesar disso, a eficiência marginal do capital pode não ficar abaixo dela e o investimento não é estimulado. Portanto, é preciso a intervenção da política fiscal.

É aqui que o Governo deve entrar com a política fiscal para investir no lugar da iniciativa privada. Depois que ele investir, vai melhorar a geração de renda e emprego. Com isso, melhoram as expectativas dos empresários, a eficiência marginal do capital sobe, e o investimento se realiza. Esse é o papel da política fiscal de consolidar o investimento e, por sua vez, a renda e o emprego de maneira multiplicada e duradora. Aprofundemos a seguir.

Para Davidson (1991), quando o público se torna tão desejoso de liquidez devido às incertezas de forma a impedir o emprego, o Governo pode criar os ativos líquidos necessários para saciar este desejo enquanto encoraja o emprego. Isso é a política monetária. Quando o empresário perde o seu ‘espírito animal’, porém, o Estado pode criar outros incentivos financeiros para que o investimento ocorra. O Governo como provedor e garantidor de liquidez, possui os instrumentais necessários para eliminar as crises de liquidez. Ele pode estimular o investimento do setor privado quando necessário, pois não tem as restrições contábeis que este setor está submetido. Mas

“Se o setor privado falha em promover os estímulos econômicos por se recusar a aumentar suas dívidas tomando emprestado quantias adicionais do sistema bancário de forma a estimular mais a produção e vendas, então os Pós – keynesianos defendem que o Governo deve aumentar a oferta de ‘moeda não neutra’ e a demanda efetiva para assegurar o emprego. Sempre que há recursos ociosos, empréstimos governamentais podem aumentar a oferta monetária a ser utilizada para expandir a demanda e encorajar os empresários a aumentar a produção real e empregar mais trabalhadores de forma a responder ao aumento da demanda” (DAVIDSON, 1991:79).

Aqui o Estado está sendo provedor e garantidor de liquidez objetivando o aumento demanda. Contudo, há razões que fazem da política monetária insuficiente para garantir o emprego, como já vimos. É importante, neste caso, o envolvimento do Estado com a política fiscal ativa, segundo os Pós-keynesianos, de modo a garantir a estabilidade econômica consistente ou durável.

Desse modo, quando há instabilidade no sistema econômico, isto é, no setor privado, são essenciais políticas conjunturais que possam atenuar variações no nível de emprego e de renda. Essas políticas são: fiscal e orçamentária. Aftalion & Poncet (1981) reforçam a idéia no seguinte,

Para os pós-keynesianos, o sistema econômico é, por natureza, instável, e a instabilidade nasce essencialmente dos comportamentos do setor privado. Políticas conjunturais ativas, tendo em conta circunstâncias do momento, são desejáveis para aplanar a evolução do rendimento e evitar o desemprego involuntário por imperfeições várias no funcionamento dos mercados (AFTALION; PONCET: 1981:100).

Exemplo, a deficiência de demanda no capitalismo, isto é, a falta de consumo e investimento (AMADO; MOLLO, 2003:156).⁵⁰ Aqui os gastos governamentais são importantes. É o investimento, inicialmente, a variável que o governo deve se preocupar em resolver para estimular outras variáveis reais como o emprego. Garantir emprego é a sua finalidade.

É a partir desses argumentos que reforçamos a concepção do papel da política fiscal na visão dos economistas pós-keynesianos. Como a política monetária depende das expectativas dos agentes para ter efeito, é preciso contar com a política fiscal, cujo efeito é mais garantido, porque depende do governo. Partindo dessa ideia: *o que a política fiscal pode fazer para estimular o investimento e, então, o crescimento do emprego e da renda de maneira eficiente?* O governo pode estimular o investimento privado ou ele próprio investir para garantir a geração de empregos e renda e, com isso, alterar as expectativas futuras dos potenciais investidores privados. Ou seja, o governo realiza despesas governamentais para investimento, que podem ser financiadas pelo empréstimo público. O corte nos impostos também é um elemento possível, embora não tão garantido quanto o investimento realizado pelo próprio governo.

Segundo Davidson (1991), se o Governo financiar os seus gastos adicionais tomando emprestado, ele aumenta a demanda agregada. Em relação aos cortes de impostos, se o Estado corta os impostos, aumenta a renda disponível dos agentes. Ou seja, aumento de gastos do governo aumenta a demanda agregada diretamente e a desoneração aumenta a renda disponível, o que pode levar a um aumento dos gastos por parte do setor privado.

Mas, como o empréstimo é custo para o governo na opinião de alguns economistas, existe uma preocupação sobre o déficit. Mas, Keynes e os pós-keynesianos compreendem que o tamanho do déficit do Governo necessário para atingir o emprego é de importância secundária. Até porque se a economia cresce, a arrecadação aumenta e isso, por si só, pode ajudar a cobrir o déficit. O importante é se adequar ao problema de desemprego em

⁵⁰ O gasto público é um elemento essencial da demanda que se adiciona ao consumo (C) e ao investimento (I)

questão. Para Davidson (1991), é de grande valor para um povo civilizado ter um Estado que torne o déficit tão grande quanto necessário para promover o emprego.

Se o aumento do déficit for de magnitude apropriada, em qualquer situação de recessão, o governo pode gerar oportunidades de lucro que encorajam os empresários a expandir a produção e o emprego. Desta maneira, ele pode por ação direta de política econômica, evitar o desperdício e a subutilização de recursos produtivos pelas empresas privadas, melhorando as condições econômicas de todos. Daí que o Governo deve tomar emprestado para gastar. Aliás, Keynes sempre preferiu garantir a estabilidade pela política fiscal expansionista.

Para Amado & Mollo (2004:139) “a este respeito é preciso mencionar que as concepções da tradição Pós-keynesiana privilegiam exatamente a importância da atuação estatal e das políticas distributivas” (AMADO; MOLLO, 2004:139), ou seja, de renda. Além disso, como o Estado não tem objetivo de lucro, então ele não faz cálculo da eficiência marginal do capital que é fruto das conjecturas com relação à taxa de juros. Ele investe, gera renda, emprego e, com isso, melhora as expectativas ou conjecturas dos empresários no momento seguinte. Esse é o papel da política fiscal, de criar um ambiente que reduza os efeitos da incerteza no sistema econômico. Por isso, é papel do Governo promover condições que reduzam as incertezas nas questões financeiras.

Chick (1993) diz que o Governo investe com o objetivo de alterar o nível da demanda agregada. Assim, por meio dessa política fiscal expansionista, os pós-keynesianos compreendem que a confiança dos agentes privados poderá voltar logo no segundo momento, porque o grau de incerteza nas conjecturas cai, e isso leva a iniciativa privada a investir mais no lugar do Estado. Portanto, gastos governamentais estimulam a demanda, a renda e o emprego, relançando a economia. Para Keynes, não há mecanismo de mercado que leve ao equilíbrio de pleno emprego.⁵¹ Mas o Estado consegue garantir o emprego por meio dos gastos governamentais. É isso que explica por que Minsky (1986:9) diz que “ *as noted by Keynes and other economists in the 1930s, debt financed government spending is like investment in sustaining income and employment. Such government spending was even*

⁵¹ Esta foi a ideia principal de Keynes e representava um desafio à teoria econômica pois sugeria que a mão invisível de mercado não era suficiente para garantir o pleno emprego. Ou seja, não há como provar teoricamente nem empiricamente que a economia converge para o pleno emprego só com o mecanismo de mercado. Na verdade, há uma indeterminação que pode depender da demanda efetiva. Esta por sua vez é função dos *'animal spirits'* (ANDRADE, Joaquim P. Resgatando Keynes, 2018)

called honoratu investement.”

Finalmente, as compras do governo estimulam as vendas das firmas, e essas firmas podem demandar empregados aumentando emprego, renda e demanda efetiva. Há aqui um efeito multiplicador dos gastos do governo e uma resposta das firmas sobre o novo momento da economia. Se as vendas aumentarem pressupõem dizer que a produção também vai aumentar. Se assim acontecer, o volume de empregos também aumentará. Isso gera novos empregos, que é o objetivo maior dos governos.

Para os pós-keynesianos, o papel do Governo é importante, pois tende assim a melhorar as expectativas, reafirmando o que já dissemos. Em suma, “em economias capitalistas modernas, não se pode esquecer a ação do Estado, que informa e coordena a ação dos agentes econômicos, assegurando-lhes a manutenção das condições normais dos negócios” (CARVALHO, 2003:55).

Assim, pela teoria da incerteza, os Pós-keynesianos chamariam a atenção para o papel da incerteza que envolve qualquer ato de tomada de decisão. Em um mundo de incertezas, o dinheiro desempenha um papel primordial na proteção dos agentes contra os efeitos da irreversibilidade do tempo. Quando a incerteza aumenta, os agentes preferem ter em mãos ativos líquidos – e o dinheiro é um ativo líquido *por excelência*. Se os agentes retêm dinheiro, em vez de usar seus rendimentos comprando bens, observa-se uma interrupção do circuito renda-gastos e, assim, desemprego (AMADEO & DUTT, 2003:77-78).

Esses autores compreendem que são duas as principais e fundamentais consequências que a incerteza traz: primeiro, o desemprego que resultado comportamento das firmas que, diante do incerto, “realizam gastos de investimento não necessariamente compatíveis com o pleno emprego; (b) a instabilidade do sistema econômico” (AMADEO & DUTT, 2003:105). Então não é somente a política monetária que vai garantir o funcionamento equilibrado do sistema econômico.

A ênfase de Keynes é na demanda efetiva. Daí a importância do papel do Estado expansionista para garantir o investimento restabelecendo a demanda efetiva, a geração de renda e emprego multiplicado, garantindo, assim, a estabilização econômica duradoura por meio do financiamento ou dívida pública como da desoneração do imposto.

Mas é preciso que o Estado não fique refém ao endividamento. A dívida deve buscar destinar-se a gastos de investimento que ampliem a produção e o emprego, e ampliem a

arrecadação. Os gastos correntes devem ter um orçamento equilibrado, sem déficit. Essa é a visão de Keynes e dos pós-keynesianos sobre o Estado intervencionista. Agora vejamos como a coordenação de políticas, por meio das taxas de juros administradas podem estimular o investimento e o emprego multiplicado.

Assim, vimos como para Keynes foi “admitido, que um Governo podia utilizar a política orçamentária e fiscal, em particular o volume dos *déficits*, para controlar a evolução da conjuntura de uma forma mais precisa” (AFTALION; PONCET, 1981:5).

2.4 Coordenação de políticas e a política discricionária

Economistas do *mainstream* compreendem que “a teoria macroeconômica tradicional trabalha em termos de uma oferta exógena de moeda, sob a pressuposição de que as autoridades podem exercer e de fato exercem um controle suficiente para dominar a política bancária” (CHICK, 2010:263), que a política fiscal, nesse caso, não serve para nada. Por outro lado, os economistas pós-keynesianos entendem que há sim a necessidade de coordenação de políticas. Aliás, essa autora trabalha numa abordagem de coordenação de políticas, isto é, a política monetária e a fiscal.

É por meio desta conciliação que o governo deve criar estratégias que levam que a taxa de juros baixe para estimular o investimento. Daí a necessidade de uma taxa de juros, de maturidade longa, que garanta confiança aos agentes de modo a investir nos bens de capital. Isso bem coordenado provoca aumento de renda e emprego multiplicado de maneira duradoura.

Sicsú analisa a política monetária por meio de um modelo de coordenação, conforme a visão de Chick, como também da ‘indução’ do uso do nível de liquidez disponível. Para o autor “na economia monetária de Keynes, as políticas de intervenção via Banco Central tentam induzir os agentes a tomarem decisões consistentes com determinados objetivos relativos ao uso da liquidez disponível” (SICSÚ, 2007:57).

Uma política monetária que visa à redução do desemprego deve estimular os *animal spirits* da economia de tal forma que a incerteza futura tenha uma influência mais restrita sobre as decisões de investimento: busca-se aumentar o retorno total esperado relativo dos ativos de capital. Dessa forma, uma alteração de composição de portfólio do público a favor da aquisição de máquinas e realização de obras tornar-se-ia menos arriscada. A troca da

liquidez da moeda com rendimento nulo pela iliquidez dos ativos de capital com retornos esperados positivos deve se transformar, pela ação da política monetária, na opção mais rentável e segura para os agentes, conseqüentemente reduzindo o desemprego (SICSÚ, 2007:57).

Percebemos nos argumentos do autor, que o governo deve incitar uma política monetária via Banco Central que provoca mudanças nos preços relativos de diversos ativos do sistema econômico, “dos mais líquidos aos mais ilíquidos, induzindo decisões de portfólio que atingem as variáveis reais da economia” (SICSÚ, 2007:57). Isso pode ser feito baixando a taxa de juros, deixando o mercado mais líquido.

Mas é preciso que ela esteja em coordenação com a política fiscal, evitando o que explicamos no item anterior, taxas de juros muito baixas que apesar disso não estimulam o investimento porque a rentabilidade esperada do capital é baixa também, caso o grau de incerteza seja muito grande. Chick (2010) descreve ainda que,

na teoria Keynesiana, o investimento evocava a poupança por meio de criação de renda: a iniciativa vinha de empreendedores e dependia de suas expectativas de lucros potenciais de longo prazo. Se suas expectativas estivessem corretas, os investimentos realizados teriam sido suficientemente rentáveis para pagar qualquer empréstimo que tivesse possibilitado a empreitada: essa é a essência de investir até o ponto em que a eficiência marginal (esperada) do investimento se iguala à taxa de juros. Apesar da ênfase de Keynes nas incorreções e instabilidades das expectativas, essa descrição tem um aspecto reconfortante: o potencial de pagar o empréstimo depende da produção real, e o benefício de longo prazo aumenta a capacidade produtiva (CHICK, 2010:263).

Ademais, “a influência da moeda permeia a teoria da produção e do emprego de Keynes. A quantidade de moeda e a preferência pela liquidez determinam a taxa de juros, com tudo que necessariamente acarreta” (CHICK, 1993:323). Como dissemos, Keynes estava preocupado com o desemprego. É aqui que a heterodoxia vê a importância que a moeda tem sobre o investimento, a renda e sobre o emprego. Daí que a política monetária não pode agir sozinha, primeiro, porque não pode controlar a oferta de moeda e, segundo, a incerteza sempre está presente no tempo. Por isso, a autora diz que a política fiscal de Keynes “diz respeito a objetivos mais gerais e amplos” (CHICK, 1993:349), e a política monetária deve estar sempre em coordenação com ela.

Essa necessidade de colaboração com as autoridades é importante, porque aumenta a liquidez do sistema, aumenta a confiança dos agentes, garantindo que os empréstimos tenham maturidade de longo prazo, porque se o mercado se tornar mais líquido, a taxa de juros dos bancos tenderá a baixar mais ainda. Isso deixa mais confortável e confiante o sistema econômico.

Os economistas pós-keynesianos defendem, portanto, a coordenação das duas políticas monetária e fiscal. Nesse sentido, o Banco Central não pode ser independente para não atrapalhar a política fiscal e vice-versa. Diante disso, Chick (1993) diz o seguinte:

o objetivo da política fiscal é proporcionar, direta ou indiretamente, um estímulo à produção através do aumento da demanda. Só que a magnitude do seu efeito sobre a demanda dependerá das circunstâncias específicas que condicionam a sua utilização. É o grau em que o estímulo à demanda se traduz na produção e no emprego (CHICK, 1993:361).

Os investimentos além de proporcionarem um ambiente de geração de emprego, trazem de volta, no médio e longo prazo, a confiança dos investidores privados, quanto à elevação da *EMC* “o que significaria expectativas de lucro” (Chick, 1993:351) para o capital privado. Mas, por outro lado, a autora adverte o seguinte,

quando a taxa de juros, no entanto, já está baixa como jamais esteve, há pouca perspectiva de mudança, e com uma subutilização muito grande do equipamento existente, a esperança de aumentar o investimento, mesmo através da melhoria das expectativas, não é grande. A única possibilidade que fica para o futuro é preencher a lacuna entre a produção e a demanda corrente com gastos do Governo. O efeito do impacto do gasto seria imediatamente benéfico para o nível de emprego e reduziria o custo do seguro-desemprego. O consumo induzido pelo gasto inicial (efeito multiplicador) melhoraria mais o emprego e, se as rendas crescessem suficientemente, talvez elevasse alguns impostos. Desse modo, um déficit não seria tão dispendioso (para o Governo) quanto poderia parecer. E o efeito sobre os preços seria mínimo com tais níveis de produção muito baixo (CHICK, 1993: 351).

Os argumentos da autora mostram que além dos objetivos gerais da política fiscal, é ela que melhor garante confiança aos agentes, porque os gastos têm impacto imediato na economia. Mas, apesar disso, as duas políticas devem estar sempre em colaboração. Ademais, se essa política se efetivar, com certeza terá efeitos duradouros sobre o nível de renda, implicando aumento da demanda, deixando o empresário mais animado, melhorando a sua confiança, proporcionando ou restabelecendo o investimento privado. “Essa era a

lógica geral do enfoque de Keynes” (CHICK, 1993:351). Além do mais, alguns economistas defendem a permanência do governo para controlar e manter esse equilíbrio do sistema econômico.

Vemos que a autora chama atenção de que a política monetária não é muito eficiente sozinha. Já a política fiscal expansionista, sim. Daí que ele entende a importância do papel do governo, a de gastar em situações de crises, e, assim, poder estabilizar a economia.

Keynes e os pós-keynesianos admitem, portanto, a intervenção do Estado sempre. O Estado deve entrar para regular e se manter de maneira a controlar e dar suporte ao mecanismo de mercado. Portanto, é papel do Estado garantir o investimento e emprego por meio da intervenção rigorosa e administração da demanda, considerando a política monetária e a fiscal.

A política monetária é uma parte aceita do pano de fundo contra o qual as forças do empreendimento e da especulação atuam; as autoridades têm uma presença contínua nos mercados financeiros. Porém, o Governo, em seu papel de provedor de demanda e emprego, aparece apenas esporadicamente, em situação de emergência (CHICK, 2010:49).

O envolvimento do Estado nas decisões do sistema econômico, através do investimento, deve ser direto, desviando-se de sua limitação. Porém, “Keynes parece não ter previsto o que tem sido uma característica distintiva das economias ocidentais desde a Segunda Guerra Mundial: o incremento do Governo como empregador e fonte de demanda permanentes” (CHICK, 2010:49).

O tempo desempenha papel significativo. O papel da produção é crucial. Na natureza das coisas, a produção é uma decisão de produzir agora para oferecer os produtos à venda no futuro – e o futuro não é conhecido. No mundo de Keynes, as firmas não têm como prever ou alterar o futuro, mas são forçadas a agir com base em previsões da demanda. Elas precisam dirigir recursos à produção antes de saber com certeza qual será a demanda pelos produtos. O lapso de tempo correspondente à produção é uma fonte de incerteza. As famílias também são incertas. Ao planejar quanta mão de obra oferecer, não podem ter certeza se poderão vendê-la e tampouco sabem os preços futuros para o consumidor. A natureza temporal da produção faz mais do que introduzir uma incerteza geral (CHICK, 2010:89).

Essa indefinição leva à queda do investimento e do emprego. Daí que existe a necessidade da participação do Estado para garantir o emprego, a renda, a demanda e, por sua vez, garantir a confiança sobre as expectativas para o privado, para um novo investimento. A coordenação das duas políticas é necessária.

Em nível da política '*discricionária*', na concepção keynesiana, segundo Sicsú (2007), o uso discricionário da política monetária não é considerado um erro teórico e/ou insuficiência, tal como sugerem Friedman (1968), Sargent & Wallace (1981) e Kydland & Prescott (1994). É fundamental para a prescrição Pós-keynesiana de política monetária o seguinte:

a coordenação da utilização de instrumentos de intervenção macroeconômica é fundamental. Quanto mais coordenados estiverem os instrumentos monetários entre si e estes, por sua vez com os instrumentos fiscais, provavelmente mais eficiente será a política monetária. A coordenação é necessária porque, como afirmou Cairncross (1992:198), "todos os instrumentos de política econômica interagem. O que ocorre quando se utiliza qualquer instrumento que depende do estado dos demais instrumentos de políticas e das condições que prevalecem naquele momento". Cada instrumento utiliza um canal de transmissão diferente, agindo com *timing* e intensidades diversas, mas todos afetam uma única variável: a demanda. Logo, é imprescindível a coordenação da utilização das variáveis ferramentas que agem sobre o mesmo objetivo: a demanda (SICSÚ, 2007:58).⁵²

Para os pós-keynesianos, é indispensável a coordenação entre a política fiscal e a política monetária, pois torna mais eficaz e eficiente como também duradouras os efeitos sobre o investimento, incentivando, dessa maneira, o empresário a investir sem riscos enormes. E esse controle pode fazer da política monetária um instrumento importante. Sendo assim, Sicsú (2007) reforça os argumentos no seguinte:

⁵² "A atenção de Keynes à necessidade de coordenação dos instrumentos de política monetária entre si e simultaneamente com os instrumentos de política fiscal foi expressa, por exemplo, em seu plano de busca do pleno emprego para a Inglaterra no final dos anos 1930 – o período imediatamente anterior à Segunda Guerra. Keynes sugeriu que deveriam ser evitadas taxas de juros mais altas - a taxa de juros de longo termo não deveria exceder 2,5% e a taxa de juros bancária deveria ser mantida em torno de 2% a.a.; uma política fiscal de taxa seria a base para a obtenção de recursos reais por parte do Governo visando à compra de armamentos; com a emissão de papéis com maturidades diferenciadas, o Governo deveria permitir aos agentes manter a estrutura de maturidade da dívida pública desejada; assim, preferências poderiam ser exercidas e não seria necessário oferecer taxas de juros mais elevadas para compensar uma liquidez menor de um ativo-papel; as autoridades deveriam estar atentas para observar a poupança (via emissão de dívida) gerada por um gasto do Governo, assim, pressões seriam evitadas sobre o mercado de bens e de ativos financeiros – logo, poderia ser preservada a estrutura de taxas de juros almejada. Essas medidas foram descritas por Moggridge" (1993:129 citado por Sicsú, 2007: 58-59).

embora a coordenação da utilização dos instrumentos de política macroeconômica seja imprescindível para realização de uma política monetária bem-sucedida, outros dois critérios devem ser observados para o julgamento sobre a eficiência de determinada ação monetária. Uma política monetária eficiente seria aquela que, além de criar o mínimo de utilização contraditória entre seus instrumentos e os instrumentos de política fiscal, persegue um objetivo não-ambíguo e, também, emite o máximo de sinais aos agentes afim de estimulá-los a agir no mesmo sentido de direção apontada/adotada pelas autoridades. Assim, uma política monetária pós-keynesiana eficiente busca preparar um ambiente apropriado para tomada de decisões individuais favoráveis aos objetivos desejados. (2007:59).

Para Sicsú (2007:59), “o critério da coordenação da utilização de instrumentos não deve ser incorretamente entendido como *subordinação* da política monetária à fiscal”. Caso aconteça subordinação nos instrumentos de administração monetária por meio de objetivos da política fiscal segundo Sicsú (2007), a política monetária não será eficiente. É o caso, quando provocar inflação.

Por outro lado, o Governo adotando um único objetivo prioritário, para esse autor, a relação entre a política monetária-fiscal desprende sinais que podem estimular as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos (Sicsú, 2007). Portanto, esses sinais podem proporcionar níveis elevados de incerteza em relação ao futuro e, por essa via, tenderão a inibir as ações dos agentes.

Logo diante do provável desestímulo privado, o Governo deverá utilizar os instrumentos de política fiscal e monetária mais intensamente e por mais tempo. Nesse contexto, a política monetária não pode ser considerada eficiente simplesmente porque pode alcançar seu objetivo. A avaliação sobre a eficácia de uma política econômica deve levar em consideração, além dos critérios já mencionados, os efeitos colaterais gerados. E, nesse caso, ambas as políticas econômicas provavelmente provocariam inflação. *Policymakers* e agentes privados interagem permanentemente com movimentos de ação e reação (SICSÚ, 2007:60).

O autor argumenta ainda que,

no caso de estruturas de subordinação da política monetária à fiscal, as expectativas inflacionárias dos agentes se tornam mais nervosas em função do aprendizado de que políticas de expansão do produto são financiadas com a utilização de instrumentos que ameaçam a estabilidade de preços. Logo, ações governamentais que buscam a redução do desemprego poderiam ser acompanhadas de reações

precificadoras e da paralisação das atividades de investimento em função da incerteza gerada pelo cenário esperado de inflação futura. Consequentemente, tal política expansionista é ineficiente porque, primeiro não emite sinais que estimulam (re) ações do público no mesmo sentido da política governamental, assim obrigando o uso intensivo e por um tempo mais longo dos instrumentos de política macroeconômica. E, segundo, causaria efeitos colaterais danosos à economia: a inflação e o engavetamento de projetos de investimento (2007:60).

É necessária uma política econômica bem coordenada para evitar efeitos inesperados sobre o sistema econômico, conforme o Sicsú (2007). Além disso, a discricionariedade é importante, pois seus instrumentos afetam os objetivos de demanda de maneira mais dinâmica.

Para concluirmos, a política monetária não garante sempre o aumento de I . A eficiência marginal do capital pode ser mais baixa ainda do que a taxa de juros mesmo que ela caia. Isso pode ser um problema considerando o nível de expectativas. Ou seja, a diminuição de (i) não garante condição que (EMC) não caia também, porque se a incerteza for muito grande, ele abaixa a taxa de juros, mas a eficiência marginal do capital também cai. Sendo assim, é em situações de instabilidade que o governo deve entrar para garantir a demanda efetiva, coordenando tanto a política monetária quanto a fiscal. Por isso, se deve evitar a dissociação dos dois, segundo Sicsú (2007). Isso mostra que, a política monetária importa, mas não garante sozinha o estímulo ao investimento se a política fiscal não estiver presente.

Além disso, como viemos dizendo ao longo do capítulo, é preciso lembrar que a incerteza está presente em todos os tempos, não se pode calcular. Daí que a política fiscal deve estar sempre presente. Ademais, a coordenação das duas é de extrema importância, porque garante a confiança dos agentes além de gerar emprego e estabilidade econômica duráveis. Por outro lado, quando bem coordenadas, uma não poderá atrapalhar a outra.

Enfim, Davidson (1991) defende políticas monetária e fiscal ativas. Segundo ele, sempre que o capitalista está em seu estado de extremo pessimismo sobre os eventos futuros, estes não contratarão e nem farão investimentos necessários que melhorem e assegurem a renda e o emprego. Nessas condições, é imprescindível a ação dog através dos gastos, dos impostos e da política monetária para estimular uma demanda efetiva adicional. Isso bem desenhado pode gerar confiança, novas contratações e maior atividade produtiva.

Portanto, para as expectativas de uma defesa de política monetária e fiscal, o governo tem por obrigação o seguinte: (a) assegurar uma demanda agregada corrente suficiente para encorajar os homens de negócio a criar emprego produtivo para todos aqueles que desejam trabalhar; (b) garantir que a demanda efetiva futura seja suficiente para recompensar os empresários que desenvolvem novas plantas e equipamentos para aumentar a produtividade do trabalhador. Nos dois casos, o aumento da dívida nacional estará associado a um aumento da demanda (DAVIDSON, 1991). Em suma, lembremos que como decorrência dos seus pressupostos, os ortodoxos vêem ineficiência e também problemas na utilização da política fiscal e da política monetária com o objetivo de impactar o produto. Para os pós-keynesianos, ao contrário, o governo tem importante papel na gestão e manutenção da demanda agregada, principalmente para garantir que o Investimento ocorra. Segundo estes, o governo, ao controlar a demanda agregada, pode estabilizar a economia. Esse é o papel do Estado para garantir o investimento, por sua vez, o emprego e renda multiplicada. Agora passemos para as teses de pensamento marxista e de Marx sobre o papel da moeda e do Estado.

CAPÍTULO 3

A heterodoxia econômica: Marxistas, a importância do dinheiro e o papel do Estado necessário, mas nem sempre eficiente

Para Marx, o capitalismo é datado historicamente, e é um modo de produção completamente diferente dos modos de produção anteriores, como o feudalismo e o escravismo. Somente entendendo o que caracteriza cada modo de produção, quais são suas características principais, é possível entender seu modo de funcionamento e suas tendências longas.

Entre as características que definem o capitalismo destacam-se duas que são importantes na análise desta tese: a de ser uma sociedade produtora de mercadorias, e onde se produz mais-valia, de onde sai o lucro. Numa sociedade produtora de mercadorias todo mundo é comprador e vendedor. Assim, todos precisam de dinheiro para comprar e, por isso, precisam vender algo. O dinheiro, portanto, é muito importante, porque é fundamental para a existência de todos. O dinheiro é, portanto, mais do que mero intermediário facilitador das trocas. Dada a importância do dinheiro e do crédito que será analisada aqui, será possível comparar o pensamento de Marx com a ortodoxia e com o pensamento de Keynes, tratando-se da Lei de Say e da Teoria Quantitativa da Moeda e tirar conclusões sobre o papel do dinheiro do Estado e da política econômica.

3.1 A importância do dinheiro para Marx

A sobrevivência humana foi sempre garantida pela capacidade humana de trabalho ou força de trabalho, desde os primórdios de sua existência. Essa atividade do homem garantiu sempre bens necessários para o seu sustento. A forma de se organizar para a sobrevivência, o seu modo de produção, foi mudando ao longo do tempo. Assim, nos sistemas anteriores ao capitalismo, “a produção visava à obtenção de bens que atendiam às necessidades dos seus responsáveis” (BASTOS, 1989:16), isto é, de todos envolvidos. Dessa forma, todos sobreviviam.

Sempre houve modos de produção diferentes. Por exemplo, no sistema escravista, anterior ao feudalismo, que predominava na Grécia e Roma antiga, onde o comércio já era

bastante difundido, Bastos (1989:17) entende que “os meios de produção pertenciam à classe dos proprietários, que eram donos também de escravos”. Esses proprietários detinham todo o produto originado pelo trabalhador. Em outras palavras, a produção e sua distribuição, que era a garantia de sobrevivência também dos escravos, dependiam da vontade do patrão. Por um lado, o patrão tinha em sua posse toda produção, e ditava regras para sua distribuição. Em alguns casos, os escravos tinham que se virar com pequenas parcelas de terra para produzir o seu sustento. Portanto, não eram os escravos os donos dos meios de produção. Estes eram meros dependentes daqueles que impunha regras. Por outro lado, era da capacidade humana de trabalho dos escravos que praticamente, essa sociedade se sustentava. Mas, Bastos (1989) diz o seguinte:

os bens essenciais à sobrevivência do trabalhador direto, no caso o escravo, eram concedidos a ele da mesma forma que o proprietário cuidava da manutenção dos instrumentos de trabalho e alimentava os animais empregados na produção. Em alguns casos, a sobrevivência do escravo era providenciada por ele mesmo, pela aplicação do seu trabalho em uma porção de terra destinada a esse fim. Isso, porém, não descaracteriza a relação proprietário-propriedade (escravos), pois os animais também tiravam o próprio sustento das terras de seu proprietário (BASTOS, 1989:17).

O feudalismo como sociedade e sistema de produção surgiu (em 476 a.C.) na Roma antiga, no Séc. V, após queda do Império Romano Ocidental.⁵³ A existência e o desenvolvimento do feudalismo prevaleceu entre os Séculos XI (aqui o desenvolvimento da técnica, etc., começou a se tornar mais notável) e XV. Na época, a economia era de subsistência e de autossuficiência com objetivo de consumo, pois, era uma sociedade puramente rural.

A terra era propriedade do senhor feudal num sistema centralizado onde o rei encontrava-se no topo da pirâmide. O sistema de ascensão social era bastante travado, horizontal ou linear, onde se nascia escravo ou servo até o final de sua morte. Ou seja, não era possível o servo atingir o estatuto de nobreza (senhor feudal) ou além disso (rei). Nesse sistema a exploração da terra foi guiada por normas legais e não pelas condições econômicas naturais, da época. O pagamento pela exploração da terra estava subordinado a obrigações através de impostos. Os servos estavam obrigados a repassar cerca da metade de

⁵³ Após a decadência do Imperador Rômulo Augusto e divisão do seu Império na época, em 476, surge então o Império Romano Oriental.

sua produção pela utilização dos meios de produção e, também, pela segurança das terras, o que Bastos chamou de 'coerção político-legal'. Assim, o servo garantia a sua sobrevivência por meio da disponibilidade dos meios de produção em posse da nobreza ou do senhor feudal. O excedente do produto do trabalho no campo era apropriado pelo senhor feudal. Aqui, diferente do sistema anterior, a relação do senhor feudal e do servo não era puramente patronal. Havia uma relação fiel e legal recíproca de direitos e obrigações jurídico-políticas. Assim, o senhor feudal fornecia as terras ao servo para produção e recebia o excedente produzido. Os servos tinham a posse da terra e estavam presos a ela. Era dessa maneira que todos sobreviviam.⁵⁴ Bastos (1989) acrescenta o seguinte:

a extração do excedente era compulsória: o excedente produzido pela família camponesa era apropriado pelo senhor feudal, por força legal, através da aplicação direta do trabalho do servo nas terras senhoriais, ou era transferido através do pagamento de renda, em espécie ou em moeda (BASTOS, 1989:17).

Com a penetração de outros povos (romanos e germânicos), a procura por alimentos agrícolas cresce originando aumento do consumo. Houve, assim, a necessidade de ampliação das áreas cultiváveis induzindo, também, o desenvolvimento das técnicas, o que gerou maior excedente para a comercialização. O comércio começara se tornar lucrativo. Isso fez surgir novas relações de produção baseadas no trabalho livre assalariado surgindo novas classes sociais, *a classe burguesa e o proletariado*. O trabalhador passou a ser livre em dois sentidos. Primeiro, não estava mais preso à terra ou ao feudo. Segundo, não tinha a posse da terra e, em vista disso, não podia produzir seu sustento porque não tinha meios de produção. Para usar os meios de produção de propriedade dos capitalistas, precisou passar e vender sua capacidade de trabalho ou força de trabalho para eles. É assim que a força de trabalho se transforma em mercadoria. Porém, o modo de produção feudal, que tinha como objetivo principal o consumo, entra em erupção. Ou seja, há aqui uma transição do feudalismo para o capitalismo. Assim, resume Bastos (1989) que,

no sistema feudal, a produção se destinava a atender ao consumo, ainda que o excedente fosse comercializado. Na fase de

⁵⁴ Havia uma necessidade de sobrevivência em ambos que exigia do servo o uso de sua força de trabalho e do senhor feudal a disponibilidade das terras.

transição, com a decadência do feudalismo e surgimento do capitalismo, surge a produção para o mercado (BASTOS, 1989:16).

Começou se observando o interesse em aumento de espaços cultiváveis cujo objetivo era alcançar lucros maiores. Diferente do sistema anterior, o consumo no atual modo de produção deixa de ser o objeto social de interesse primário, isso porque os anteriores sistemas não produziam com objetivo de venda. Suas unidades de produção pré-capitalistas, segundo Bastos (1989:17), “não dependiam do aumento da produção para garantir sua manutenção e enfrentar concorrentes”, ou seja, não se viam na necessidade de vender o excedente com objetivo de aumentar o capital e o produto. Como dissemos anteriormente, Bastos deixa evidente que,

embora em determinadas formações sociais anteriores ao capitalismo o desenvolvimento das forças produtivas permitisse a obtenção de um excedente considerável, em nenhuma delas a aplicação do excedente para aumentar a produção assumiu a intensidade que tem no capitalismo (BASTOS, 1989:17).

Apesar do modo de produção no sistema feudal se tornar sistemático ao longo do tempo, com algum domínio de novas técnicas, não se verificou venda da capacidade de trabalho ou força de trabalho, e muito menos excedentes com objetivos de aumento dos mesmos via acumulação, como no capitalismo. *Então, qual é a diferença dos sistemas anteriores ao atual?* Como dissemos, nos sistemas anteriores a produção não era voltada para obtenção de lucro. Não havia trabalho assalariado e, nem, a venda da força de trabalho como mercadoria. Já no capitalismo o lucro monetário é que importa. Este sistema surge com o objetivo de vender o excedente para ampliar a produção e acumular riqueza. E nos sistemas anteriores a produção era para suprir necessidades de consumo. Esses são alguns fundamentos que diferenciam sistemas pré-capitalistas do atual.

Decerto, no capitalismo a produção é de mercadorias com o objetivo de venda para obter lucro, então o dinheiro se torna fundamental. Daí que para o capitalista produzir precisa comprar à força de trabalho e os meios de produção (*MP*), garantindo no final o lucro. Precisa garantir o valor de troca. No capitalismo para o trabalhador possuir valor de uso e, assim, garantir sua existência pelo seu consumo, precisa vender a sua força de trabalho (*FT*). Isso justifica o que dissemos no início, que a vida tanto do capitalista quanto do trabalhador passa necessariamente pelo dinheiro. Ao percebermos isso, podemos

concluir que o dinheiro é muito mais que mero meio de troca, refutando à crença ortodoxa. A clareza desse argumento será observada ao longo do capítulo.

Ademais, mencionando Marx, todo mundo precisa comprar para viver e vender para comprar, quando a produção de mercadorias se generaliza. Por isso, quem não tem o que vender e não pode produzir sem usar meios de produção que são de propriedade de outros, precisam para se manter no capitalismo, vender a força de trabalho (MARX, 2013). Daí a característica de produção de mercadorias com a utilização do trabalho assalariado, ou seja, a venda da força de trabalho como mercadoria.

Destarte, compreendemos que nem todo bem é necessariamente uma mercadoria. Salama e Valier (1975) exemplificam o ar e os produtos autoconsumidos pelos camponeses conforme acontecia no sistema feudal. Desse modo,

são mercadorias tão-somente os produtos simultaneamente vendidos no mercado e reprodutíveis; é o caso, por exemplo, dos automóveis, das geladeiras, etc. Assim, nem todo produto – por ser útil – converte-se em mercadoria. É preciso que, além dessa, existam outras características: venda num mercado e reprodução (SALAMA e VALIER, 1975:7).

É por esse motivo que a mercadoria assume duplo caráter: ‘valor de uso’ e ‘valor de troca’. Marx diz que para o capitalista interessa o valor de troca, pois para o capitalista industrial é imperioso produzir para vender, lucrando com essa venda (MARX, 2013). Daí que Bastos (1989) afirma que:

sabemos que o móvel da produção capitalista é o lucro. Os capitalistas empregam seu capital monetário na organização da produção, não porque desejam consumir os produtos que fabricam, mas porque objetivam o lucro. Obviamente quanto maior o volume de lucro, mais satisfeito estará o capitalista (BASTOS, 1989:56).

Então importa o valor de troca. *O que determina o valor de troca?* Segundo Salama e Valier (1975:8), para que identifiquemos numa mercadoria o seu valor de troca é necessário saber que “ela aparece como a proporção na qual valores de uso de diferentes espécies (automóveis e geladeiras) são trocados entre si”. Os autores acrescentam o seguinte:

mas não se podem comparar diretamente as mercadorias enquanto valores de uso: não há relação entre as qualidades de uma lâmina de barbear e aquelas de uma caneta. Portanto, há necessidade de uma medida; ora, a única propriedade comum a

todas as mercadorias é o fato de serem produzidas pelo trabalho humano (SALAMA e VALIER, 1975:8).

Ou seja, é o trabalho abstrato -independente dos valores de uso que cria – que gera o valor que determina o valor de troca de uma mercadoria é o *tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzi-la*. Na produção de mercadorias, como é o caso do capitalismo, além disso, os processos de trabalho são privados, mas são destinados à sociedade pela venda. Quando a mercadoria é vendida não há o reconhecimento do valor individual e sim do valor social (médio e atendendo a uma necessidade social), que aparece na esfera da circulação. A venda por dinheiro converte trabalho privado em trabalho socialmente validado. Ou seja, a mercadoria espelha um valor em dinheiro e isso só se concretiza na esfera da circulação, quando então são validados os trabalhos privados contidas nela. Os argumentos nos mostram que o valor de troca e o dinheiro passou a ter importância fundamental e diferente no capitalismo, porque ele é a sociedade onde se produz de forma generalizada mercadorias.

No capitalismo, o trabalhador é coagido economicamente a vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência e de sua família diferente do feudalismo, quando ele tinha a posse da terra e podia produzir nela sua subsistência. A coerção é econômica, no capitalismo, embora tudo pareça uma questão de venda e compra naturais no mercado. Aqui podemos perceber a exploração do trabalhador para permitir ao capitalista receber lucros. Essa coerção é explicada por Amado e Mollo (2003) da seguinte maneira:

Quem trabalha por salário o faz porque não possui capital, nem terra, nem outros recursos naturais necessários para produzir algo para vender. Se tivesse a opção de usar o capital e a terra para produzir, venderia o fruto dessa produção e não a sua capacidade de trabalho contra um salário. O trabalhador é, então, coagido economicamente a vender a única coisa que possui: a sua capacidade de trabalho (AMADO e MOLLO, 2003:13).

Como dissemos, o único sistema econômico onde a força de trabalho vira mercadoria e isso se constitui uma regra generalizada, é no capitalismo. Daí que Amado e Mollo (2003:21) entendem que o “valor de qualquer mercadoria é dado pela quantidade de trabalho despendida na sua produção”. E esse valor da mercadoria que precisa ser vendida no mercado é composto pelo valor dos meios de produção e pelo valor de outra mercadoria, a força de trabalho, e o valor maior que a força de trabalho cria.

A força de trabalho pode criar e cria um valor maior do que o seu próprio valor, porque o homem gera excedente relativamente ao que precisa para se manter vivo e se reproduzir. Por isso o escravo pode sustentar a si próprio e ao seu proprietário. Por isso também o servo pode sustentar a si, sua família e o senhor feudal. No capitalismo a capacidade de trabalho ou a força de trabalho tem um valor que é a do seu custo de (re) produção, mas produz um valor maior do que este. É desse valor maior, a mais-valia, que saem o lucro, o juro e a renda da terra.

Marx no seu livro sobre *Salário, Preço e Lucro* acrescenta que “para produzir uma mercadoria, temos que inverter nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. Não me refiro apenas a trabalho, mas a *trabalho social*” (MARX, 1980:29). Essa é a *substância social* comum que encontramos numa mercadoria.

Como a capacidade de trabalho no capitalismo – força de trabalho – vira mercadoria, seu valor, como o de qualquer mercadoria, também é dado pela quantidade de trabalho necessária à sua produção. Para produzir a força de trabalho é preciso que o trabalhador possa manter a si e a sua família com bens de primeira necessidade – alimentos, roupas, calçados, moradia, etc. A capacidade de trabalho requer também que o trabalhador se eduque e se qualifique. A quantidade de trabalho necessária para prover os gêneros de primeira necessidade para manutenção e reprodução do trabalhador e para sua qualificação é o valor da força de trabalho, e esse é pago com o salário (AMADO e MOLLO, 2003:21).

Ademais, Amado e Mollo (2003) compreendem que quando o proprietário dos meios de produção adquire a mercadoria força de trabalho, tem todo o direito de usá-la pelo tempo de contrato. Se o capitalista compra a força de trabalho para usar até um determinado tempo, por exemplo, um dia de trabalho ou uma jornada de trabalho de 8 horas, então deve pagar o salário correspondente ao valor da mercadoria força de trabalho ao longo de um dia de 24 horas, isto é, para se manter e se reproduzir durante esse tempo. Para as autoras, se, por exemplo, o trabalhador produzir durante um mês, tempo estipulado pelo contrato, ele “gera mais do que o valor mensal de sua força de trabalho” (AMADO e MOLLO, 2003:22; MARX, 1980). Ou seja, produz mercadorias cujo valor excede o valor de sua remuneração e de outros meios de produção como máquinas, instrumentos de trabalho, equipamentos e matérias-primas. É desse excedente ou da mais-valia que sairá o lucro do capitalista, isto é, o valor excedente que é produzido pela mercadoria força de trabalho, que

não lhe é pago (AMADO e MOLLO, 2003; MARX, 1980). Então como o trabalhador vendeu a sua força de trabalho por meio de um contrato ao capitalista, o valor total criado pertence ao proprietário dos meios de produção. Por exemplo,

ao desembolsar 3 xelins, o capitalista realiza, pois, um valor de 6 xelins, porquanto, com o desembolso do valor em que às 6 horas de trabalho se encontram cristalizadas, recebe em troca um valor no qual estão cristalizadas 12 horas de trabalho. Se repetir o processo diariamente, desembolsará todos os dias 3 xelins e arrecadará 6, metade dos quais será de novo utilizada para pagar outros salários e cuja segunda metade formará a *mais-valia* pela qual o capitalista não paga qualquer equivalente. É nesta espécie de troca entre o capital e o trabalho que se baseia a produção capitalista, ou seja, o sistema de salário, e é precisamente essa espécie de troca que deve levar sempre o operário à reprodução enquanto operário e o capitalista enquanto capitalista (MARX, 1980:39).

O que move o capitalista é a *mais-valia*, excedente de valor gerado pela força de trabalho, da qual saem os lucros, os juros e as rendas da terra. Para que a *mais-valia* se transforme em lucro, renda ou juros, é preciso que a mercadoria, contendo tal excedente de valor, seja vendida. É esse excedente que o capitalista deixa de pagar que os marxistas entendem como exploração, já que foi produzido pelo trabalhador, mas apropriado pelos capitalistas. Portanto, isso mostra que a força de trabalho vira mercadoria no capitalismo, e é especial. E, é especial porque é a única mercadoria que gera um valor maior do que o seu próprio valor, garantindo, assim, o lucro do capitalista. Ou seja, “seu valor de uso é gerar valor de troca” (MOLLO, 2011:7). Daí que Salama e Valier (1975:12) definem o valor da mercadoria como sendo o “trabalho abstrato direto e indireto socialmente necessário à produção dessa mercadoria”.

Mas, dizemos que o dinheiro é importante para o capitalismo, porque valida socialmente pela venda o trabalho privado contido na produção de qualquer mercadoria. Além disso, paga salários e permite que o trabalhador possa viver nesse tipo de sociedade, onde todos são compradores e vendedores. Finalmente, o dinheiro sob a forma de lucro é o que permite que o capitalista se mantenha enquanto tal. Além do mais, quando se produz mercadorias todo mundo, querendo ou não, tem que comprar para viver e, para comprar tem que arranjar dinheiro, portanto, tem que vender. Então, numa economia capitalista, onde todo mundo é comprador e vendedor, o dinheiro é tão importante porque insere o homem na sociedade.

Para Marx (2013), ela é uma relação social porque articula os trabalhos privados, valida os trabalhos realizados de forma separada, insere as classes. Por um lado, o capitalista precisa vender sua mercadoria para realizar, de fato, o lucro que é sempre monetário. Por outro, o trabalhador precisa de dinheiro para viver, e, para isso, precisa vender a força de trabalho, já que não tem nem a propriedade dos meios de produção para produzir e vender, nem pode usá-los se não assinar um contrato de trabalho com o capitalista. Neste contrato de trabalho ele vende sua força de trabalho que, então, vira mercadoria. Daí que Marx define o dinheiro como uma relação social e também como *'equivalente geral'* (SALAMA e VALIER: 1975). Esses motivos fazem do dinheiro mais importante do que só um mero meio de troca, reafirmando o que dissemos no início. E é por meio desses motivos, em particular do processo de acumulação, que vamos falar sobre a importância do dinheiro de crédito no capitalismo.

3.2 A importância do crédito no capitalismo (dinheiro de crédito e acumulação)

Marx descreve o ciclo completo de reprodução do capital como abaixo onde D é dinheiro que, na mão do capitalista, compra a força de trabalho (FT) e, para isso, tem que comprar ou já ter comprado os meios de produção (MP). O uso destes meios de produção pela força de trabalho no processo de produção P leva à produção de um excedente em valor, já que a força de trabalho é uma mercadoria especial que gera excedente. É esse excedente que faz com que as mercadorias que saem da produção M' tenham um valor maior do que as mercadorias compradas no início (M). Esse excedente de valor, gerado pelos trabalhadores usando os meios de produção, quando transformados em dinheiro D', dão um valor maior no final do processo. A diferença entre D' e D é a mais valia, de onde saem o lucro, a renda e os juros.

$$D - M \text{ (FT e MP) } \dots P \dots M' - D'$$

Com o desenvolvimento do crédito, o capitalista não precisa acumular durante algum tempo o lucro para aumentar o capital constante e variável ou realizar a acumulação. Pode fazê-lo de forma antecipada tomando o D emprestado no sistema de crédito. Isso mostra que o dinheiro de crédito potencializa a produção e aumenta a acumulação, porque permite

aumentar a compra de mais meios de produção e força de trabalho em maior quantidade, sem ter que esperar a obtenção do lucro.

Podemos, assim, dizer, que o sistema de crédito impulsiona a produção e garante a mais-valia aumentada. Ela potencializa o processo de produção e acumulação, permitindo o aumento do ritmo e da escala de produção em sistemas capitalistas mais evoluídos ou modernos. A partir daqui já podemos compreender a importância do crédito no sistema capitalista.

Para Mollo (2011:8), é a possibilidade do mais-valor aumentado que leva o capitalista industrial ou produtivo a tomar emprestado e é a possibilidade de ganhar parte da mais-valia que leva o capitalista financeiro a emprestar. Esse processo se acentua e se amplia com o desenvolvimento capitalista, de tal forma que, segundo Marx, “todo dinheiro vadio seja aproveitado no capitalismo, fluindo para os caixas dos bancos, e de outro, que os bancos o reconduzam ao processo de acumulação via empréstimo”. Portanto, é dessa forma que o capitalista industrial toma dinheiro emprestado do capitalista financeiro para produzir e acumular mais ainda. O processo de circulação do capital com o uso do crédito tem então uma fórmula expandida. Observe à fórmula abaixo.

$$D^*-D-M \text{ (FT e MP) } \dots P \dots M'-D'-D^{**}$$

A acumulação do capital é derivada da compra e venda de mercadorias onde $D-M$ é a compra e o $M'-D'$ é a venda, sendo que, D' é o mais-valor aumentado. Ou seja, o D' é o excedente que parte paga o lucro do capitalista industrial e os juros dos bancos D^{**} . O D^* é o capital emprestado ou capital financeiro. Então, o crédito é usado quando o capitalista produtivo quer aumentar a capacidade produtiva. Além disso, os bancos, ofertando dinheiro, estão, na verdade, ofertando crédito. Ademais, “a partir do momento que o dinheiro entra na circulação das mercadorias na forma de mercadoria-capital, o capital monetário acumula-se no sistema bancário como fundo de reserva, convertido em capital de empréstimo” (VAL e LINHARES, 2008:7).

Segundo Mollo (2003), se o capitalista industrial toma dinheiro emprestado com objetivo de ampliar a produção e o mais-valor aumentado, não precisa acumular lucros suficientes, como dissemos de início, para ampliar as instalações das fábricas ou comprar

nova fábrica. Ou seja, ele pode comprar máquinas e equipamentos novos tomando emprestado. Daí que entendemos que todo crédito é uma antecipação de validação social de trabalhos privados. Se tudo corre bem, o tomador do crédito paga o banco, se correr mal e isso for geral, o banco entra em crise e a economia ligada pelo crédito também. Daí porque o crédito pode agravar crises, espalhando, via relação entre os devedores e o sistema bancário, as crises.

Mollo (2011) diz que o crédito tem o seu desenvolvimento no capitalismo.

O crédito tende, já por isso, a se desenvolver muito no capitalismo, uma vez que ele potencializa a acumulação de capital, ampliando o ritmo e a escala da produção, ao antecipar a compra da força de trabalho e dos meios de produção sem esperar a realização da mais-valia, sua transformação em lucro ao final de cada ciclo, para fazer tal ampliação (MOLLO, 2011:7-8).

O crédito “é o responsável por todo o desenvolvimento potencial da acumulação de capital em termos de criação de riqueza” (MOLLO, 2011:8), garantindo o mais-valor aumentado.

O dinheiro de crédito é importante porque potencializa o processo de produção, influenciando a economia real e garantindo, de tal maneira, a acumulação de lucro aumentado. O crédito responde à demanda do ritmo de negócios. Ou seja, o ritmo de negócios tende a pressionar o sistema bancário, solicitando crédito.

Para Marx, o crédito tem influência sobre a economia real de várias maneiras, seja acelerando o ritmo da produção, seja ampliando sua escala, ou, ainda, reduzindo os custos de circulação e garantindo a tendência para o nivelamento das taxas de lucro. Além disso, se o crédito acelera o desenvolvimento das forças produtivas, ele também acelera o desenvolvimento das contradições do modo de produção capitalista, incitando as erupções violentas e as crises (MOLLO, 1994:92).

Ou seja, o dinheiro, para Marx, não é neutro. Ela potencializa à produção real. Conforme ainda Mollo (2004), o crédito,

potencializa a acumulação de capital ao permitir o aumento de ritmo e da escala da produção, ao reduzir custos de circulação e ao antecipar, sincronizando, tanto a etapa de produção quanto a de circulação, já que com o crédito não é mais necessário esperar a realização de lucros para financiar aumentos de capacidade, e já que também o consumo pode ser antecipado via crédito e, com ele, a

realização de lucros (MARX, 1974; FOLEY, 1986; MOLLO, 1994; 2004:333).

Sobre a *taxa de juros*, Marx entende que, embora seja limitada superiormente pela taxa de lucro, ela depende da oferta e da demanda de capital de empréstimo (MOLLO, 1994). A taxa de juros como fenômeno da circulação tem uma relativa autonomia com relação ao processo produtivo.

Segundo a autora, para Marx, “o juro é um fenômeno da circulação, mera distribuição intercapitalista do que já foi gerado no processo produtivo”. Se o juro é alto, beneficia o capitalista financeiro. Se é baixo beneficia o capitalista produtivo. E sua evolução depende da concorrência entre eles ao longo dos ciclos produtivos. Daí que ele é um fenômeno monetário e não real decorrente do dinheiro nessa qualidade que tem de capital potencial, “dinheiro que aí se torna mercadoria de tipo peculiar” (MOLLO, 2003:480).

Mollo (2003 pp. 380-481) chama atenção para a diferença do capital no processo de produção e do capital como produtor de juro dizendo:

Em seu processo de circulação, o capital nunca é capital, mas apenas mercadoria ou dinheiro. Só é capital no processo de produção, porque só nesse processo submete a força de trabalho e a explora. Os fatos são diferentes quando se trata do capital produtor de juro. Este lançado na circulação como mercadoria-capital, que se valoriza por si mesma, dinheiro gerando dinheiro de forma autônoma. Nesse sentido, Marx distingue o capital que recebe juro, o capital de empréstimo, como “a forma externa do retorno, dissociada do ciclo mediador” (14:40). Em vez de $D-M...-P...-M'-D'$, onde $D' > D$, temos $D^*-D-M...-P-M'-D'-D^{**}$, onde $D^{**} > D^*$. Para o proprietário do dinheiro inicial, aparece apenas D^*-D^{**} . É por isso que ele fala em relação capitalista reificada, na forma mais fetichista do capital, uma vez que “a relação social reduz-se à relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesmo” (MARX, 14:454 citada por MOLLO, 2003:481).

Daí que Marx entende o juro como fenômeno monetário, isto é, a distribuição intercapitalista do que já foi criado pelo capitalista produtivo; essa distribuição decorre do dinheiro na qualidade de capital potencial, daí que é uma mercadoria de tipo ímpar. Finalmente, o lastro da taxa de juro em valor acontece quando Marx determina o lucro como limite máximo, contendo o juro e o lucro do empresário ou do capitalista produtivo, sendo que, essa distribuição ocorre devido à dependência da “concorrência entre capitalistas financeiros e capitalistas industriais no mercado de capital de empréstimo” (MOLLO, 2003:481). É a conjuntura e os ciclos do capitalista produtivo que reproduzem o

jogo de forças entre esses capitalistas, através da oferta e procura de capital financeiro ou empréstimo.

Para terminar, Mollo (2003) diz que, “a acumulação de capital não pode ser vista como fruto da abstinência do capitalista, mas do seu afã de acumular”. A acumulação do capitalista industrial aumenta na medida em que o sistema crédito vai crescendo, e acompanhando o progresso real do processo de reprodução (MOLLO, 2003). Para Mollo (2003) os empresários não têm necessidade de esperar a venda da produção anterior para começar a produção de um ciclo novo. Ou seja, “o novo crédito, além de permitir o início da produção, facilita e antecipa a venda de suas mercadorias ao financiar o seu consumo. Dessa forma, o crédito sincroniza as etapas de produção e de venda de mercadorias” (Idem, 2003:750), aumentando desde logo o ritmo do processo de produção. Para a autora, esses são os exemplos de como o dinheiro de crédito pode acelerar e ampliar o processo de produção na visão marxista (MOLLO, 2003). Concluimos, então, que o crédito é importante porque o dinheiro afeta a produção e o crédito potencializa o ritmo e a escala de produção, podendo agravar crises, uma vez que elas são inerentes à acumulação de capital, o que é outra forma de afetar a produção.

3.3 A heterodoxia do pensamento monetário marxista: Lei de Say e a TQM

Vimos até aqui a importância do dinheiro no capitalismo, na visão de Marx. Ele valida socialmente os trabalhos privados contidos nas mercadorias numa economia produtora de mercadorias. Ele permite a vida do trabalhador ao vender sua força de trabalho. O dinheiro permite ainda a existência do capitalista por meio da obtenção de lucro monetário. Tudo isso significa que o dinheiro, no capitalismo, tem poder social. É essa importância do dinheiro, esse poder social que ele tem, que leva à possibilidade de entesouramento, como veremos abaixo, e à negação da lei de Say e da TQM, fazendo de Marx e os marxistas heterodoxos.⁵⁵ Para Marx, ele é poder social desejado para apropriação privada.

Se o dinheiro pode ser desejável por si mesmo haverá o vazamento do fluxo circular de renda, isto é, “no fluxo de rendas pagas pelas empresas às famílias pelos fatores de produção, rendas com as quais as famílias compram os produtos das empresas” (MOLLO, 2004:324). Ou seja, os agentes deixam de comprar mercadorias, sobrando mercadorias, e a

⁵⁵ J. B. Say não presumiu entesouramento e nem crises de superprodução porque não percebeu o poder social do dinheiro.

utilização dos fatores de produção do capitalista cai, *negando a lei de Say*.⁵⁶ Para Brunhoff e Foley (2006), essa circulação de mercadorias,

tem seus próprios desequilíbrios, que não podem ser corrigidos por intervenções políticas. Marx aqui ataca a lei dos mercados formulada por Say, segundo a qual, como cada venda implica uma compra, deve haver um equilíbrio geral da transação de mercadorias (BRUNHOFF e FOLEY, 2006:193).

Marx entende que o mercado por si só não faz correções de desequilíbrios, e que a circulação de dinheiro não pode ser vista como algo que apenas facilita trocas. Além disso, não existe nenhuma obrigação de compra quando se vende algo. Em outras palavras,

ninguém tem de comprar apenas porque vendeu. Venda e compra são separadas tanto no tempo como no espaço. O dinheiro é mais do que meio pelo qual a troca se efetua: é o meio pelo qual a troca é dividida em duas transações separadas e distintas, venda e compra (SWEEZY, 1973:168).

Aqui, os argumentos de Marx e dos marxistas são contrários à lei de Say. Isto porque se um indivíduo vende e deixa de comprar, porque entesourou, sobra mercadoria não vendida. Se essa sobra for grande e generalizada, o resultado é a crise de superprodução. Isso mostra que a relação $D-M | M'-D'$ está sendo interrompida. Portanto, a existência do entesouramento que afeta o nível de produção faz do dinheiro⁵⁷ algo não neutro, como também acontecia com o crédito potencializando a produção. Isso nega a neutralidade do dinheiro, o que será visto logo adiante. Apesar de Marx “não definir com precisão as razões que levariam ao entesouramento, deixa perceber que a importância ganha pelo dinheiro na lógica capitalista de produção, faz dele algo cada vez mais desejável” (MOLLO, 1998:11). O entesouramento impede o funcionamento da circulação da mercadoria ou venda.

Para Val e Linhares (2008:5) “existindo um excesso de dinheiro em circulação, a conseqüente redução da velocidade de circulação do dinheiro fará com que o excedente de dinheiro seja retido da esfera da circulação, sendo assim entesourado”. Só condições menos

⁵⁶ “A lei de Say mantém que a venda é invariavelmente seguida por uma compra de igual valor; em outras palavras, que não pode haver interrupção da circulação $M-D-M$ e, portanto, nenhuma crise ou superprodução. Essa interrupção parece improvável na produção de mercadoria simples; a lei de Say transforma isso no dogma da impossibilidade” (SWEEZY, 1973:167).

⁵⁷ Outros autores usam o termo ‘moeda’, mas Marx usa o termo ‘dinheiro’. Isso está ligado, de certa forma, a questões de tradução, em particular do alemão, do inglês e do francês. Nessa parte sobre Marx usamos o termo ‘dinheiro’.

perturbadas que a escassez de circulação do dinheiro podem elevar a sua velocidade de movimentação, retornando uma parcela do dinheiro entesourado para circulação (Val e LIANHRES, 2008). Então, se o dinheiro retido prejudica a produção, conclui-se também que a TQM não vale. Ou seja, a moeda afeta negativamente a produção, então é não neutro⁵⁸, e o entesouramento e desentesouramento torna a velocidade de circulação da moeda instável e imprevisível, negando outro suposto da TQM. Finalmente, o entesouramento tira o controle da moeda da Autoridade Monetária, tornando-a endógena. A endogeneidade da moeda aparece ainda quando Marx diz que o crédito responde ao ritmo de negócios ou ao aumento dos negócios e da acumulação, o que será visto mais no final desse item.

Relativamente à endogeneidade, Marx diz que o dinheiro nasce e se desenvolve com a produção de mercadorias e seu papel se torna importante com a generalização desta produção no capitalismo. O dinheiro é internamente ou endogenamente gerado nesse sistema econômico. A literatura econômica definiu a endogeneidade do dinheiro de maneiras diferentes.

One definition has been derived from economic agents hoarding decisions, which determine the velocity of circulation of money. For a second definition endogeneity has been derived from the perception that the credit system responds to (cyclical) business activity (MOLLO, 1999:3).

No caso, o dinheiro é endógeno porque a demanda baseada em decisões privadas de entesouramento ou demanda de ativos ou mesmo a criação de ativos monetários impede o controle das Autoridades Monetárias sobre a dinâmica monetária. De modo geral, e com base em Mollo (1999), a concepção de endogeneidade traduz-se na ideia de que o dinheiro é criado em resposta às pressões que decorrem da economia real, em particular na atividade empresarial.

O dinheiro desloca tanto a contradição privado-social ligada ao trabalho realizado de forma privada, mas precisando ser validado socialmente, quanto a contradição entre o valor de uso e o valor de troca encontrados na mercadoria, permitindo o crescimento e desenvolvimento das trocas no capitalismo. É dessa forma que Marx define o dinheiro como relação social complexa onde se realiza a divisão social do trabalho.

⁵⁸ Esses argumentos estão detalhados no capítulo anterior.

É nessa construção da gênese do dinheiro que podemos ver em Marx a endogeneidade do dinheiro. Por outro lado, o dinheiro pode ser desejado por ele mesmo, causando interrupção na circulação da mesma. Isso pressupõe dizer que uma alteração da quantidade de moeda em circulação pode alterar sua velocidade. Assim sendo, o entesouramento é um problema para as autoridades monetárias. Daí que Mollo (2004) entende que,

a moeda é exógena quando a sua quantidade é determinada, em última análise, pelas autoridades monetárias, e endógena quando as autoridades não controlam esta quantidade porque a demanda de moeda, influenciada por pressões internas da economia, afeta a oferta da mesma de forma imprevisível. O entesouramento é uma das razões que dificultam tal controle, dada sua imprevisibilidade. Assim, quando se supõe o entesouramento, a moeda é necessariamente endógena (MOLLO, 2004:324).

Finalmente, podemos analisar a endogeneidade da moeda por meio do crédito. O sistema de crédito impulsiona a produção de mercadorias. Porém, o seu desenvolvimento altera no tempo a restrição monetária⁵⁹ “e a desloca dos produtores para os bancos, o que explicita o caráter endógeno do dinheiro” (MARX, 1984 citado por VAL e LINHARES, 2008:6). O dinheiro de crédito aumenta quando aumentam as reservas dos agentes. Nesse caso, as reservas são convertidas em capital de empréstimo. Essa conversão volta para a esfera da circulação, deixando o Banco Central sem seu controle.

Portanto, essa noção ampliada do dinheiro endógeno está baseada na existência do dinheiro “como algo que se desenvolve como resultado de forças endógenas à lógica do sistema econômico” (VAL e LINHARES, 2008:7). Além disso, diz Marx que os bancos respondem à necessidade dos negócios ou à demanda dos produtores. Isso também é endogeneidade de M.

3.4 O papel do Estado e o dinheiro

Existe uma valorização por parte de alguns economistas marxistas da importância do Estado no controle das mercadorias força de trabalho e do dinheiro no modo de produção

⁵⁹ Segundo os autores, “sobre este ponto de discussão em Marx, Mollo (1991) destaca que a restrição monetária pode ser adiada, mas não eliminada. Segundo a autora, o crédito antecipa a realização das mercadorias, mas a necessidade de realização final se desloca em direção ao sistema bancário, no momento de pagamento das dívidas (VAL e LIANHARES, 2008:6).

capitalista, algo que é desconsiderado por outros. Começaremos a intervenção desse item com algumas reflexões de Brunhoff a esse respeito. Nas palavras de Brunhoff (1985), temos que,

o capital privado tem sempre necessidade da existência de um poder estatal, quer se trate do período da acumulação primitiva descrita por Marx, do capitalismo do século XIX ou do desenvolvimento recente das empresas multinacionais. Por que isso ocorre? Por que a produção e a circulação capitalista não podem se privar de uma gestão estatal que atue em determinados pontos? E por que essa gestão se apresenta, em certas condições, sob a forma da política econômica? (BRUNHOFF, 1985:1).

Embora ao longo do item sejam apresentados argumentos que respondam a tais reflexões, Brunhoff (1985:1) antecipa o seguinte: “o problema exposto aqui não é o de saber se o Estado capitalista tem uma ação econômica, mas por que e como ele intervém, como tal, no centro do funcionamento do capitalismo”. Para a autora, a ação do Estado é para gerir relações sociais ligadas a relação capital-trabalho. Na verdade,

os pontos-chave da intervenção econômica estatal examinados em primeiro lugar dizem respeito à produção e à circulação: a gestão da força de trabalho assalariada e a da moeda equivalente geral. Quando essas gestões se apresentam como política econômica, elas se modificam sem perder, com isso, seu caráter fundamental (BRUNHOFF, 1985:2).

Essa visão marxista é vista de outra maneira por outros economistas marxistas⁶⁰. Estes entendem que o Estado serve à lógica capitalista e, deste modo, não beneficiam os trabalhadores, tanto quanto os mercados também não o fazem. A luta não deve ser para ampliar o papel econômico do Estado, mas para eliminar o capitalismo.

Os pensamentos econômicos heterodoxos keynesiano e marxista veem importância do Estado no sistema capitalista, apesar da diferença de abordagem. Por exemplo, vimos no capítulo anterior que a heterodoxia keynesiana compreende que os problemas de desequilíbrios que o mercado apresenta decorrem da incerteza e devem ser resolvidos pelo Estado. “A ação do Estado é vista como indutora de um equilíbrio que o mercado não consegue garantir” (MOLLO, 2001:348), e isso pode ser resolvido por meio tanto da política monetária quanto da política fiscal. A heterodoxia marxista, porém, mesmo quando atribui

⁶⁰ Para acompanhar melhor esse debate, ver Clarke (1991).

um papel para o Estado, compreende que ele é necessário, embora não se mostre sempre eficiente no sentido de resolver problemas que decorrem da lógica de funcionamento do capitalismo. Isso é visto em Mollo se inspirando em Brunhoff. Para ela, embora o Estado tenha o dever de gerir o dinheiro e a força de trabalho, este nem sempre se mostra eficiente para resolver os problemas do trabalhador ou das dinâmicas monetárias, devido à lógica do capitalismo e do lucro.

Para Brunhoff, o Estado tem como papéis principais a gestão da força de trabalho e do dinheiro. Segundo ela, “o primeiro eixo principal da intervenção econômica do Estado, seja ela política econômica ou não, é a gestão da força de trabalho como mercadoria particular” (BRUNHOFF, 1985:8). Marx compreende que o processo de produção capitalista requer um trabalhador livre ou desprovido de meios de produção e emprego para vender e revender a sua força de trabalho como mercadoria e não a ceder simplesmente. Isso leva à necessidade da intervenção estatal na regulamentação da relação capital-trabalho para garantir essa venda.

Segundo o próprio Marx, o Estado não pode ser visto como o grande solucionador de problemas de desequilíbrios no mercado, “já que o mercado não é, por si só, a fonte deles, atribuída à lógica capitalista de produção” (MOLLO, 2001:348). O problema principal é a exploração. Por sua vez, como o lucro é fruto de exploração, o trabalhador é sempre prejudicado. Essa contradição, que é um problema, vai causar vários empecilhos ao capitalismo, como desemprego e crises.

Para Marx, a lógica de lucro é responsável pelo maior problema do capitalismo e fonte de todos os outros. O lucro depende da exploração do trabalhador assalariado. É ele quem produz tudo e só fica com uma parte do produzido. É a busca do lucro máximo, sob pressão da concorrência, que leva ao aumento da exploração do trabalhador. *Porém, de onde sai o lucro?*

O lucro sai da mais-valia, que pode ser ampliada de forma absoluta e de forma relativa (MARX, 1975).

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias. Ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz por si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem que produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital (MARX, 1975:584).

O capitalista faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia. Marx (1975) diz que:

não se compra a força de trabalho para satisfazer necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja a venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital adicional (MARX, 1975:719).

Daí que, por definição, compreendemos a mais-valia como o valor do produto do trabalho que excede o salário, porque o salário paga o custo de reprodução do trabalhador, isto é, paga o custo da mercadoria força de trabalho e produz mais que isso. “É na produção, como destaca o próprio Marx (1971), que o excedente ou a mais-valia é gerada, uma vez que a circulação ou a troca de mercadorias não cria nenhum valor” (MOLLO, 2013).

Como o objetivo do capitalista é maximizar lucro, para isso é preciso que ele aumente a mais-valia de forma absoluta ou relativa. No que se refere às formas absoluta e relativa, o aumento da mais-valia de *forma absoluta* se dá com o aumento da jornada de trabalho ou com o aumento da intensidade de trabalho.

Para Marx (1975:585) “a produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com apropriação pelo capital desse trabalho excedente”. Ela constrói o fundamento da economia capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa.

Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho (MARX, 1975:585).

Mas a mais-valia absoluta tem limites físicos e institucionais.⁶¹ Porém, é possível aumentar a mais-valia de forma relativa. Aqui a composição técnica e orgânica do capital já vão se alterando, garantindo o aumento da produtividade do trabalhador por meio de inovações tecnológicas sucessivas que aumentam o capital constante (custo das máquinas, equipamentos, matérias primas) relativamente ao capital variável (salários dos trabalhadores). Daí que Marx (1975:585) compreende que, “a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações”.

A mais-valia de *forma relativa* ocorre quando se introduz tecnologia moderna para aumentar a produtividade do trabalhador; o seu modo de produção é especificamente capitalista, sendo os processos técnicos ou tecnológicos avançados. Mas essa tecnologia, ao aumentar a produtividade do trabalhador, é poupadora de mão-de-obra e desemprega, criando problemas para os trabalhadores. Daí que o desemprego está relacionado à busca de lucro via aumento da mais-valia relativa.

Os argumentos são compreendidos quando mencionamos Marx (1975) no capítulo XXIII sobre *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*. Aqui compreendemos, primeiro, o aumento do emprego da classe trabalhadora através da proporção de aumento da acumulação do capital sem mudança tecnológica e, segundo, o motivo do desemprego movido pelo progresso técnico qualitativo⁶² ou aumento da composição orgânica do capital acompanhado pelo aumento da produtividade do trabalhador e, então desemprego. Este segundo é que nos importa analisar aqui.

Compreendemos assim que o aumento do progresso técnico tem efeitos negativos sobre a massa trabalhadora. Ela repele ou diminui o capital variável, produzindo um exército de reserva, ou seja, o que Marx denomina de ‘*superpopulação relativa*’ (desemprego). Isso porque o objetivo do progresso técnico, no capitalismo, não é folgar o trabalhador, mas aumentar sua produtividade. Isso leva ao progresso técnico poupador de mão-de-obra. Isso pode ser visto de duas maneiras: *primeiro*, quando o velho capital é renovado, reduzindo trabalhadores e, *segundo*, quando o capital adicional (tecnologia) atrai poucos trabalhadores no curso da acumulação. Por outro lado, tanto um quanto o outro ameaçam o trabalhador

⁶¹ O trabalhador cansa e erra na produção, por exemplo (limite físico) e existem leis que limitam a jornada de trabalho (limite institucional).

⁶² Consideramos de progresso técnico qualitativo devido ao aumento do grau da técnica ou tecnologia com a diminuição da força de trabalho. O inverso é o quantitativo onde o aumento da acumulação do capital é proporcional ao aumento da força de trabalho.

ativo. Ou seja, para Marx (1975:730), “capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzindo com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava”. Ocorre porque os capitais adicionais servem para explorar novos eventos ou descobertas, isto é, pesquisa e inovação, que será introduzida na indústria. E o capital antigo é aperfeiçoado (aqui também percebemos novamente uma relativa vulnerabilidade da força de trabalho ativo). Esse comportamento propicia a diminuição do capital variável na indústria, por um lado, aumentando o exército industrial de reserva, por outro lado.

Enfim, dissemos acima que o desemprego tecnológico está relacionado ao aumento da mais-valia relativa para atender ao aumento de lucro que é o objetivo do capitalismo. A alteração na composição técnica do capital (capital constante aumentando relativamente ao capital variável, ou à força de trabalho). De outro modo, não se alterando a composição do capital, a procura do capital variável aumenta com a acumulação do capital, isto é, na mesma proporção. Assim, conclui-se que o progresso técnico ou tecnologia moderna, com a finalidade de aumentar a produtividade do trabalhador, se expressa na diminuição de parte do capital variável, o que causa desemprego estrutural, criando problemas para os trabalhadores.

É essa tendência do capital a desempregar que exige uma ação do Estado, porque os trabalhadores desempregados precisam se manter e reproduzir apesar do desemprego⁶³. Daí porque Mollo diz,

a necessidade de uma ação estatal sobre a força de trabalho “é imposta pela insuficiência do salário direto em assegurar a reprodução desta força” (Brunhoff, 1977:131). Se, por um lado, o capitalista paga com o salário o valor “quotidiano” da força de trabalho, o objetivo de lucro, baseado na exploração, não admite o custo da manutenção do trabalhador vivo mas desempregado, ou doente. Ao mesmo tempo, sabemos, a massa de trabalhadores desempregados é necessária para rebaixamento do salário e para proporcionar reserva de mão de obra disponível necessária nos saltos da acumulação. Assim, são as próprias contradições definidoras do modo de produção capitalista que supõem uma ação estatal na

⁶³ Só o Estado tem pode gerir adequadamente os fundos de previdência ou assistência ao trabalhador. Se for o possuidor de capital a gerir, por exemplo, o fundo de garantia dos trabalhadores ou então de pensão vai buscar objetivos de lucro que, por vezes, punem o próprio trabalhador. E se for o próprio trabalhador, vai ser gerido com objetivos sindicais, não servindo para os seus propósitos.

gestão da força de trabalho, neste caso proporcionando formas de assistência, previdência e seguridade sociais. Mesmo quando os aparatos de assistência, previdência e seguridade sociais são transferidos para a iniciativa privada, restam sempre funções ligadas ao Estado, em regra aquelas que não podem ser transferidas para os próprios operários (mais carentes) e não arcadas pelos capitalistas para não reduzir o lucro (MOLLO, 2006:14).

Para Brunhoff (1978), também a gestão do dinheiro requer uma ação do Estado. Mollo, se inspirando em Brunhoff, diz que,

assim, podemos já afirmar que o dinheiro, como validador social dos trabalhos privados, é importante no deslocamento da contradição privado-social, e não pode cumprir tal papel se sujeito estiver a tais interesses privados. Daí a necessidade do Estado intermediando tais interesses. Este gênero de análise impõe o aparecimento do Estado e de um Estado que apareça como superior aos interesses privados, separado destes para poder intermediá-los. Trata-se, então, de uma ação do Estado que é ao mesmo tempo “imaneente”, porque atende a necessidades inerentes ao funcionamento capitalista, e exterior, porque não se confunde com interesses privados específicos (BRUNHOFF, 1982 e MOLLO, 1990; MOLLO, 2006:14).

Ou seja, além da gestão da força de trabalho, o Estado precisa intervir na gestão do dinheiro, porque ele valida socialmente os trabalhos privados e não pode ficar à mercê de interesses privados. O caráter público da gestão estatal (autoridade monetária) do dinheiro permite que ele seja hierarquicamente superior aos interesses privados, mas o Estado faz parte da sociedade, mas não substitui a sociedade. Isso faz com que apesar de público e podendo interferir na validação dos trabalhos privados, o Estado, via autoridade monetária, não possa substituir a sociedade como um todo na validação social completa destes. Daí porque o Estado pode interferir e interfere nas dinâmicas monetárias, mas não as controla completamente.

Enfim, a tarefa do Estado é atender ao funcionamento capitalista, que não se confunde com interesses individuais, ou seja, privados específicos embora sirva ao capital como um todo. A ideia dos marxistas é que o Estado sempre será necessário, intervindo tanto na força de trabalho como no dinheiro. Mollo (2006) argumenta que:

vemos, pois, que tanto no caso da ação estatal sobre a moeda, quanto sobre a força de trabalho, ela se impõe como “imaneente” (Brunhoff, 1977 e 1982), em vista das contradições que

definem o capitalismo, ao invés de provir de um Estado visto como sujeito exógeno do processo. Assim, se em períodos como os do pós-guerra ela se pautou por intervenção maciça em investimentos e em evolução de crédito farto, para financiá-lo, o liberalismo atual não nega a necessidade de ação estatal, mas, ao contrário, sua retirada da economia é também estratégica do ponto de vista da acumulação (MOLLO, 2006:15).

A autora diz que tanto no primeiro quanto no segundo caso, a eficácia do poder estatal é sempre limitada: “pela inflação nos períodos intervencionistas, pela deflação nos liberais” (MOLLO, 2006:15). *Esse argumento sobre a ineficiência do Estado nos leva a concluir que o Estado é necessário, mas nem sempre eficiente, ou seja, não soluciona problemas referentes às contradições da sociedade capitalista.* Daí que “é possível criticar a forma tradicional de encarar a política econômica “como um dado, quando ela constitui um problema” (BRUNHOFF, 1977:116 citado por MOLLO, 2006:15).

O processo de produção capitalista exige um trabalhador desprovido de meio de produção e emprego, ou seja, que seja livre para “vender e revender sua força de trabalho como mercadoria e não a ceder simplesmente” (MOLLO, 2006:14). Para isso é necessária a intervenção do Estado para regular essas relações entre o capital e o trabalho.

O Estado é necessário aqui, para garantir esta possibilidade de venda, e tudo se passa como se o Estado tratasse todos os vendedores de mercadorias como iguais enquanto tal, mesmo que saibamos que, neste processo, trata-se de garantir o funcionamento de um sistema de produção que implica duas classes, uma dominante, a capitalista, e uma dominada, a trabalhadora. O Estado aparece, pois, como neutro, embora a defesa que faz seja do funcionamento de um sistema que nada tem de neutralidade (MOLLO, 2006:14).

Outros economistas marxistas vêem o Estado sendo necessário para reagir as crises. Sweezy, por exemplo, analisa dois tipos de crises, a da taxa de lucro decrescente e a da realização ou subconsumo.

É importante compreendermos as diferenças nas duas crises, isto é, as crises ligadas à tendência na queda da taxa de lucro e as crises de realização. A *primeira* está atrelada ao crescimento da composição orgânica do capital com o progresso tecnológico, sem que a taxa de mais-valia aumente na mesma proporção. A *segunda*, “temos forças ainda não específicas que tendem a criar uma escassez geral na procura efetiva de mercadorias, não realmente no sentido de que a procura seja insuficiente para comprar todas as mercadorias, mas de que é

insuficiente para compra-las todas a uma taxa de lucro satisfatória” (SWEEZY, 1975:176). Nos dois casos, se tem como principal fundamento a queda da taxa de lucro.

Precisamos lembrar que, por um lado, o progresso técnico leva ao desemprego. O desemprego, por sua vez, reduz salários e isso tudo leva à diminuição do consumo. Por outro lado, não podemos nos esquecer que o capitalista precisa ampliar investimento. Então ele não pode consumir para compensar a queda de consumo dos trabalhadores. Como o consumo não está acompanhando, isso causa crises generalizadas porque as mercadorias não estão sendo realizadas na esfera da circulação; os salários caem, o emprego também e temos uma crise de subconsumo.⁶⁴ Falta de venda das mercadorias derruba a taxa de lucro.

Para Sweezy (1973), as dificuldades de realização do valor, e particularmente o subconsumo, é o ponto de encontro para as crises, porque o consumo cai. No final percebe-se que as duas crises tendem a reduzir o capital variável que também é preocupação dos Estados. Entretanto, a agudização da crise deve ser evitada por meio de uma atuação do Estado. O Estado não resolve completamente o problema, porque a crise é inerente ao sistema capitalista, mas pode minimizar. São esses os problemas que o Estado é chamado a resolver. Lembremos também que todos esses problemas discutidos aqui têm início na busca de lucro porque se relacionam com o aumento da mais-valia relativa.

O argumento de Marx nos remete à ideia de um papel do Estado necessário, mas nem sempre eficiente para resolver problemas de desequilíbrios no sistema, o que dissemos no início desse item. Segundo os argumentos de Amado e Mollo (2003), os marxistas acreditam que os desarranjos do capitalismo não decorrem do mecanismo de mercado como autorregulador. Eles decorrem da lógica de funcionamento do próprio sistema capitalista de produção. Desse modo, esses economistas não acreditam que a mera intervenção estatal, substituindo o sistema de preços livres, resolve por definitivo os problemas do capitalismo. Mencionando Amado e Mollo (2003),

em primeiro lugar, acreditam que a substituição do sistema de preços livres tem limites ditados pelo próprio capitalismo, que é um sistema de produção privado de mercadorias. Assim, o capitalismo requer um sistema de valores e preços que não pode ser inteiramente controlado pelo Estado. Em segundo lugar, acreditam

⁶⁴ Superprodução é quando sobra produção, quando existe uma falta de consumo. Até você pode ter pessoas com fome, mas por vezes o preço de venda das mercadorias não atrai o consumo que também está em queda. Isso eleva a quantidade de mercadorias no mercado sem acompanhar o consumo.

que o Estado pode intervir em determinadas situações, o que pode até resolver ou atenuar os custos sociais observados com os problemas econômicos. Entretanto, acham que soluções via Estado são transitórias e tendem a gerar outros problemas (AMADO e MOLLO, 2003:26).

Apesar destas visões sobre o papel do Estado, elas não são consensuais entre os economistas marxistas, conforme já antecipamos. Todos concordam que o Estado serve ao capitalismo. Mas alguns, diferentemente dos aqui expostos, pensam que o Estado não tem papel que beneficie os trabalhadores. Esse debate tem origem na controvérsia entre Poulantzas e Miliband.

Em 1968 o jovem cientista político Poulantzas publica em Paris o livro intitulado *Poder político e classes sociais*. Nessa época a obra era vista como o mais desenvolvido e sistemático tratado geral de teoria política marxista. O objetivo foi construir a ‘teoria regional do político’ no sistema de produção capitalista.

Mollo (2006) diz que, segundo Poulantzas, “o Estado é o ‘fator de coesão’ dos diferentes níveis de uma formação social” (POULANTZAS 1971a:40 *apud* MOLLO, 2001:350), “os níveis econômico, político e ideológico, com função de regulação de seu equilíbrio global” (Idem, 2001:350; 2006:6). Poulantzas entende que as várias funções que o Estado exerce são políticas porque é seu papel conduzir a coesão. Essas funções correspondem à importância política da classe dominante (MOLLO, 2006). Ele retrata em sua obra o Estado capitalista e a autonomia relativa. Brunhoff (1985) diz que,

a ideia marxista de um Estado superestrutura, que tem uma autonomia relativa em relação à base econômica, é um bom ponto de partida. A dificuldade é ver como se faz a articulação, isto é, como o Estado tem uma ação ao mesmo tempo imanente e não redutível à relação fundamental de exploração capitalista (BRUNHOFF, 1985:1).

Assim, entendemos a ‘autonomia relativa’ como a relação entre o Estado e as classes sociais, permitindo que a ação do Estado possa beneficiar, por vezes os trabalhadores, embora seja um Estado de classe, porque beneficia o capitalismo e, com ele a classe dominante, o capitalista. Essa ideia de Poulantzas é o que inspira os autores marxistas que acham que a política econômica pode beneficiar, por vezes, os trabalhadores. Na opinião de Poulantzas, o Estado capitalista tem uma ‘autonomia relativa’ com relação às “classes e

frações de classes do bloco no poder, o que impede que o Estado possa ser visto como mero instrumento desta classe dominante” (MOLLO, 2001:350). Para autora,

O Estado capitalista é, então, para Poulantzas, um estado - nacional - popular - de classe, no sentido de um Estado cujo poder institucionalizado tem uma unidade própria de classe, mas se apresenta como Estado nacional popular, representando a unidade política de agentes privados entregues a antagonismos econômicos, antagonismos estes que cumpre ao Estado ultrapassar (MOLLO, 2006:3).

Compreendemos que o Estado tem autonomia relativa e que esse fator acaba permitindo que ela beneficie a classe fragilizada, isto é, a classe dos trabalhadores. Para Mollo (2001:350) “se a autonomia (relativa) de que fala Poulantzas não permite que o Estado possa ser visto como mero instrumento da classe dominante, ela também não pode permitir a passagem ao socialismo sem a destruição do aparelho do Estado”. Segundo a autora, o argumento não aceita a “ideia de ‘socialismo de Estado’, uma espécie de revolução a partir de cima” (POULANTZAS, 1971 *apud* MOLLO, 2006:3).

Poulantzas, quando se refere à relação entre o Estado e as lutas de classes, a “luta de classes age sobre ele próprio: o jogo das suas instituições permite e torna possível essa autonomia relativa face às classes e frações dominantes” (POULANTZAS, 1971; MOLLO, 2001:351). A autora acrescenta o seguinte:

“as variações e modalidades desta autonomia relativa dependem da relação concreta entre as forças sociais no campo da luta política de classes, dependem mais particularmente, da luta política das classes dominadas” (Poulantzas, 1971:136). E isso, mesmo que estas lutas não tenham atingido o limiar do equilíbrio das forças sociais. Poulantzas analisa a separação política dos trabalhadores não como uma consequência da produção capitalista, mas do Estado, a quem cabe individualizar os trabalhadores por meio do aparelho jurídico- político e, com isso, impedir ou dificultar a luta de classes. Ao mesmo tempo, o Estado organiza as classes dominantes. Neste processo, o Estado esconde o caráter de classe das lutas políticas (MOLLO, 2006:3).

Em oposição a Poulantzas, Miliband entende que o Estado é o braço da burguesia, pois representa a classe política burguesa. Portanto, o autor entende que Poulantzas não compreendeu o verdadeiro papel do Estado. Por um lado, ignorou em sua análise elementos históricos e, por outro, não se referiu de forma concreta a um Estado capitalista, ficando numa enorme abstração sobre Estado e luta de classes.

Em resumo, Miliband entende que o Estado é o braço da burguesia, pois representa a classe política burguesa. Ele acaba inspirando os economistas marxistas que pensam que não é possível contar com a política econômica para melhorar a situação dos trabalhadores. Em oposição, Poulantzas diz que não é necessariamente assim. O Estado tem autonomia relativa e esse fator acaba beneficiando a classe fragilizada, isto é, a classe dos trabalhadores.

A idéia de que o Estado é o braço da burguesia impede pensar a política econômica em benefício dos trabalhadores como algo factível. De nossa parte, concordamos que a autonomia relativa abre espaço para pensar políticas econômicas preferíveis para os trabalhadores. Ademais, as visões dos que acham que o Estado tem um papel, se inspiram em Poulantzas para discutir políticas públicas que beneficiem o trabalhador. Para terminar, são esses os problemas que o Estado é chamado a resolver. O papel do Estado é intervir para atenuar as crises e atenuar desemprego e suas conseqüências danosas para o capitalismo, e intervir no dinheiro, o que já foi explicado no princípio deste capítulo.

O exame das políticas econômicas do ponto de vista marxista, portanto, deve ser feita julgando-as a partir dos benefícios que elas trazem para os trabalhadores, já que estes são os explorados. A ideia é a de que, mesmo quando se tem uma economia capitalista, os marxistas sabem que o trabalhador, apesar de explorado no processo de trabalho, precisa vender sua força de trabalho para poder viver, o que mostra a importância do aumento dos empregos. Além disso, o aumento dos empregos tende a aumentar os salários, melhorando a vida dos trabalhadores e permitindo que tenham uma melhor inserção na relação capital-trabalho. Quanto melhor for o salário dos trabalhadores, por outro lado, melhores serão as condições deles se organizarem para construir uma sociedade melhor e mais justa e se prepararem para gerir eles próprios a sociedade melhor que construirão. Assim, mesmo numa sociedade capitalista há espaço para um papel do Estado que melhore a inserção social dos trabalhadores, aumentando empregos e salários. Essa é a posição dos marxistas que acham que o Estado defende o capitalismo, mas tem autonomia relativa com relação às classes (capitalistas e trabalhadores) e pode, em vista desta autonomia, beneficiar por vezes os trabalhadores, e dos seus êxitos para garantir o andamento do capitalismo e pelos benefícios que traz aos capitalistas ou aos trabalhadores, embora Marx não estivesse

preocupado em trabalhar com a política econômica no sentido de viabilizar ou resolver os problemas do capitalismo.

O próximo capítulo analisa a evolução da economia de Angola, na série 2004-2018, à luz das conclusões dos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 4

As divergências entre ortodoxos e heterodoxos e a economia de Angola

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução das políticas econômicas adotadas pelo Estado angolano ao longo dos anos 2004-2018, identificando traços ortodoxos e heterodoxos. Ou seja, compreender como o Governo procurou atenuar os problemas vistos como importantes em seus documentos (planos e medidas tomadas), em particular os problemas relacionados ao crescimento do produto ao desemprego. As políticas monetária e fiscal serão analisadas com esse objetivo.

Como os governos do MPLA são de esquerda, críticos do mercado e do liberalismo econômico, apresentando objetivos progressistas, seria de se esperar heterodoxia na construção de planos e propostas e na condução das suas políticas fiscal e monetária.

Como é nossa intenção nesse capítulo a identificação dos problemas econômicos em Angola, é fundamental compreendermos de maneira resumida os aspectos históricos sociais e políticos que são responsáveis pela sua situação socioeconômica no início do período de análise.⁶⁵

4.1 Breve descrição da economia angolana com destaque para seus principais problemas

Antes de destacarmos os principais problemas da economia angolana, vamos apresentar as suas características e história.

4.1.1 Caracterização e história de Angola

Angola é um país situado na costa Ocidental da África. É limitado a norte e a nordeste pelas vizinhas repúblicas do Congo (então Congo Brazzaville) e Congo Democrático, a leste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

⁶⁵ Todos os problemas tanto do período colonial – exploração - que durou quase 500 anos (1482 a 1975 [493 anos]), quanto do período pós-colonial - Guerra Civil - que durou cerca de 27 anos (1975 a 2002), desajustaram em grande medida a economia de Angola até hoje. Em particular a luta pela independência deixou sequelas maiores. Os problemas se agravaram ainda com a Guerra Civil. Consideraremos aqui o período do pós-guerra a partir de 2004 até 2018. É o período que destacamos para analisar as políticas econômicas do Estado angolano e os problemas econômicos mais importantes. Até então não podia falar de política econômica propriamente dita.

“O território angolano é um dos mais extensos da África Subsaariana, com a dimensão de 1.246.700 km² (equivalente ao Estado do Pará); seu litoral compreende 1.600 km e defronta-se com o litoral nordestino brasileiro” (VARGAS e AMBRÓSIO, 2018:53). Este país tem como língua oficial o Português, além de outras variantes linguísticas (nove línguas nacionais).

O primeiro censo oficial após a independência, denominado “Censo Geral da População-2014”, apontava para uma população total de 25.789.024 milhões de habitantes. Em 2018 a população aumentou para cerca de 29.250.009 milhões de habitantes. A projeção de 2019 ronda os 30.175.553, segundo projeções do INE de 2014 a 2023 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA [INE], 2019). Ao longo da série 2018-2019 a variação relativa será de 3,01%. Desse modo, a população crescerá mais que a economia, se observada a projeção do OGE (orçamento Geral do Estado) para 2019.⁶⁶ Luanda é a capital, sendo esta a cidade mais habitada. Estimativas de 2018 apontavam um censo populacional de aproximadamente 7.976.907 milhões de residentes, cerca de 27% da população total do país. Em 2019, a projeção se situa em volta de 8.247.688 milhões de residentes (INE, 2019), variando 3.39%. Segundo INE (2014) a esperança de vida é de 60, 29 anos. Dados do Banco Mundial (2019) apresentam uma esperança de vida de 61,55 anos em 2016. Ainda segundo INE (2014) a taxa bruta de nato-vivos ou natalidade por cada mil habitantes num ano é de 36,29, e a de mortalidade, em média, por cada mil habitantes em determinada região é de 9,12. A fecundidade acha-se em torno de 5,7. Por último, a taxa de crescimento natural rondava em cerca de 2,7%.⁶⁷

Além da capital, Angola compreende mais dezessete províncias com diferentes vocações econômicas. Para Vargas e Ambrósio (2018) o seu clima e solo são bastante favoráveis à agricultura, sendo também rico em recursos naturais como, por exemplo, o petróleo e os diamantes.⁶⁸ Porém, é um país com um desenvolvimento econômico e social

⁶⁶ O Orçamento Geral do Estado prevê um crescimento da economia de 2,8% para o ano de 2019.

⁶⁷ “Os dados apresentados têm por base os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da habitação de Angola 2014 (Censos 2014) e as respetivas projeções elaboradas pelo INE Angola” (INE, 2019). Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/indicadores-estatisticos/populacao>. Último acesso: 09/01/2019. Informações estatísticas anteriores sobre população em Ambrósio (2017).

⁶⁸ Angola é um país rico em recursos minerais. Estimativas apontam, no seu subsolo, 35 dos 45 minerais mais comercializados no mundo entre os quais se destacam o petróleo, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, cobre, manganésio, ferro, rochas ornamentais, ouro e, hoje, o gás natural. O petróleo é o produto mais produzido, o que já representou para esse país cerca de 90% das exportações naturais seguido do diamante. Angola é o segundo maior produtor de petróleo bruto no continente África, atrás da Nigéria. Também possui um potencial hidroelétrico (AMBRÓSIO, 2017), com um dos maiores e famosos rios, o

bastante lento e desigual entre as regiões (AMBROSIO, 2017) quando comparado com outros países da África conforme tabela 1. Por enquanto, duas razões estão na base desse lento desenvolvimento: a colonização e, principalmente, a guerra civil, que serão aprofundadas logo adiante. Observe-se o nível de desenvolvimento relativamente a alguns países do continente africano, a sul do Saara comparado com Angola.

Tabela 1 – Nível de desenvolvimento de países africanos (SADC)

Countries	Population	Annual GDP	GDP per capita	HDI	Debt	Debt (%GDP)	Deficit (%GDP)
Angola	29,784,193	122,124	4,100	0.581	76,118	79.82	-4.80
Botswana	2,291,661	17,407	7,596	0.717	2,448	15.48	-1.12
RDC	81,339,988	37,643	463	0.457	6,6	16.78	-1.01
Lesotho	2,233,339	2,578	1,154	0.520	864	35.36	-6.35
Madagascar	25,570,895	11,500	450	0.519	3,839	38.38	-1.31
Malawi	18,622,104	6,303	338	0.477	2,978	60.28	-7.32
Mauritius	1,264,613	13,266	10,490	0.790	7,474	60.12	-3.59
Mozambique	29,668,834	12,646	426	0.437	13,39	118.76	-6.24
Namíbia	2,369,000	13,254	5,595	0.647	4,908	44.83	-9.11
Seychelles	95,843	1,498	15,630	0.797	986	68.99	0.21
South Africa	56,522,000	348,872	6,172	0.699	152,51	51.57	-4.06
Swaziland	1,367,254	4,434	3,243	0.588	967	24.77	-10.36
Tanzania	57,310,019	52,090	909	0.538	18,096	37.97	-2.18
Zambia	17,094,130	25,868	1,513	0.588	12,708	60.67	-5.80
Zimbabwe	16,529,904	22,041	1,333	0.535	8,346	51.93	-0.99
SADC	342,063,777	691,523	2,022		312,23	46.06	

Fonte: Elaboração do autor a partir da SADC (2019).

Angola é o quarto país da África Austral em termos de número de habitantes, atrás da RDC, da Tanzânia e da África do Sul. É o segundo país mais rico da região em termos de Produto. O produto por habitante é de \$ 4.100, ficando atrás de países com PIBs menores como Seychelles, Maurícia, Botswana e Namíbia. Porém, o índice de desenvolvimento humano, de 0,581, (Tabela 1) ainda é baixo para os padrões africanos. É o segundo país com a dívida pública mais elevada em percentual do PIB. Enfim, com um dos maiores PIBs da região, é necessário melhorar os seus indicadores de desenvolvimento econômico e social.

4.1.2 Breve história

A história econômica de qualquer país africano ao sul do Saara, incluindo Angola, deve levar em consideração três períodos bem distintos: o período pré-colonial, com um modelo próximo ou característico ao do feudalismo; o período colonial, com forte influência

Kwanza, exclusivamente angolano que cruza parte do interior do país, com nascente no interior da província do Bié e desagua no oceano atlântico, em Luanda.

do modelo mercantilista e mais tarde do modelo de economia de mercado e, o período pós-colonial em guerra civil, que agregou dois sistemas: o socialista, entre 1975 e 1989, representando um modelo de economia planificada e centralizada influenciada pela antiga União Soviética e outros e, mais tarde, o sistema capitalista, entre 1990 e 2002, com enorme influência das instituições de *Bretton Woods* através do plano neoliberal (Consenso de Washington) e interferências norte-americanas⁶⁹ (AMBRÓSIO, 2017).

O primeiro, o período pré-colonial que termina em 1484, no caso de Angola, assentava num sistema com características do feudalismo.

...característica panorâmica de sua economia era de natureza tributária e de trocas generalizadas (subsistência e de Dom contra Dom, ou seja, um modelo de trocas mutua ou diretas – permuta – atendendo ao Dom de produção de cada sociedade ou família, por exemplo, entre o ferreiro e o agricultor, o artesão e o caçador e vice-versa. Daí chamado também de trocas generalizadas pelo fato de todos trocarem entre si, sendo esta uma economia com características do tipo feudal ligado ao desenvolvimento do sistema de parentesco (linhagens e Clãs), onde as sociedades ou povos encontrados estavam estruturados em ferreiros, artesões, agricultores e caçadores. Sendo assim, cada tipo de produção correspondia a um modelo de sociedade, onde esse tipo de economia caracterizava-se profundamente como economia de subsistência e de ajuda mutua. Foi uma economia ligada ao mundo rural (NGONDA, 2008 citado por AMBRÓSIO, 2017:102).

A divisão do trabalho estava descrita por meio de qualificações ou dom, por meio de linhagens, clãs ou mesmo tribos. Os povos estavam distribuídos em tribos, havendo sempre em cada tribo um líder (rei). Os espaços enormes estavam divididos em reinos, onde o maior reino se chamou reino do Congo.⁷⁰ Em suma, esses povos se alimentavam de produtos agrícolas e de pecuárias, trocando entre si.

O segundo, o período colonial, que se assentava num modelo fortemente influenciado pelo modelo mercantilista, teve o seu início em finais do século xv (entre 1482 a 1484). Com efeito, a chegada do colonizador modificou radicalmente o panorama econômico, social e político dessa sociedade, sendo que nesta altura o modelo econômico se

⁶⁹ “Com o desmoronar do bloco socialista em 1988 e a conseqüente ruptura do modelo de dirigismo econômico centrado no Estado, Angola ensaiou as primeiras mudanças no domínio econômico, através do lançamento do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), em 1988, que, de entre várias ações, objetivava a adoção do modelo de economia de mercado. No plano político, foi instaurado o multipartidarismo com a realização das primeiras eleições gerais em 1992” (PERES, 2009:4).

⁷⁰ A extensão do reino do Congo estava entre parte do Gabão, os congos até Angola.

caracterizou pelo domínio comercial, onde os povos de origem estavam dedicados à produção agrícola em troca de especiarias e outros produtos do colonizador português. Assim, no decorrer de vários acontecimentos ligados à dominação de espaços (guerras) e escravização (comércio de escravos), mais tarde, num segundo período colonial, segundo divisão de Valério e Fontoura (1994:1193), “em 1876, os escravos terminaram o período de serviço que a Lei de 25 de Fevereiro de 1869 os obrigava a prestar aos seus antigos senhores”, inibindo o comércio de escravos.⁷¹ Nessa época o então reino do Congo, parte passou a chamar-se Angola, uma das províncias ultramarinas de Portugal. Contudo,

Angola era constituída por quatro distritos (Zaire, Luanda, Benguela e Moçâmedes), abrangendo uma área de cerca de 100.000 km² na planície litoral e um vago controle sobre entrepostos comerciais no interior. Cerca de 3.000 pessoas de origem europeia e quase meio milhão de indígenas habitavam este território, cuja situação económica não era invejável, restringidas as exportações a bens resultantes de atividades de predação, tais como o tradicional marfim ou a cera, e à produção de algumas escassas plantações, principalmente de café (VALÉRIO; FONTOURA, 1994:1193).

De acordo com Valério e Fontoura (1994:1194), “do final da segunda década do século xx até início dos anos 60, Angola viveu um incontestado domínio colonial português” onde o povo foi legalmente dividido em dois segmentos: o grupo dos indígenas e o dos civilizados ou assimilados.⁷² O primeiro vivia num contexto de sociedades tribais, não estavam alfabetizados ou não tinham emprego fixo no setor moderno da economia da época. O segundo segmento era constituído por europeus e povos nativos que ascendiam à classe dos assimilados, alcançando a cidadania portuguesa plena com emprego permanente, ou seja, detinham os mesmos direitos do colonizador (VALÉRIO e FONTOURA, 1994).

⁷¹ Após a abolição do tráfico de escravos, a ideia de Angola continuar associada ao próspero Brasil teve muitos adeptos. A fração pró-portuguesa ganhou, no entanto, e procurou desenvolver esforços para estimular uma economia de exportação tropical. Para isso apoiou-se na manutenção de trabalho forçado (que, apesar das reformas que Norton de Matos procurou introduzir em 1921-1924, permaneceu de forma mais ou menos camuflada até ao fim do Estado Novo) e nas riquezas naturais da região (VALÉRIO e FONTOURA, 1994:1197). A camuflagem foi um dos motivos que politicamente levaram à divisão dos povos de origem africana.

⁷² Anteriormente Angola servia de passagem e recolha de escravos, embora houvesse já alguns interesses nas explorações agrícolas, etc., como também dos homens nativos. Isso se acentua após a saída do colono português no território brasileiro. A forte dominação do colonizador teve início por volta de 1915 a 1917, quando estes perceberam o potencial dos recursos naturais e minerais de Angola, próximos aos do Brasil e, assim, começaram a se fixar em território angolano (AMBRÓSIO, 2017).

Para os autores, quando Angola se torna um Estado livre de exploração em 1975, o cenário muda. Porém continuam os movimentos para a independência de Angola com grandes problemas sociais e econômicos não resolvidos em função das lutas entre os movimentos de libertação. A geografia territorial alarga-se, sobretudo com o controle dos planaltos do interior até uma extensão de cerca de 1.247.000 km², com o objetivo de aumentar a produção (VALÉRIO e FONTOURA, 1994). A economia do país começava a prosperar devido à produção em massa e comercialização (exportação) do café, do algodão, do açúcar, do sisal e de outros provenientes de plantações. A produção de minério aumentou (o petróleo, o ferro e os diamantes), e os serviços também, em particular o transporte – pelo caminho de ferro de Benguela que chegará à Catanga, a sul da República do Congo então República do Zaíre (VALÉRIO e FONTOURA, 1994; DILOLWA, 2000; AMBRÓSIO, 2017). O objetivo era comercializar também os seus produtos para os países limítrofes.

Por outro lado, recuando no tempo, nas décadas de 50 e 60, surge um programa - integração econômica dos espaços metropolitano e ultramarino - do Governo português, contestado por alguns, para industrializar Angola. Assim, o processo de industrialização⁷³ se iniciou. Toda essa composição agricultura, extração de minérios e indústrias, trouxe um aumento significativo e concentrado da força de trabalho nessa economia de mercado. Ou seja, o ambiente econômico originou aumento da concentração populacional e da mão-de-obra industrial, principalmente, nas zonas suburbanas e urbanas. A população nativa aumentou em cerca de seis milhões e a europeia em cerca de meio milhão. Como o processo de produção ainda era fortemente orientado pela metrópole, persistia a exploração (FERREIRA, 1985).

Além disso, apesar de alguma prosperidade, o emprego era precário e parte estava com a classe dos assimilados. A acumulação do capital exigia mão de obra especializada, o que dificultava o emprego dos povos nativos que eram a maioria. Ou seja, o aumento da

⁷³ O arranque do processo industrial teve sua origem na “consequência, em termos gerais, da alteração da política colonial. O ‘Pacto Colonial’ foi substituído pelo ‘Espaço Econômico’, caracterizado pela integração econômica dos espaços metropolitano e ultramarino (VALÉRIO e FONTOURA, 1994:1201). Essa substituição trouxe oportunidades na industrialização de Angola. Entretanto, havia contradições, pois uns defendiam a continuidade das exportações e outros o processo de industrialização, mas a continuidade do processo industrial ocorrerá (AMBRÓSIO, 2017). Daí que o início dos anos 60 trouxe importantes transformações à economia desse país. “Até meados da 1970, Angola percorrerá as vicissitudes da primeira experiência significativa de industrialização” (VALÉRIO e FONTOURA, 1994:1201).

indústria proporcionou aumento da produtividade e do salário da mão de obra especializada (os poucos assimilados e estrangeiros). Esse fator originou salários precários e desemprego para os povos nativos que migraram para as zonas urbanas à procura de trabalho assalariado (DILOLWA, 2000).

O terceiro é o período pós-colonial de guerra civil que, conforme já mencionado, agregou dois sistemas: o socialista e, mais tarde, o capitalista, que serão vistos também no próximo item. Assim, foi após a restituição e morte por golpe de António de Oliveira Salazar, estadista português, em finais dos anos 60, que surge uma onda de protestos e lutas intensas pelos chamados Movimentos de Libertação de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Estes movimentos exigiam um país livre da dominação colonial. É desse modo que Angola se tornou independente em 1975. Nessa época a economia de Angola estava prosperando. Porém, a resolução pela a independência, mal guiada pelo próprio poder colonial (acordo de Alvor em 1975), colocou Angola numa vigorosa guerra civil entre os movimentos.

Nessa altura, a economia se encontrava numa fase bastante conturbada e o capital físico em condições inadequadas. O MPLA, comandado por Agostinho Neto, organizou em 1977 o 1º Congresso do partido que definiu o modelo económico a seguir, o socialista. Nessa reunião se definiu que o país passaria a ser orientado pela União Soviética. Desse modo, para se concretizar o modelo de economia planificada e centralizada, Angola passou a um modelo de partido único e as principais empresas de capital privado passaram a ser de direito público, ou seja, nacionalizadas. Para Goularti Filho e Chimbulo (2014:93) “Angola passou também a contar com a cooperação de outros países socialistas especificamente aqueles do Leste da Europa, além de Cuba e até do Vietnã”. As bases do sistema económico de planeamento centralizado estavam lançadas. Mas, é preciso observarmos que,

existia uma particularidade no modelo socialista angolano: um enclave petrolífero capitalista na província de Cabinda, localizada ao norte de Angola. Embora os dirigentes de Angola tenham assumido que eram um país socialista, a dependência em relação ao capital estrangeiro e a necessidade de um grande volume de recursos para financiar a organização inicial do novo país permitiam a convivência com esse pequeno enclave. Esse enclave do petróleo, na época da independência, já assumia um papel fundamental na

geração de finanças para Angola (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:93).

Para os autores, a ligação do MPLA com blocos socialistas trouxe a guerra civil para Angola.⁷⁴ Porém, a ligação deste partido com o bloco socialista e do partido UNITA com o bloco capitalista, numa fase de guerra fria, só veio agravar os problemas com a guerra civil. Angola ficou dividida em dois blocos: o MPLA apoiado pela URSS e a UNITA pelos EUA e o regime do Apartheid e, mais tarde, pelo regime de Mabuto, o então Zaire (hoje RDC). Segundo Goularti Filho e Chimbulo (2014),

como a nova gestão econômica estava fundamentada na planificação centralizada, por meio dos planos de desenvolvimento, foram criadas quatro níveis básicos de planificação econômica: o nacional, o setorial, o provincial e o das unidades de produção e de certas instituições do Governo (por exemplo, hospitais, escolas, instituições científicas, etc.). Os planos eram geralmente de curto prazo, não passando de um ano, e para tanto, além das metas previamente estabelecidas, eles deviam incluir indicadores e uma série de programas vinculados às diversas esferas da economia (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:93).

Para os autores, os programas tinham como meta atingir áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico, com ênfase nos programas ligados aos investimentos em capital físico como a construção civil, telecomunicações, transporte e energia como também aos programas de promoção de empregos e salários (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014).

Em 1979, com a morte do primeiro presidente de Angola, foi indicado pelo Comitê Central do MPLA um substituto, o presidente José Eduardo dos Santos, que presidiu Angola até finais de 2017. Desse modo, a nacionalização de empresas privadas e a criação de empresas de capital público, a maioria existente até hoje (Sonangol, TAAG, Endiama, Correios de Angola, ENE, etc.), começaram a se tornar mais sólidas. Dados apresentados por Goularti Filho e Chimbulo (2014) indicam que as empresas de capital exclusivo do Estado dominavam quase 60% (401 unidades) do tecido empresarial do país, em 1984. Para um sistema que se diz socialista, o percentual de empresas de capital privado até então se mostrava bastante elevado, cerca de 38,86% (267 unidades). O restante se concentrou em

⁷⁴ A primeira causa é o acordo de Alvor que não foi bem sucedido entre o Governo português e os movimentos de libertação nacional.

empresas mistas com forte participação do Estado, correspondendo em 2,77% (19 unidades). O modelo de economia centralizada prosperou até 1988.

Na época, os problemas enfrentados pela URSS e o início da retomada da Alemanha unificada, novas ondas de economia de mercado começaram a surgir novamente em Angola, com o conhecido receituário ortodoxo. Assim, instalado o sistema de economia de mercado, foi criado o plano de Saneamento Econômico e Financeira (SEF), dentro da ortodoxia do Consenso de Washington de maneira a reestruturar a economia do país, ensaiando o novo modelo.

O SEF tinha por objetivo sanear econômica e financeiramente o país, uma vez que nos primeiros anos após a independência o país enfrentou dificuldades fiscais impostas pela guerra. Na verdade, o plano tinha o diagnóstico típico do receituário neoliberal e do Consenso de Washington. Em 1989 Angola tornou-se membro do FMI e do Banco Mundial, dando sinais do novo rumo que seguiria a economia angolana. O FMI e o Banco Mundial foram os mentores e monitores do SEF (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:94).

Os quadros dessas instituições elaboravam os documentos periódicos, como relatórios, repassando-os ao Estado angolano, exigindo reformas e alcance de resultados logo no início de sua implantação. Para isso, Angola precisava de uma estrutura ou bases econômicas sólidas e uma base legal adequada ao modelo de mercado.

Além do mais, não havia um sistema financeiro robusto, maduro ou desenvolvido próximo ao exigido pelo modelo de economia de mercado, “não havia um mercado de capitais para, por exemplo, operar uma política de juros reais para atração de capitais externos, e a isso se juntava um grande entrave político”, isto é, a falta da democracia (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:94). Diante disso, Goularti Filho e Chimbulo compreendem que o FMI, de forma ortodoxa conservadora, tinha um único objetivo, garantir a eficiência econômica e alterar o modelo econômico praticado anteriormente. Algumas medidas insiradas no Consenso de Washington para Angola a partir de 1989, segundo esses autores, foram:

- a) Realização de uma ampla reforma fiscal e a adoção de uma rígida disciplina fiscal, realizando ajustes periódicos;
- b) A prática de uma política monetária restritiva visando à contenção da demanda agregada;

- c) A realização de um amplo programa de privatização;
- d) A desregulamentação plena da economia-sobretudo em segmentos como o de telecomunicações, transportes, serviços públicos, etc.;
- e) A permissão a investimentos estrangeiros diretos (estabelecendo, por exemplo, regras claras para a remessa de lucros e desinvestimentos).

Nem todas as medidas ajustaram-se ao caso angolano em vista da situação de guerra civil em que se encontrava. Mas o FMI, na sua persistência, decidiu avançar com a agenda do Consenso de Washigton. Além das propostas já mencionadas, o FMI conseguiu empreender mudanças políticas no país, pois entendia que ela precisava "(re) democratizar o sistema político". Portanto, as ideias do Consenso de Washigton estiveram na base das negociações sobre a Paz (acordo de Bicese, em 1991).

Foi a partir desse acordo que se protagonizaram as primeiras eleições gerais, tanto para os representantes do povo quanto para o presidente. É a partir daí que o país deixa o modelo de monopartidarismo (partido único) e passa para o multipartidarismo (mais de um partido). Esse conjunto de movimentos e mudanças amplia a influência dos Estados Unidos da América em Angola.⁷⁵ Assim sendo, destacam-se, nessa nova fase, a privatização de várias empresas.

Com destaque a privatização das empresas médias e pequenas que antes pertenciam ao Estado. No total, foram privatizadas 409 empresas ou o equivalente a 1.533 unidades de produção, sendo que dessas o setor de indústrias e das pescas foram os que mais tiveram empresas privatizadas, com 47% e 21,4% ou 53 e 24 empresas respectivamente. Entre 1990 e 2000 o Estado transferiu 29,5% do seu patrimônio ao setor privado, arrecadando 100 milhões de dólares. Além disso, como objetivo de combater a hiperinflação na década de 1990, foram apresentados 12 programas de política econômica num espaço de dez anos, o que corresponde a uma média de 1,2 programa por ano, refletindo o caráter de curto prazo que tinham aqueles programas, expressando assim o grau de instabilidade financeira que vivia o país. Eram planos de cunho neoliberal, visando corrigir desequilíbrios externos e internos. Alguns apresentavam simplesmente uma austeridade fiscal, e poucos tinham uma considerável abrangência social (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:96).

Os programas ou política econômica mencionada acima de cunho liberal não se adequaram à realidade ou às especificidades do país. A guerra civil foi um dos maiores

⁷⁵ Nessa altura as relações diplomáticas foram se estabelecendo e os EUA reconhecem a independência de Angola e, assim, outras nações também foram se estabelecendo no território angolano. É de ressaltar que estes foram os maiores apoiadores do partido UNITA na década de 1980.

problemas, explicando muito os insucessos dos mesmos. No caso do modelo centralizado, as especificidades e os insucessos ficam mais claros com Goularti Filho e Chimbulo (2014).

Qual foi então o resultado da economia angolana depois de adotado o modelo soviético de desenvolvimento? De modo geral, o modelo foi ineficiente. A resposta a isso não se encontra nas características do modelo, mas sim nas características peculiares de Angola, que inviabilizam a efetivação do planejamento central no país. Não havia quadros qualificados, as decisões eram tomadas por poucos membros do partido no poder, o MPLA, a dependência do petróleo, a falta de gestores, a guerra dificultava algumas ações por outro lado, e mais, havia uma característica intrínseca da economia angolana, isto é, o enclave capitalista, que ao invés de ser dominado pelo Estado socialista, passou aquele a dominar as relações políticas, já que o país dependia das receitas advindas das exportações de petróleo (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:94).

Os autores concluem que o pouco sucesso das políticas econômicas adotadas pelo sistema econômico centralizado em Angola teve respaldo nos fatores indicados acima. Não é possível esquecer, porém, as dificuldades de Angola por ser um país altamente dependente do petróleo e as dificuldades políticas e econômicas ligadas aos interesses internacionais nesse produto. Isso dificultou os resultados que os programas deveriam produzir. Ou seja, os planos que tinham um prazo menor (menos de um ano) não funcionaram como se esperava,

e isso certamente pesou no desempenho geral da economia entre 1975 e 1988. Daí o resultado foi à transição para a economia de mercado, à luz do receituário neoliberal que se impunha no cenário econômico mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia. E assim, Angola não foi exceção, no que se refere às investidas do FMI e Consenso de Washington em vários países (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:94).

Os autores apresentam alguns indicadores da economia de Angola com planejamento central naquela altura, destacando o PIB e o PIB per capita que apresentavam resultados positivos a partir da metade da década de 1980, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Indicadores econômicos (1975-1988)

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB per capita (dólares)
1975	3.131	-5,0	459
1976	2.995	-5,2	428
1977	3.276	0,7	456
1978	3.643	-5,3	493
1979	4.044	0,3	532
1980	5.415	2,4	689
1981	5.081	-4,4	625
1982	5.081	0,0	603
1983	5.281	4,2	604
1984	5.615	6,0	621
1985	6.852	3,5	734
1986	6.450	3,2	672
1987	7.420	7,0	754
1988	8.022	5,6	795

Fonte: United Nations, 2011; Goularti Filho e Chimbulo (2014:95).

Segundo interpretações dos autores, não obstante o fracasso do desempenho da economia, após a independência do país, importa ressaltar o comportamento crescente do produto a partir de 1983. Os dados indicam os sete primeiros anos de turbulências. Os anos subsequentes foram positivos ou de recuperação. O PIB cresceu em média 4,0% e, conseqüentemente, o PIB per capita. Os autores concluem que “o modelo de economia centralmente planejada teve seus momentos de altos e baixos, revelando assim o seu caráter contraditório, pois enquanto por um lado permitiu o fortalecimento do Estado, assim como a criação das grandes empresas nacionais”, parte delas presentes até hoje (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:95). Por outro lado, Goularti Filho e Chimbulo (2014:95) entendem que “na outra vertente não conseguiu dar origem a um sistema econômico sólido, dinâmico, em que, tendo o Estado os recursos assim como o poder de decidir a seu dispor, a produção seria recuperada e os problemas econômicos e sociais seriam minimizados”.⁷⁶

No caso da transição para uma economia de mercado, isto é, de 1989 a 2002, no sentido de ajustar o modelo econômico exigido pelas instituições de *Bretton Woods*, na época, num plano global de liberalização econômica no mundo, com orientações neoliberais aos países subdesenvolvidos, a economia angolana regressa ao modelo de economia de

⁷⁶ A situação para Angola agravou-se mais ainda com o enfraquecimento e a deterioração do bloco socialista pós-1990. Segundo Menezes (2000:334 citado por Goularti Filho e Chimbulo, 2014:95), os países socialistas do Leste Europeu reconheceram os [...] problemas estruturais enfrentados por suas economias, marcadas pelo crescimento exacerbado de mercados paralelos, pela excessiva burocracia e centralismo, e pela baixa produtividade. Daí, sem outra solução o Governo angolano aproximou-se inevitavelmente aos países ocidentais capitalistas onde encontrou o seu refúgio e as diretrizes para a inflexão econômica (MENEZES, 2000 citado por GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:95).

mercado, com o conjunto de prescrições do Consenso de Washington. No entanto, como disse Goularti Filho e Chimbulo (2014), os planos não tiveram a abrangência esperada. Houve um excesso de austeridade fiscal nas políticas implementadas, como quer a ortodoxia, e uma escassa abrangência social desses planos de curto prazo. Por outro lado, continuamos reafirmando que a guerra civil foi um dos principais problemas sobre a realização desses planos. É preciso que recordemos que após as eleições gerais de 1992, a guerra civil entre MPLA e UNITA em Angola voltou com uma força enorme, destruindo todas as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento econômico. Assim, nessa altura o SEF (saneamento econômico e financeiro) já tinha quase cinco anos de implementação. E se os planos foram produzidos para o curto prazo, isso indica que eles não se efetivaram, muito por conta da retomada da própria guerra.

A guerra civil causou enormes problemas para a economia do país. Assim, aquelas infraestruturas erguidas no final do período colonial e princípio do pós-colonial, ligadas à agricultura, à indústria, etc., começaram a entrar em ruína. Porém, o modelo de economia planejada continuou emergindo até 1988. O modelo de economia de mercado emergiu depois de 1988. Em 1992, Angola organizou eleições gerais. Mas a retomada da guerra civil agravou o desenvolvimento das infraestruturas, da agricultura e o processo de industrialização, piorando o quadro econômico. Após o fim da guerra civil, o país entrou num modelo de economia capitalista intervencionista.

Em suma, com o agravamento da guerra civil a agricultura, a indústria e as infraestruturas se tornaram praticamente extintas, o país ficou despovoado fora dos centros urbanos, o emprego caiu enormemente, a dívida pública aumentou, a inflação subiu e o país ficou totalmente dependente do mercado externo. Ou seja, as importações governamentais aumentaram e as exportações de produtos caíram (commodities e alguns produtos indústrias), enfraquecendo mais ainda a moeda local. Ademais, Angola voltou a depender de um único produto mineral para financiar a economia, o setor petrolífero com infraestruturas ineficientes e com elevados custos de manutenção (CEIC, 2010, ROCHA, 2011, AMBRÓSIO 2013; 2017). A economia do país se tornou mais fragilizada e vulnerável aos choques externos como, por exemplo, a flutuações no preço das commodities, etc.⁷⁷

⁷⁷ Se a economia daqueles que compram o seu petróleo e o preço do petróleo vão bem, o país vai bem, se vão mal, a economia angolana entra em colapso (AMBRÓSIO, 2017).

As condições para a diversificação da economia deixaram de progredir. Ou seja, os programas econômicos da época não funcionaram e o país não conseguiu diversificar a sua economia (AMBRÓSIO, 2017) e, assim, atingir a sua independência econômica, etc. A guerra civil só veio a terminar no princípio do século xxi (1975-2002). A guerra terminou e o país se encontrava numa situação difícil. Um país ainda muito dependente de petróleo e produtos minerais; áreas rurais despovoadas pela guerra; um índice de desenvolvimento econômico social muito baixo. Observe-se, na tabela 3, o comportamento dos indicadores econômicos nesse período.

Tabela 3 – Indicadores econômicos (1989-2001)

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB per capita (dólares)	Saldo da CC (10 ⁶ dólares)	Déficit Fiscal (% PIB)	Inflação (%)
1989	8.587	0,4	881,7	-128	-24,4	
1990	8.547	-0,4	852,8	-158	-12,1	
1991	8.797	1,0	847,5	-608	-15,9	275,7
1992	7.989	-5,8	743,2	-837	-26,5	495,8
1993	5.819	-24	522,7	-834	-16,6	1.837,7
1994	4.292	1,3	372,2	-584	-25,1	971,9
1995	5.365	11,3	423,8	-451	-28,7	3.784,0
1996	6.535	11,7	502,3	-574	-14,5	1.651,3
1997	7.675	5,5	573,7	-978	-17,2	64,0
1998	6.449	0,0	468,5	-2,063	-10,0	134,8
1999	6.087	3,2	429,4	-1.764	-7,8	291,3
2000	8.869	3,1	607,4	637	-1,9	268,4
2001	8.936	3,1	608,0			152,5

Fonte: adaptado do Banco Nacional; Balança de pagamentos; índice de preços do INE; unidade de Estudos sobre a população, Ministério do Planeamento; United Nations; Filho e Chimbulo (2014:95).

Os dados indicam o comportamento da economia de Angola na década de transição. Portanto, a tabela 3 é interpretada por Goularti Filho e Chimbulo (2014:97) que dizem:

o PIB decresceu em média -0,7% se feita a média aritmética das variações anuais, e a taxa média da inflação foi de 967,5%. Verifica-se também que a conta corrente foi deficitária em praticamente todo o período, assim como o aumento do déficit fiscal até a metade da década. Apenas pela análise dos indicadores acima já se confirma o período recessivo vivido por Angola nos anos 1990 (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:97).

Em suma, os dados indicam o desempenho errático da economia de Angola numa altura em que Angola se encontrava numa crise enorme e sem previsões de término.

É com o final da guerra civil no período pós-colonial que se inicia o quarto período, que nos interessa aqui analisar quanto à política económica.

4.1.3. As questões do crescimento, de inflação e do desemprego

Angola enfrentou e ainda enfrenta vários problemas de natureza económica e social. Após a guerra civil o país partiu de uma situação muito difícil. Como dissemos, nos primeiros anos pós-independência, o movimento que prevaleceu como Governo, o MPLA, teve a sua matriz económica baseada no modelo socialista até 1988. Os esforços da criação e implantação do capital público para garantir o crescimento e desenvolvimento económico eram de responsabilidade exclusiva do Estado. Porém, a guerra se perpetuava, desajustando a estrutura económica, arruinando o capital público e privado, que havia tido algum desenvolvimento na década de 1970.

Com o desaparecimento do bloco socialista em 1988 e a “consequente ruptura do modelo de dirigismo económico centrado no Estado, Angola ensaiou as primeiras mudanças no domínio económico, através do Programa de Saneamento Económico e Financeiro” - SEF (PERES, 2009:4).

Em 1992 realizaram-se as primeiras eleições gerais. Na época a sensação era de uma melhora nas ações do Estado para o ajustamento da economia, primeiro, devido ao modelo que se estava a ensaiar – economia de mercado - e, segundo, a esperança que o programa *SEF* trazia para economia e para os angolanos.⁷⁸ Mas, infelizmente o processo de paz durou pouco. Desse modo, o país se envolveu numa nova guerra civil que dilapidou, em definitivo, as estruturas económicas anteriormente mencionadas (indústria, agricultura, etc.). Além disso, ao longo dessa década o Governo angolano e o FMI tiveram várias tentativas de ajustes na economia por meio dos programas de estabilização, o que veio a melhorar no final da década (observe a tabela 3). Segundo Goularti Filho e Chimbulo (2014),

não obstante o Governo insistisse em apoiar e seguir com afinco as recomendações ortodoxas do FMI, o próprio FMI corrobora com a conclusão sobre o estado crítico da economia angolana. Em seu relatório sobre Angola,

⁷⁸ O programa visa reformas económicas ajustadas a um modelo de economia de mercado, tendo em conta o contexto político, económico e social do país.

do ano de 1997, a instituição assumiu que Angola passava por uma fase de economia estagnada, com a estrutura econômica e social debilitada, pobreza extensiva e graves tensões sociais. O FMI sabia que a transição para economia de mercado havia falhado, ela foi parcial e irregular e isso só fez aumentar as desigualdades. A instituição reconhecia ainda a grande dificuldade técnica do Estado em honrar seus compromissos, juntando-se a isso a falta de transparência das entidades governamentais em algumas áreas cruciais como em certos ministérios, inclusive no próprio Banco Central (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:97).

Os modelos de orientação ortodoxa são discutíveis, como vimos, em particular em situações de instabilidade política, como era no caso de Angola. Daí o fracasso do desempenho dos planos justificada pela instabilidade política em Angola. Diante disso, Goularti Filho e Chimbulo (2014) perguntam: *como foi o desempenho das novas políticas econômicas de cunho neoliberal?* Para os autores, a política fiscal implementada pelo Governo foi hegemônica comparando-as às outras políticas. “O fato de a guerra ter recomeçado após as polêmicas eleições presidenciais de 1992, provocou um aumento virtuoso nos gastos do Governo na compra de material bélico e pagamento a mercenários” adicionando as despesas de importação, que se verificaram ao longo da década acima das exportações, representadas particularmente na compra de bens de primeira necessidade (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:97). Desse modo, a política fiscal do Governo angolano ficou condicionada a resolver problemas como a inflação e à redução do déficit, deixando problemas como investimentos em capital em segundo plano, mostrando-se interessado na aplicação de uma política conservadora.

Já vimos, na parte teórica desta tese, que a ortodoxia prioriza tais objetivos em função de uma visão de moeda neutra. Como a moeda não é concebida como podendo estimular de forma duradoura a economia real ou o crescimento do produto e do emprego, o controle da inflação e do déficit passam a ser os objetivos prioritários. Assim, a política monetária, condicionada à política fiscal e sem autonomia, teve a sua função limitada. Ou seja, a sua função era de controlar o déficit fiscal e reduzir a expansão da oferta de crédito na economia.

A política cambial por orientação do FMI foi de desvalorização do câmbio de forma a incentivar as exportações, particularmente de petróleo numa economia não diversificada, com o objetivo de garantir recursos para balancear as importações em particular de alimentos e equilibrar a balança de pagamentos. Apesar disso, a balança não teve o

comportamento esperado, ela foi deficitária durante a década, melhorando somente no primeiro ano do século XXI. Isso levou o Governo a contrair dívida junto aos principais credores como o Clube de Paris, o FMI, a Federação Russa entre outros para honrar seus compromissos, que chegavam a valores elevados de 138,7% do produto interno bruto em 1992 e 100,6% em 2000 (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014).

É importante também realçar a política de privatizações que houve no período de transição. O Governo estava disposto a transferir a maioria das empresas, que até então pertenciam ao Estado, em função da política de nacionalização das empresas privadas no período anterior, no modelo de economia centralmente planejada, e julgava ser necessário modernizar a economia para adaptar-se à nova conjuntura internacional (GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:98).

No período de transição os modelos ortodoxos de economia de mercado não tiveram os resultados satisfatórios. A par disso, a dependência da economia no petróleo não ajudou como esperado, pois parte da renda emigrava para o exterior. O ajuste foi recessivo, as políticas econômicas foram ineficientes, “piores inclusive que pelo menos os últimos anos de economia socialista, já que em termos de condições de vida e de crescimento econômico o período 1983-1988 foi manifestamente superior (ROCHA, 2009:106 citado por GOULARTI FILHO e CHIMBULO, 2014:98). De modo geral, as políticas fiscais ensaiadas na época não tiveram os êxitos esperados devido à guerra, conforme já mencionado. Tanto as políticas do período socialista quanto do capitalista. Apesar dos planos serem de curto prazo, ainda assim tiveram tempo suficiente para melhorar os mesmos e, assim, implementá-las com sucesso garantindo o que todos esperam, crescimento e desenvolvimento econômico e social duradouro.

Após a independência surgiram dois bancos públicos. O Banco Nacional de Angola (BNA), que tinha como papel a emissão e comercialização dos ativos monetários e financeiros, e o Banco Popular de Angola (BPA), que tinha como tarefa a captação de poupanças, “já que lhe era vedada a atividade creditícia” (PERES, 2009:4). Segundo o autor,

apenas o BNA competia a concessão de crédito e o exercício de outras funções típicas de um banco comercial. Igualmente as seguradoras e outras instituições de mutualidade então existentes foram confiscadas e integradas em uma única empresa estatal, a Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola – ENSA (PERES, 2009:4).

Para Peres (2009), o negócio bancário se alarga. Influenciado pelos eventos da mudança da época (surgimento da economia de mercado), o “quadro jurídico e econômico da atividade bancária conheceu as primeiras alterações em 1999, quando, de atividade exclusiva do Estado, o negócio bancário foi alargado à iniciativa privada” (PERES, 2009:4).

Em seguida, o BNA passou a exercer a função de Banco Central, banco emissor e fiscalizador do sistema financeiro. O outro segmento era exercido pelos bancos comerciais e de investimento. Porém, embora o sistema bancário se alargasse, o grau de incerteza da economia, devido à guerra, não garantia níveis elevados de crédito e de investimento. Desse modo, o crédito existente na altura, embora em menor grau, era direcionado maioritariamente para o consumo e, principalmente, para o Estado.⁷⁹ O sistema financeiro ganhava forma e as incertezas devido à guerra dificultavam o crédito para formação do capital privado. Além do mais, as políticas adotadas pelo Estado com o objetivo de resolver problemas intrinsicamente ligados a políticas econômicas como a inflação, o desemprego, etc., mostraram resultados aquém do esperado.

4.2 A evolução da política econômica ao longo dos últimos 15 anos (2004-2018)

De 2004 até 2008 Angola não realizou eleições e o partido que governava era o MPLA, partido de esquerda.⁸⁰ Só foi possível encontrar alguns planos de Governo deste período. Assim, usamos para análise alguns documentos dispersos, que se referem a objetivos principais da política econômica e mediadas a tomar ou tomadas. É preciso também compreendermos que as primeiras eleições gerais, após guerra civil, se realizaram em 2008, já com a conjuntura política estabilizada. Angola já teve três eleições, onde participaram vários partidos, com destaque para os partidos UNITA e, mais tarde, CASA-CE.

⁷⁹ O crédito para investimentos em capital era absolvido maioritariamente pelo Estado. Esse era o melhor negócio dos bancos. Ademais, as condições da época não propiciavam garantias de retornos, daí que os papéis dos bancos não estavam voltados ao empréstimo para o surgimento de novo capital privado e aumento dos já existentes. Além disso, o Estado ainda era o detentor do maior número de capital físico, o que garantia maior captação de crédito.

⁸⁰ Em 2004 as evidências de crescimento eram interessantes porque o preço do barril de petróleo se elevava. Mas nesta série 2004 a 2007 onde a taxa de crescimento atinge um boom, Angola ainda tinha enormes dívidas oriundas da guerra, e precisava reajustar a macroeconomia. Mas tarde, em 2009, o FMI entra com o Acordo Stand-By (basicamente o objetivo do acordo é consultas econômicas para ajudar no reajuste da macroeconomia, e dependendo das avaliações poderá sair delas financiamentos). Ver: Ambrósio, 2017. Também pode acessar ao link: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/NP/sec/pr/2011/pr11256p.pdf>

Os mandatos se deram nos seguintes períodos: 2008-2012; 2012-2017 e 2017-2022, todos eles ganhos pelo partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Selecionamos para análise alguns dos principais problemas enfrentados pelo Governo de Angola que nos permitem julgar o caráter mais ortodoxo ou heterodoxo das suas políticas. A partir de 2004, esses principais problemas do Governo intervencionista angolano estavam relacionados com a inflação e sérios problemas de desemprego. É isso que vamos investigar particularmente, e discutir neste item.

Apesar de se verificar alguma evolução positiva na economia do país devido ao aumento do preço do petróleo (gráfico 4), que influenciou as altas taxas de crescimento dos primeiros anos, isto é, de 2004 a 2007 (AMBRÓSIO, 2013; 2017) e mais tarde no período 2012-2014,⁸¹ esses problemas de inflação e desemprego indicados acima e outros encontrados nos documentos têm sido uma preocupação constante do Governo angolano. Estes ainda se perpetuam até os dias de hoje, embora em intensidade menor quando comparado aos períodos anteriores, porém ainda graves.

Foi precisamente em 2004 que a economia angolana apresentou taxas elevadas de crescimento econômico. Dois fatores estavam por trás desse crescimento: a estabilidade política e o aumento do preço do petróleo no mercado internacional. Por essas razões, o Governo angolano se propôs a criar um conjunto de políticas econômicas no sentido de ajustar a macroeconomia do país, de modo a resolver ou atenuar os principais problemas identificados acima que tiveram sua origem na guerra civil como, por exemplo, a inflação e o desemprego. O Governo do MPLA como partido de esquerda, marxista-leninista, tinha como seu objetivo imediato ou proposta inicial, encontrada nos seus documentos ou planos, tirar o país na ruína a que se encontrava. E como isso foi feito? Por meio de instrumentos de políticas econômicas intervencionistas.

Desse modo, apresentaremos, em particular, a evolução das políticas monetária e fiscal, no sentido de observarmos a evolução das variáveis que nos propusemos investigar, e

⁸¹ Em 2004 as evidências de crescimento eram interessantes porque o preço do barril de petróleo se elevava. Mas nesta série 2004 a 2007 onde a taxa de crescimento atinge um boom, Angola ainda tinha enormes dívidas oriundas da guerra, e precisava reajustar a macroeconomia. Mas tarde, em 2009, o FMI entra com o Acordo Stand-By (basicamente o objetivo do acordo é consultas econômicas para ajudar no reajuste da macroeconomia, e dependendo das avaliações poderá sair delas financiamentos). Ver: Ambrósio, 2017. Também pode acessar ao link: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/NP/sec/pr/2011/pr11256p.pdf>. As informações podem ser observadas em Ambrósio (2017); Ambrósio (2013;2017).

se com esses instrumentos o Governo conseguiu reduzir os problemas como a inflação e o desemprego. A ideia é, em particular, verificar se as políticas monetária e fiscal foram tratadas de forma ortodoxa ou heterodoxa.

4.2.1 Política Monetária

A política monetária tem como objetivo, para os ortodoxos, apenas o controle da oferta de moeda na economia, para controle da inflação. Isso porque, como vimos no capítulo 1, para a ortodoxia, a inflação é causada por excesso de moeda e a quantidade de moeda só consegue influenciar o crescimento de P e não afeta de forma duradoura o crescimento de y . Por outro lado, se a moeda, como pensam os heterodoxos, não é neutra, ela pode estimular y de forma duradoura, ou seja, o crescimento do PIB e do emprego, e a política monetária teria papel no estímulo ao crescimento e do emprego.

Para controlar a moeda e a taxa de juros, as autoridades monetárias utilizam-se dos instrumentos diretos e indiretos como o recolhimento compulsório, operações com títulos públicos, redesconto bancário, persuasão moral, controle e seleção de crédito. Além de controlar os preços na economia, como pensam os ortodoxos, ela também pode estimular o investimento e o crescimento da capacidade produtiva, com taxas de juros baixas, como pensam os heterodoxos.

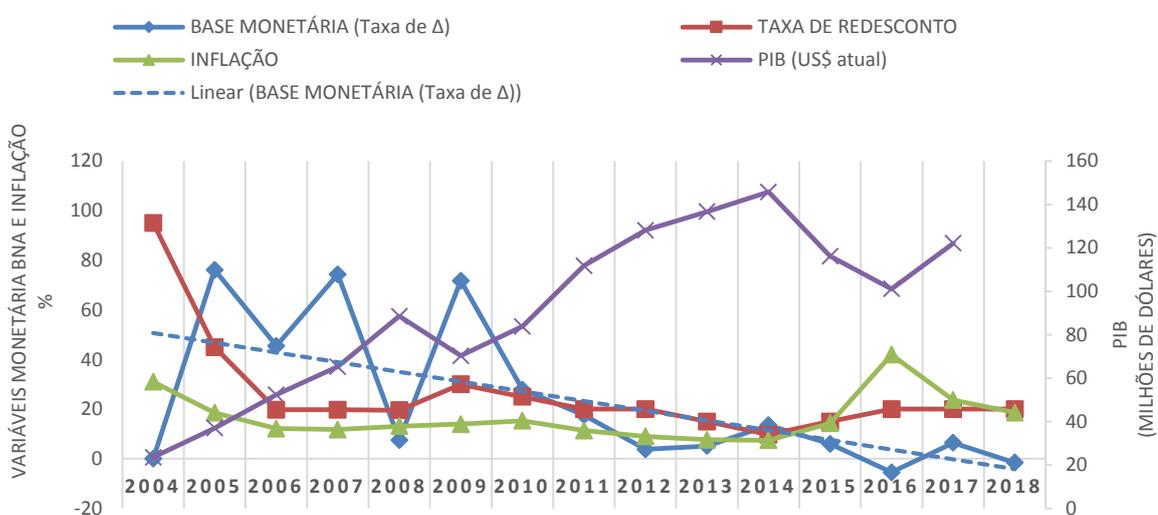
Nesses 15 anos, na série 2004-2018, o Banco Nacional de Angola (BNA) criou um conjunto de políticas alinhadas aos objetivos do Governo para atenuar problemas como, por exemplo, a inflação. Segundo o BNA (2019), além do controle da inflação, sua política monetária visa também estimular a produção, o que é uma visão heterodoxa. Mas a frase abaixo mostra uma visão ortodoxa de que a moeda é controlada para controlar a inflação e só depois surge o crescimento como consequência da inflação baixa.

Garantir a preservação do valor da moeda nacional (Kwanza), isto é, contribuindo para a criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico que culmina com a melhoria do bem-estar econômico e na criação de emprego. Para garantir a preservação do valor da moeda nacional, o Banco Nacional de Angola deve procurar manter o equilíbrio entre a oferta de meios de pagamento e o crescimento da atividade econômica (BNA, 2010). Mas do que isso, o seu grande objetivo é o controle dos preços.

Ou seja, não é a injeção de moeda ou a redução da taxa de juros que estimula a economia, como quer a heterodoxia, mas a queda da inflação que leva ao crescimento econômico.

Deste modo, a variação dos agregados monetários, indicadores que medem a quantidade de dinheiro que circula na economia, deve ser consistente com o nível de atividade económica para que se evitem pressões inflacionistas. Assim, o Governo fazia a gestão da quantidade da moeda em circulação por meio da “base monetária” e da “taxa de redesconto”, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Evolução das variáveis monetária e crescimento



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BNA (2019) e BM (2019).

*Nota: O cálculo sobre a variação da base monetária é do autor.

No período de 2004 a 2010 a política monetária do Banco Central para o controle da massa monetária estava ligada a dois instrumentos: a) a base monetária que é o total da moeda emitida ou em circulação, excluindo apenas a moeda que permanece com as autoridades monetárias, ou seja, com o BNA no caso de Angola e; b) a taxa do redesconto que é uma taxa exigida pelo Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez nos bancos comerciais.⁸²

Em 2004, no começo do período, a base monetária era alta. E ela flutuou bastante e baixou muito ligeiramente ao longo do período de 2005 a 2010, conforme o gráfico 3, ilustrando uma instabilidade na oferta da moeda mesmo que se perceba a queda da

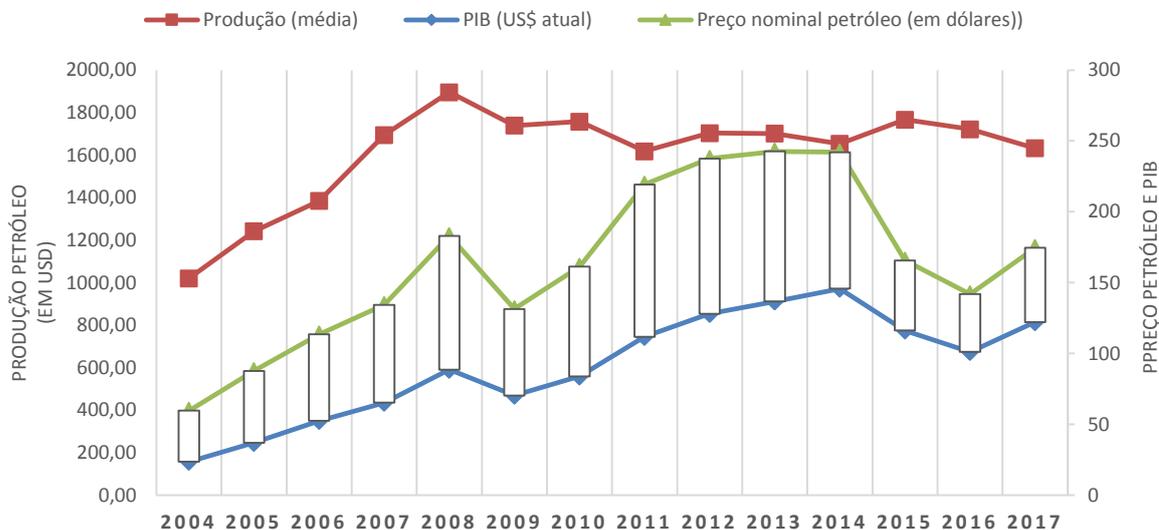
⁸² A taxa de redesconto é uma exigência do Banco Central para cobrir eventuais furos ou buracos nos caixas dos bancos comerciais (quando essa é baixa e com prazo longo, os bancos podem se expor a riscos maiores, aumentando a disponibilidade de crédito, o que levaria ao aumento da quantidade de moeda em circulação).

inflação. Enquanto isso, o PIB crescia sistematicamente até 2008. A queda do produto em 2008, devido a baixa dos preços do petróleo no mercado internacional (gráfico 4), levou o BNA a aumentar a base monetária, que variou em cerca de 71,72% em relação ao ano anterior que foi de 13,17%. Isso não impediu que a inflação continuasse caindo, dando razão à heterodoxia.

A base monetária teve um comportamento errático até 2008, quando o produto crescia sistematicamente e a inflação caía e subia ligeiramente em 2009, até ser substituída pela taxa de juros como instrumento de política monetária em 2010. Havia então um interesse do Governo de preservar a estabilidade macroeconômica do país entendida como estabilidade de preço, que levava ao crescimento.

Observe-se que as crises de 2009 e 2014 têm relação estreita com a queda do preço do petróleo, dada a dependência de Angola deste produto. Isso é possível perceber no gráfico 4.

Gráfico 4 – Receitas petrolíferas 2004-17 (produção e preço)



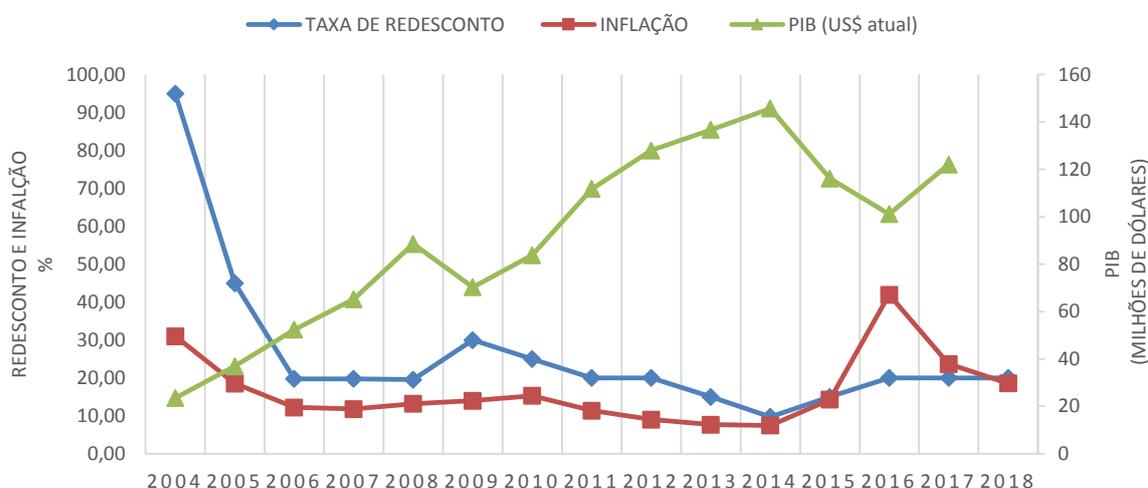
Fonte: Elaboração do autor através dos dados da OPEP (2019) e BM (2019).

Se observarmos o gráfico 5 abaixo, observa-se que a taxa de desconto se manteve decrescente até 2008 e a partir de 2010, o que deixou o mercado mais líquido. Mas em 2009, justamente na crise, ela sobe, mostrando uma política ortodoxa pró cíclica. Podemos perceber que na medida em que o nível de preço foi caindo à taxa exigida pelo Banco

Central também foi diminuindo a taxa de redesconto com exceção de 2009 enquanto o produto crescia, com exceção do ano de 2008, com a crise. ⁸³ Mas em 2009, justamente quando a crise ocorria a inflação mostrava pequeno crescimento, a taxa de redesconto cresce, o que só faz sentido se seu único objetivo é o controle da inflação de forma ortodoxa.

Como no período anterior, na segunda crise 2015-2016, o BC não se alinhou aos argumentos da heterodoxia econômica. Apesar de uma variação ligeira no nível dos preços no final dessa série, ainda assim, a inflação diminuiu consideravelmente ao longo da série, se comparada ao seu comportamento inicial. As taxas de crescimento nos períodos de 2008 a 2009 e 2015 a 2016 não foram favoráveis. Isso indica que a política monetária do BC não respondeu à necessidade de crescimento da economia do país nesses períodos, mostrando não confiar na política monetária para esse efeito, o que é um pensamento ortodoxo.

Gráfico 5 – Evolução da taxa de redesconto, inflação e o produto



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BNA (2019) e BM (2019).

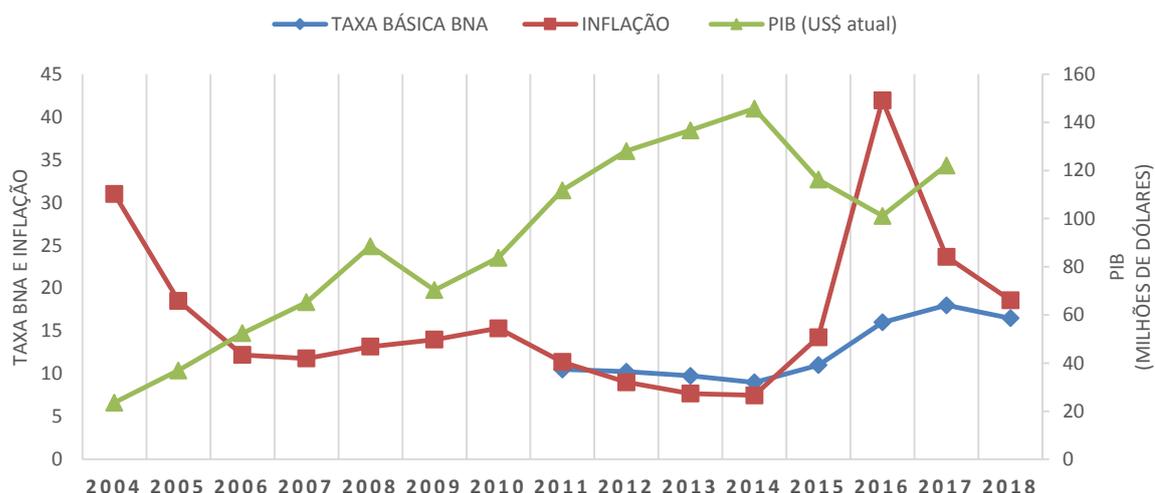
Embora possamos perceber a variação da base monetária no período em que ela foi um instrumento de controle importante do BC, compreendemos que o BNA deveria manter a base monetária crescente e a taxa do redesconto sempre decrescente (nas crises cresce),

⁸³ Mesmo os heterodoxos sabem que se as autoridades monetárias reduzirem muito a base monetária ou aumentarem muito a taxa de juros, a inflação tende a cair. Só que vai cair a um custo social alto, porque ela pode cair prejudicando também o produto (y). Portanto, nada aqui pode dizer que o Governo foi ortodoxo, porque ele foi administrando a base monetária, a taxa de inflação foi caindo e não houve nada de maior ou pior, a não ser que o produto tivesse caído também, e ele se mostrou crescente ao longo do período.

mostrando que eles estavam preocupados com a fraca liquidez no mercado. Mas essa preocupação deveria ser ainda mais efetiva nas crises, porque a inflação que era o principal problema para o BC, foi caindo ao longo do período. Percebemos que o BNA se utilizou desses instrumentos com o objetivo prioritário de reduzir a inflação e só depois estimular a economia real, pensando que é a inflação baixa e não a quantidade de M que estimula a economia.

Analisando a política monetária a partir da “taxa base do BNA” (taxa BNA), precisamos compreender que foi a partir de 2011 que o Banco Central passou a trabalhar com uma taxa de referência, a taxa de juro BNA, como instrumento de política monetária.⁸⁴

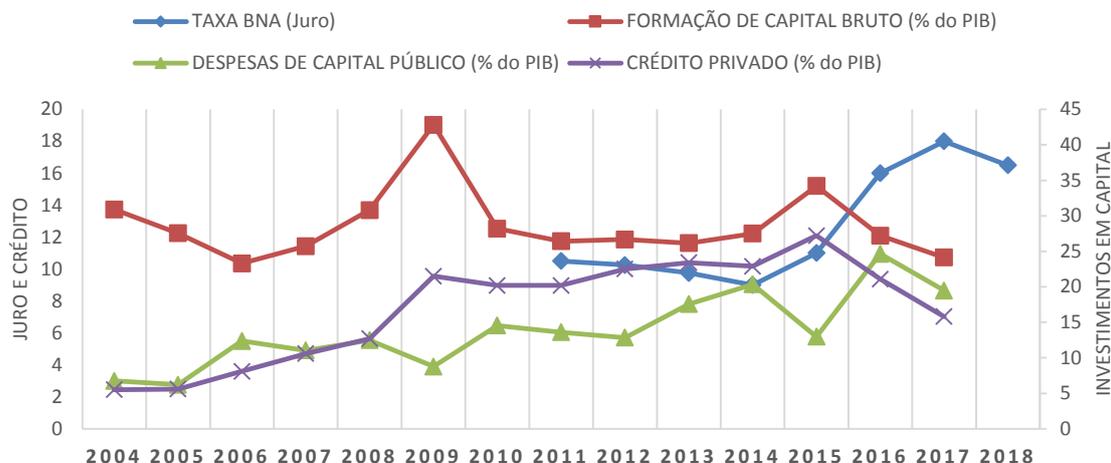
Gráfico 6 – Evolução da taxa BNA, da inflação e do crescimento



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BNA (2019) e do BM (2019).

⁸⁴ Em 2010 foi criada o Comitê de Política Monetária e, em 2011 esse Comitê começou a operar com uma nova taxa de juro de referência, a taxa base do BNA (ou simplesmente a taxa BNA). Inicialmente o Comitê de Política Monetária propôs uma taxa fixa de 10,50%. Mas ao longo da série, o conjunto de decisões tomadas pelo Banco Central fez a taxa variar enormemente em alguns períodos da economia do país, principalmente nos períodos de crise.

Gráfico 7 – Taxa BNA, crédito e investimentos em capital



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BNA (2019); MINFIN (2019) e BM (2019).

*O cálculo sobre as despesas em capital público em percentagem do PIB é do autor.

**Formação de capital bruto (% do PIB): a formação de capital bruto (anteriormente denominado investimento interno bruto) compõe-se de despesas relacionadas a acréscimos aos ativos fixos da economia, além de mudanças líquidas no nível de inventários. Os ativos fixos incluem melhorias na terra (cercas, valas, drenos, etc.); instalações, maquinaria e compras de equipamentos; e construção de rodovias, ferrovias, etc., incluindo escolas, escritórios, hospitais, residências particulares e edifícios comerciais e industriais, segundo o Banco mundial (2019)

Observe-se, no gráfico 6, que ela cai ligeiramente até 2014, enquanto o PIB cresce. Mas em 2014, com a crise, ela sobe, mostrando, de novo o caráter pró cíclico da política monetária.

Com a retomada da economia, em 2012, o Banco Central decidiu baixar pela primeira vez a taxa de juros de 10,50% em 10,25% nesse mesmo ano. Nos dois anos seguintes, a taxa de crescimento foi caindo e o Banco Central decidiu baixar mais uma vez a taxa de juros em 9,75% em 2013 e 9% em 2014. Isso indica que as autoridades monetárias estavam preocupadas com o aumento do produto, mas também porque a inflação estava baixando. Porém, a partir de 2015, com a queda do preço do petróleo (gráfico 4) a taxa BNA foi aumentando desestimulando o aumento do crédito e a formação de capital bruto, justamente quando a economia parava de crescer.

Mas, a partir de 2014, o Banco Central apesar do produto está caindo, decidiu aumentar a taxa de juros, de forma a controlar a inflação, o que só se justifica numa concepção ortodoxa em que a política monetária só serve para combater a inflação. A taxa de juros sobe em máximo histórico em 2017 (18%), uma taxa muito elevada.

Por outro lado, observamos também que a inflação atingiu a meta de um dígito entre 2012 a 2014. Esse comportamento levou as autoridades monetárias a uma política monetária mais frouxa, conforme indicações do gráfico 7 acima, baixando a taxa BNA. Nesse período, o crédito cresce com taxa de juros mais baixas e há crescimento da formação bruta de capital fixo até 2015.

A ortodoxia acha que os efeitos sobre a produção da política monetária não são duradouros e, por isso, prioriza o controle da inflação, discordando dos supostos do capítulo 2 e 3, que netam a TQM que sustenta a posição ortodoxa. A heterodoxia, ao contrário, vê efeitos duradouros sobre o PIB e o emprego da política monetária.

A tabela 4 mostra que outras moedas circulam no país. Mollo e Saad Filho (2001) entendem que é nas inflações altas que a moeda nacional perde o seu reconhecimento. Para Marx, isso significa que o equivalente geral está deixando de ser reconhecido como equivalente geral (MOLLO e SAAD, 2001). Diante disso, outro indicador de que a inflação estava sendo controlada é a redução da participação de moedas estrangeiras nos bancos, mostrando maior confiança na moeda nacional. Então esse pode ser um indicador do melhor desempenho da dinâmica monetária.⁸⁵

Tabela 4 – Redução da moeda estrangeira em relação a nacional

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Reserva bancária*	73.5	60.0	133.0	231.6	488.1	572.9	701.8	671.3	750.0	759.7	1.111.7	1.008.9	1.092.5	1.207.7
Depósitos obrigatórios	73.5	60.0	133.0	231.6	488.1	572.9	593.9	648.3	699.4	661.8	1.111.7	1.008.9	1.092.5	1.207.7
Moeda nacional	73.5	60.0	133.0	231.6	378.1	389.7	323.6	368.7	398.5	384.8	979.9	835.9	925.6	799.2
Moeda estrangeira	0	0	0	0	110.0	183.2	270.3	279.5	300.9	277.0	131.7	173.0	166.8	408.4
Depósitos livres	0	0	0	0	0	0	107.8	22.9	50.6	97.8	0	0	0	0
Moeda nacional	0	0	0	0	0	0	107.8	22.9	41.6	67.7	0	0	0	0
Moeda estrangeira	0	0	0	0	0	0	0	0	8.933	30.1	0	0	0	0
Crédito privado**	5,6	8,1	10,6	12,7	21,5	20,2	20,2	22,5	23,4	22,9	27,2	21,1	15,8	0
Formação capital bruto**	27,55	23,30	25,73	30,80	42,82	28,19	26,42	26,66	26,14	27,50	12,97	24,64	19,48	0

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados BNA (2019) e BM (2019).

*Saldo em fim do mês (em milhões de kwanzas).

**Crédito privado e formação de capital bruto são em percentagem do PIB.

⁸⁵ Os planos de Governos dos períodos de 2012 em diante têm como objetivo a redução da moeda estrangeira na economia angolana. Aliás, o documento de Governo do MPLA-PT do período 2008-2012, diz que a quantidade de circulação de moedas estrangeiras é menor do que era no passado, significando que a dinâmica monetária nessa altura estava ficando mais saudável. Isso porque quando se têm outras moedas em circulação o sistema monetário estaria rejeitando a moeda nacional. Portanto, isso pode ser lido como uma preocupação do Estado angolano com o reconhecimento da moeda nacional.

Em suma, se a quantidade de moeda internacional em circulação está baixando, então a moeda nacional está sendo valorizada, significando que a dinâmica monetária tende a melhorar. Isso é o objetivo da política do Governo nos períodos indicados, em diminuir a presença das moedas estrangeiras no sistema econômico. E os dados mostram que em alguns períodos da série, ela estava sendo bem sucedida.

4.2.2 Política Fiscal

A heterodoxia monetária compreende que quando a economia carece de um estímulo é necessária a intervenção do Estado. O Estado precisa entrar com política fiscal, e até se for necessário, investir no lugar da iniciativa privada e, assim, melhorar o ambiente econômico, a renda e o emprego de maneira duradora. Isso principalmente quando a política monetária tem dificuldades de afetar e estimular as variáveis reais, mas, numa economia pobre e com pouca capacidade de investimento, como é o caso de Angola, é necessário esse papel do Estado ao longo de todo processo de desenvolvimento, e particular num governo intervencionista. É dessa forma que o Governo pode melhorar as expectativas dos empresários, a eficiência marginal do capital vai aumentar e o investimento se realizar. Desse modo, compreendemos esta ação como papel imprescindível do Estado.

Assim, segundo Chick (2000) a política fiscal visa proporcionar, direta ou indiretamente, um estímulo à produção por meio da demanda. Para isso, é preciso que ela se apoie de instrumentos que estimulem o aumento do produto, o que levaria ao aumento da renda e do emprego de maneira multiplicada e duradoura. É isso que vamos analisar na política fiscal do Governo Angola a partir de 2004 a 2018, se ela teve esse caráter heterodoxo ou não, já que temos aqui um Governo com posições de esquerda.

Segundo o Plano de Desenvolvimento 2003-2004, como Angola alcançou em 2002 a paz, impõe-se ao Governo, para além da realização de tarefas de consolidação do processo de paz, as de promoção da reconciliação social no território nacional, de reinserção social dos desmobilizados e suas famílias e dos deslocados de guerra, de asseguramento da administração do Estado em todo território, do incentivo de restabelecimento da normalidade constitucional, da reabilitação das infraestruturas para a provisão dos serviços de educação e saúde, a reabilitação das infraestruturas econômicas e asseguramento do ambiente macroeconômico estável para o relançamento da economia, fomentando-a e

incentivando a atividade econômica (PD 2003-2004–GOVERNO DE ANGOLA, 2003) ⁸⁶, garantindo assim um dos principais objetivos que é o aumento do emprego. É isso que precisamos confirmar.

O presente programa constitui um plano de transição visando o Programa de Desenvolvimento de Médio Prazo, que deverá ser implementado a partir do ano 2006, e tem em conta a Estratégia de Redução da Pobreza para 2003-2005 bem como as ações que o Governo tem vindo a implementar com vista o combate à fome e à pobreza em que a população está submetida. Por outro lado, todo o presente programa está também enquadrado nos objetivos estratégicos de desenvolvimento de longo prazo do país cujos eixos principais são: (i) assegurar a estabilização, as reformas, o desenvolvimento e a coesão social e a democracia, (ii) promover a expansão do emprego e o desenvolvimento humano, científico e tecnológico, (iii) recuperar e desenvolver as infraestruturas de apoio ao desenvolvimento, (iv) promover o desenvolvimento dos sectores económicos e financeiro e a competitividade, (v) apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo e do sector privado, e (vi) promover a coesão nacional e o desenvolvimento do território (PD 2003-2004 –GOVERNO DE ANGOLA, 2003).

Já em 2004, o Governo angolano precisou elaborar um plano chamado “Agenda Nacional de Consenso”, que foi implementado em 2006. No domínio econômico e interno, o plano optou por um “desenvolvimento sustentável”. Entendia como objetivo uma economia mais diversificada, estável e com os principais centros de decisão na alça dos angolanos, tendo como condição final a criação de empregos condignos a fim de reduzir a pobreza extrema.

Havia uma necessidade, além da consolidação da paz com a reconstrução de infraestruturas, de incentivar a prática da agricultura, com vistas a erradicar a fome e permitir o retorno da população deslocada com a guerra, e a recuperação das vias de acesso. Enfim, o foco do Governo do MPLA foi a melhoria da situação econômica e social do povo

⁸⁶ Em todos os programas, segundo o documento do Governo “Angola 2025, encontraremos os objetivos citados acima. Por outro lado, a Agenda Nacional de Consenso é outro documento orientador sobre os objetivos do Estado angolano até hoje. Portanto, é preciso compreender que ao longo do tempo alguns destes objetivos foram sofrendo reajustes, tendo em consideração a realidade de cada momento. Desse modo, importa para o trabalho, principalmente os objetivos e metas ligados a políticas econômicas do Estado angolano que têm a finalidade de garantir o nível de emprego. E essas estão intrinsecamente ligadas aos gastos do Governo. Sendo assim, tendo em conta o que precede, o Governo propõe-se perseguir, nos anos de 2003 e 2004, os seguintes objetivos: 1. Consolidar o processo de paz e promover a reconciliação nacional; 2. Combater a fome e a pobreza e promover a estabilidade social; 3. Alcance da estabilidade macroeconómica; 4. Melhoria dos serviços sociais, de saúde, de educação e de assistência social; 5. Melhoria das infraestruturas económicas e promoção do crescimento económico, sobretudo do sector não-petrolífero; 6. Valorização dos recursos humanos nacionais; 7. Capacitar as instituições do estado e assegurar a administração do estado e da justiça em todo o território nacional; e 8. Criar as condições para a realização de eleições gerais (PLANO DE DESENVOLVIMENTO 2003-2004 – GOVERNO DE ANGOLA, 2003).

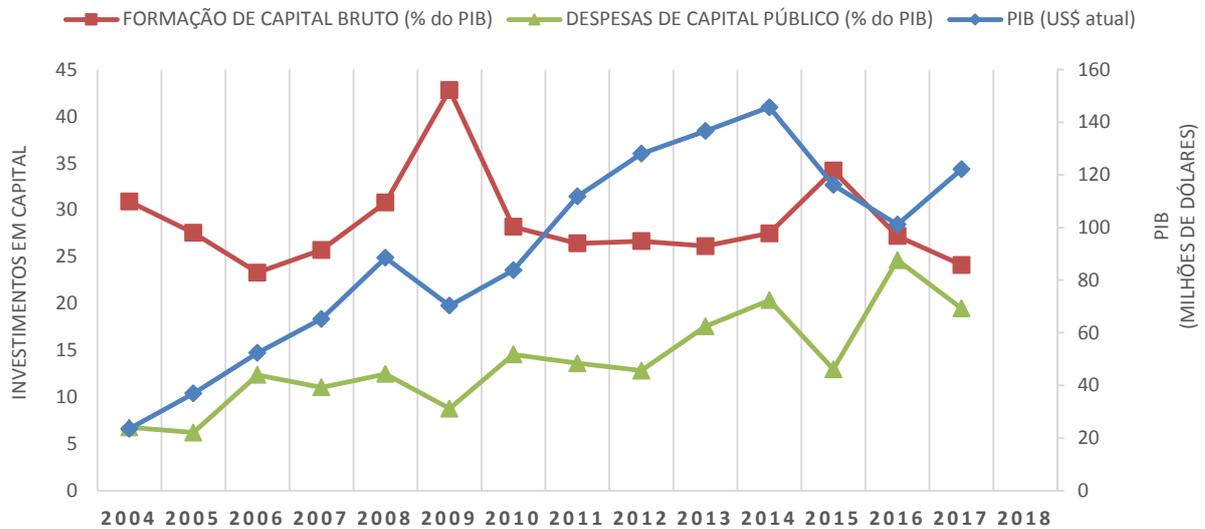
angolano (MPLA, 2007;2019; ANGOP, 2005; 2007).⁸⁷ Ainda em 2004 foi criado o plano PGG (Programa Geral do Governo) para o biênio 2005-2006. Já em 2007 foi criado o plano “Angola 2025” (ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA-2025). Após as primeiras eleições gerais, que tiveram início em 2008, após a guerra civil em 2002, os programas de Governo do MPLA foram orientadores dos objetivos e metas da Agenda Nacional de Consenso que é vista até hoje. Porém, delas foram surgindo, ao longo do tempo, vários planos que suportam praticamente os mesmos objetivos, com realce para a construção e reformas das infraestruturas econômicas, financiados principalmente pela China e o ajuste da macroeconomia tendo como meta, para além de outros, o aumento da renda e do nível de emprego.

Assim sendo, vamos ilustrar através de gráficos os instrumentos de política fiscal, no sentido de avaliarmos o seu desempenho ao longo do tempo, se ela foi mais ortodoxa ou heterodoxa e se levou a bons resultados. Se com o uso do instrumento selecionado (gastos governamentais, em particular em capital) se conseguiu alcançar os objetivos ou metas preconizadas nos documentos citados acima.⁸⁸

⁸⁷ A Agenda Nacional de Consenso foi o principal documento desse período que continha os objetivos e as estratégias de desenvolvimento do país nas diversas áreas. Este foi apresentada em 2004, após a guerra civil, e visava estabelecer a estratégia de desenvolvimento de Angola até 2015. Foi um documento de consenso porque foi debatido com diversos atores da sociedade angolana. Os objetivos econômicos e sociais estavam centrados em promover o desenvolvimento sustentado, assegurando a inclusão econômica e social, a estabilidade macroeconômica, a diversificação da economia, reduzindo as desigualdades. Também era seu objetivo estimular a transformação da economia, o desenvolvimento do sistema de mercado e a competitividade. Promover o desenvolvimento humano e a qualidade de vida dos angolanos, reduzindo a pobreza também estavam nas prioridades do Governo. Enfim, outro objetivo, e que parece importante, era incentivar a criação de emprego remunerado e produtivo, elevando a qualificação e a produtividade (MPLA, 2007). Se observarmos todos os planos do Governo, elas estão baseadas na Agenda Nacional de Consenso, pois, dele surgem documentos importantes como o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o “Angola 2025” (Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025).

⁸⁸ Observe que os instrumentos de política fiscal que estimulam a economia são: gastos governamentais e tributação.

Gráfico 8 – Evolução dos investimentos em capital público



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do MINFIN (2019) e BM (2019).

Observando o gráfico 8 acima, de 2004 a 2008 os gastos de capital do Governo foram crescendo constantemente. Isso mostra que o Estado angolano tinha uma percepção heterodoxa de importância papel do Estado. Nessa altura o ambiente econômico era bastante favorável, primeiro, porque o país acabava de alcançar a paz e, segundo, porque o preço do petróleo estava em alta, o que contribuiu para o crescimento do PIB e das receitas governamentais. Porém, de 2008 para 2009 eles foram caindo devido à crise. Ora, justamente nestes anos, que os gastos do Governo deveriam aumentar para compensar a queda do investimento privado e do crescimento do PIB, eles caíram, o que é um comportamento pró cíclico de política ortodoxa.

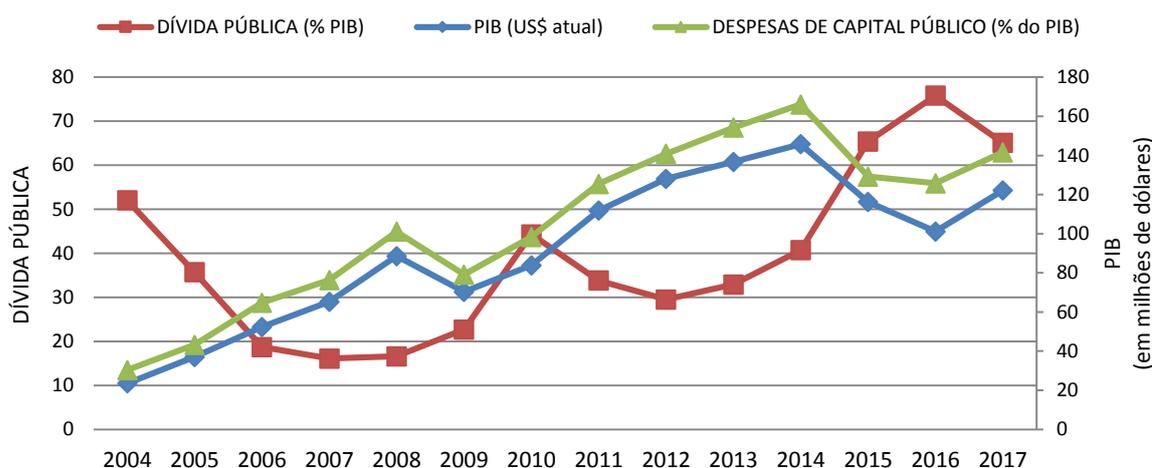
Segundo a heterodoxia monetária é em momentos de crise que o Estado é chamado a agir mais ativamente para relançar a economia. Assim, vimos nesse particular que o Estado angolano usou uma política econômica mais associado à austeridade com vistas apenas a controlar a inflação e evitar déficits e, portanto, ortodoxo.⁸⁹ Porém, ao longo do período a formação bruta de capital fixo foi sendo crescente, o que é esperado para um país que vinha de um momento de fundo de poço, com a guerra civil. Enfim, as eleições realizaram-se em 2008. O MPLA no seu programa de Governo precisava cumprir com as suas promessas,

⁸⁹ É preciso lembrar que nessa altura o Plano Stand-By ou de consulta técnica do FMI foi acionado em 2009, e outros empréstimos concedidos pelo FMI a partir daí, embora a China concedesse também empréstimos ao longo de todo período. As condicionalidades ortodoxas do FMI podem ter pesado na ortodoxia das políticas, apesar da participação chinesa.

sendo das mais importantes o aumento do emprego. Mas o gráfico mostra que no ano subsequente os gastos caíram devido à queda nas receitas do petróleo, ao invés de crescerem para sustentar o crescimento, mesmo com algum endividamento. De novo uma política pró cíclica ortodoxa.

Em 2010, com a retomada do preço do petróleo (gráfico 4) e aumento das receitas, os investimentos com o capital público voltaram a crescer. O Governo continuou a investir até 2014, quando os gastos, de novo, caíram. Mais uma vez a queda do preço do petróleo alcançou níveis muito baixos, de menos de US\$ 45. Essa queda do preço do petróleo foi responsável pelo declínio dos gastos do Governo, mas a manutenção deles mesmo com aumento do endividamento público teria sido interessante do ponto de vista heterodoxo para aumentar o produto e o emprego. Observe-se o gráfico 9 abaixo a esse respeito.

Gráfico 9 – Endividamento público e PIB



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do MINFIN (2019); BM (2019) e *Trading Economics* (2019) baseado nos dados do *African Development Bank* (2019).

O Governo de Angola implementou políticas restritivas como a diminuição das despesas nas crises de 2008-2009 e 2014-2016. Segundo o CEIC (2010), a crise que começou em 2008 derivada da queda do preço do petróleo de US\$ 130,5 por barril em Julho para US\$ 35,6 em Dezembro, uma queda de 72,7% em 5 meses. Isso levou o Governo de Angola a definir um programa de combate a estes efeitos, passando pela redução das despesas públicas, incluindo os investimentos do Estado. A dívida também aumentou.

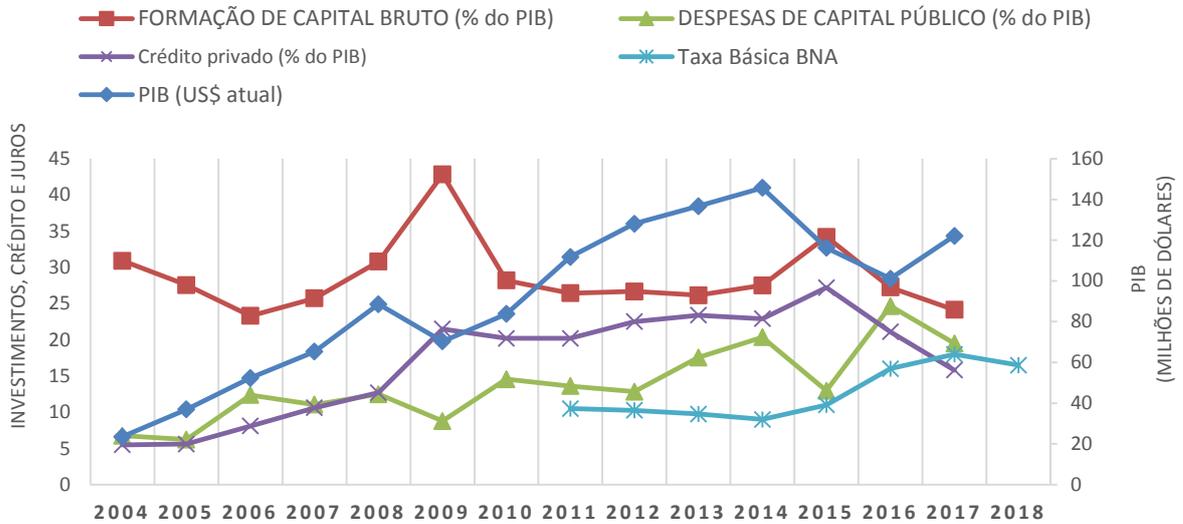
Mas, ainda assim, “os investimentos públicos têm sido um dos motores do crescimento econômico do país, diretamente pelo aumento do stock de capital físico e indirectamente pelos efeitos a montante e a jusante que de se encadeiam” (CEIC, 2010:11) em termos de emprego e renda. Ora, esses efeitos teriam sido ainda melhores se os investimentos públicos não tivessem sido reduzidos.

Com as eleições em finais de 2017, embora o país se encontrasse numa outra crise enorme que é sentida até hoje, os investimentos em capital foram acontecendo em um grau menor, mostrando uma política restritiva do Estado angolano. Nos momentos de crise, justamente quando o produto cai, é quando seria necessário estimular adicionalmente o crescimento, a despesa com capital público cai.

Podemos perceber que apesar do Estado angolano aumentar gastos para estimular a economia, o papel da política fiscal tem sido também pró cíclico, a julgar pela retração de despesas públicas nos momentos de crise. Ou seja, em 2009 e 2014 eles caem. Como isso ocorre nas crises quando a dívida pública como percentagem do PIB cresce, isso parece indicar uma percepção ortodoxa de ajustes fiscais mais importantes do que estímulo ao investimento, crescimento e emprego. Assim, observamos que ao longo da série 2004-2018 os gastos do Governo em investimentos em capital foram sempre crescentes, apesar de uma variação de quase 55% para baixo em 2009 se comparado com a despesa anterior (do ano de 2008) e caindo demasiado em 2016, justamente em momentos de crises. Tal comportamento pró cíclico é também um traço ortodoxo, porque significa entender que o crescimento depende de forças reais e do mercado e menos do Estado. Por outro lado, é importante observarmos os investimentos em capital privado, evoluíram e garantiram emprego ao longo da série. Observe-se o gráfico 8 adiante a esse respeito.

Observe-se que o crescimento dos investimentos do Governo foram estáveis, como proporção do PIB quando o PIB cresce. Mas apenas nas quedas do PIB, os investimentos privados como proporção dele sobem, o que indica que se mantivera nos mesmos níveis absolutos. Para isso contribui em 2015, ligeiro aumento da taxa de juros e a queda da confiança do empresário (gráfico 11).

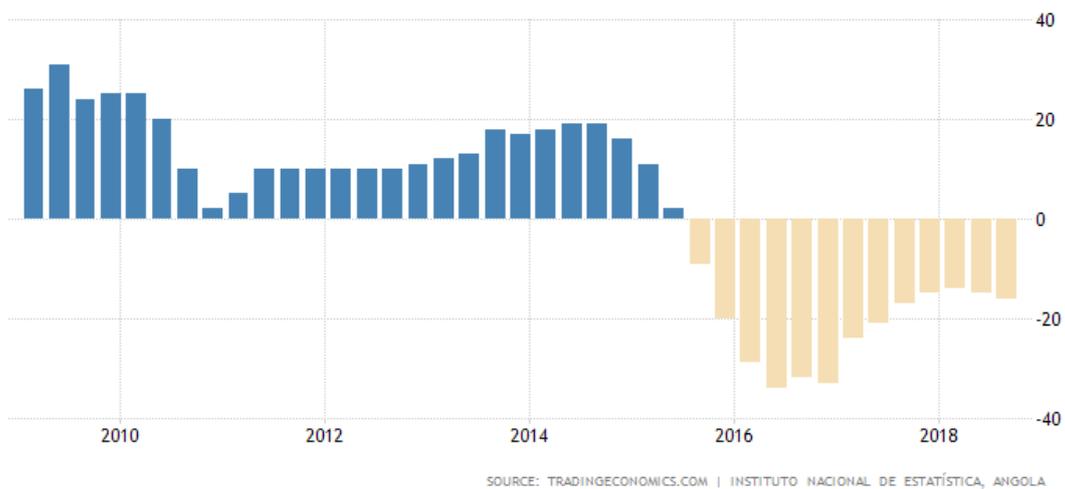
Gráfico 10 – Evolução dos investimentos em capital



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do BNA (2019); MINFIN (2019) e BM (2019).

Observe-se que o crédito privado foi aumentando ao longo do tempo, baixando após 2016 o que, com a queda da confiança (gráfico 11) explicam a queda do investimento privado. De modo geral, os investimentos em capital público aumentaram, enquanto os investimentos em capital privado crescentes até 2009 se mantiveram constantes ao longo do período 2010 a 2014.⁹⁰

Gráfico 11 - Sobre a confiança do empresário



⁹⁰ Como não encontramos dados sobre o investimento em capital privado, talvez o crédito privado e a taxa de juro BNA nos ajude a explicar as despesas privadas comparando-as ao comportamento das outras variáveis.

Fonte: *Tranding Economics* (2019) com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE).

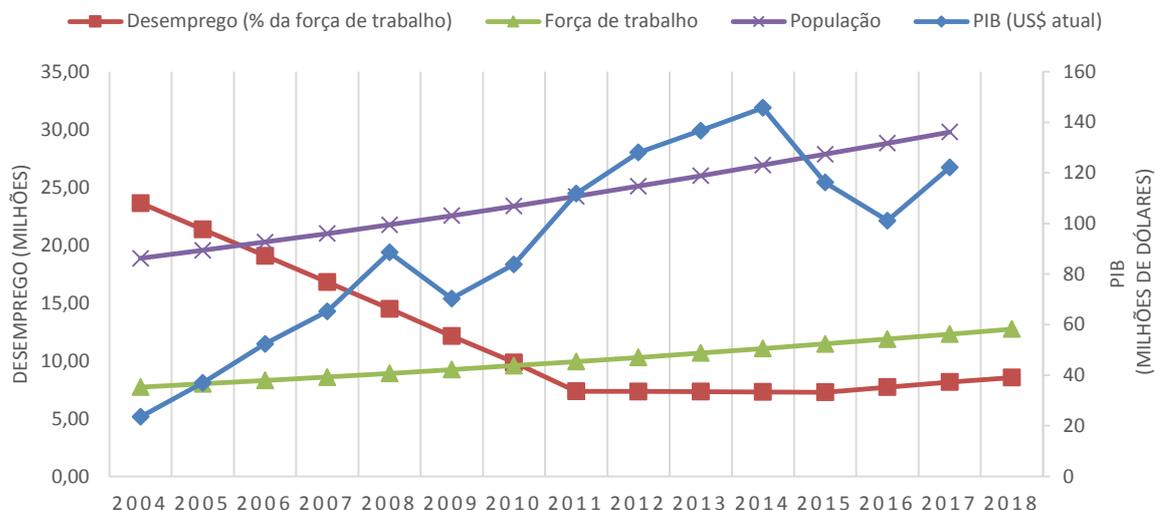
Para a heterodoxia monetária, o comportamento pró-cíclico da política economia é um problema porque, o Governo está ajustando as contas públicas em momento errado. Em momentos de crise, as despesas públicas devem aumentar e não diminuir, porque a redução pode inclusive levar ao crescimento do déficit e da dívida como proporção do PIB.

A discussão da heterodoxia monetária, discutidas nos capítulos 2 e 3 sobre o Estado, mostra que é papel do Estado investir para substituir o que a iniciativa privada deixou de fazer e, assim, estimulá-las para que façam no futuro.

Em suma, em épocas de crise o Governo angolano não pode admitir instabilidades nos investimentos em capital, num país que precisa crescer e cumprir com os objetivos e metas preconizados. Ele poderia ter elevado a demanda efetiva e então o PIB e o emprego, numa altura em que a economia não crescia, e não fez isso. Aumentou em vários momentos, mas justamente nas crises reduziu. Portanto, isso é um problema que o Estado angolano deve discutir à luz do papel que o Governo tem para a heterodoxia, como governo intervencionista e progressista de esquerda que ele é. A ortodoxia, ao contrário, não vê importância do papel do Estado na economia, achando-o nocivo. Ou seja, se observarmos o capítulo 1, a ortodoxia diz que o Estado só atrapalha o movimento do mercado, que para eles deve ser livre. E os Governos angolanos sendo de esquerda, estão se propondo a isso, ou seja, estão indo contra os principais objetivos que preconizam alcançar à luz dos principais documentos “Agenda Nacional de Consenso” e, principalmente o “Angola 2025”.

O desemprego é um problema enorme para esses governos. Por isso reverter esse problema crucial, e isso aparece em todos os documentos e planos de Governo, sendo o objetivo particularmente importante para a heterodoxia, como vimos nos capítulos anteriores, tanto a heterodoxia pós-keynesiana quanto a marxista.

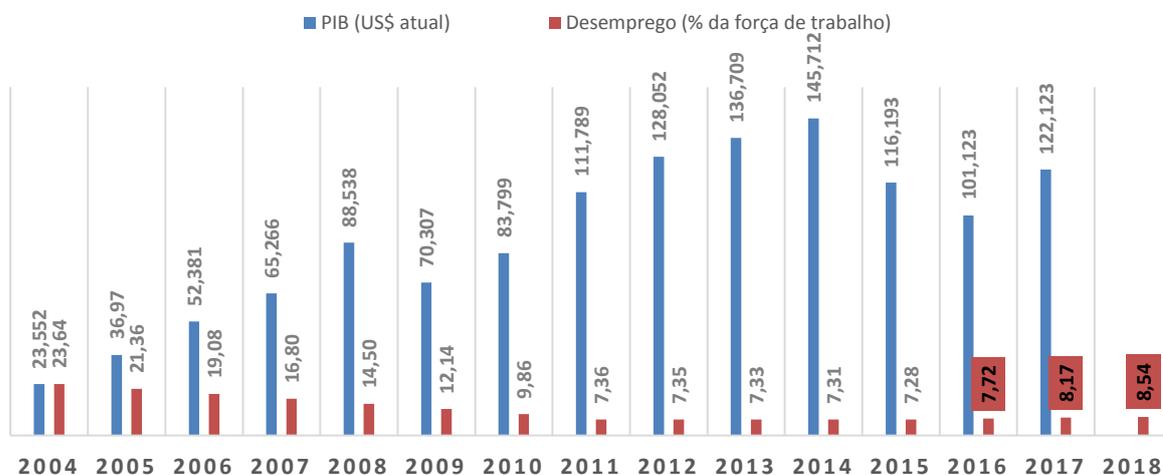
Gráfico 12 - Evolução da força de trabalho e do emprego



Fonte: Elaboração do autor através dos dados do Banco Mundial (2019).

O gráfico acima mostra que enquanto a força de trabalho crescia, o Governo respondia com mais emprego até o ano de 2015 quando o desemprego passa a crescer ligeiramente. Como dissemos, esse fator está relacionado à crise. Este problema já foi criticado acima. É nesses momentos de crise que o Governo deve estimular a demanda efetiva. Em geral, o Estado foi bem nas suas políticas de geração de empregos, mas certamente poderia ter ido melhor se tivesse reduzido os efeitos das crises sobre o crescimento do PIB.

Gráfico 13 – Evolução da taxa de desemprego e do PIB



Fonte: Elaboração do autor através dos dados do Banco Mundial (2019).

O gráfico 13 mostra o quanto o crescimento, ao cair, aumentou o desemprego nos últimos anos. Só depois de 2015 ele interrompe a tendência de queda e passa a crescer, e cresce ligeiramente a partir de 2016 que houve uma inversão na queda do desemprego. Provavelmente as políticas restritivas do FMI afetaram esse comportamento com suas condicionalidades ortodoxas, apesar do crescimento no período, dos empréstimos chineses (Tabela 5), livres de tais condicionalidades ortodoxas. Dados do período de 2015-2016, baseados no primeiro Censo Populacional de 2014, apontam que, “os sectores de actividade económica que mais geraram empregos, foram a agricultura (34%), o comércio a grosso e retalho (20%), as actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico (12%) e administração pública, defesa e segurança social obrigatória (9%). O sector da educação é o que menos emprego gerou com cerca de 2%” (INE, 2017:19).⁹¹ Observe o gráfico abaixo.

Gráfico 14: Distribuição percentual da população empregada, segundo a actividade económica principal (2015-2016)



Fonte: INE (2017).

Apesar da importância que a indústria poderia ter, na diversificação da econômica e na criação de empregos, os dados mostram que este setor emprega, somente, 3 em cada 100 pessoas (INE, 2017:19) (Tabela 6). A distribuição segundo o setor de atividade econômica principal, os serviços demandam a maior concentração de pessoas empregadas, com cerca de 57,1%. A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca segue com 34,2%, a indústria, construção, energia e água participam com 8,1% e os 0,6% para os não declarados (INE, 2017).

No geral houve de fato sucesso no controle da inflação e no crescimento econômico e na redução do desemprego. Sabemos que houve crescimento continuado, porém partiu-se

⁹¹ Relatório sobre o emprego (INE, 2017). Não encontramos dados desagregados da série completa.

de um nível muito baixo, que foi após a guerra civil, em 2002, o que facilita a obtenção de taxas de crescimento maiores.

A tabela 6 mostra que a dependência do petróleo caiu bastante de 51,4% em 2004 para 37,1% em 2014, mas ainda é muito grande. A análise das exportações de petróleo ilustra também a importância relativa dos EUA e da China na evolução da economia angolana. No início a participação desses países é semelhante e pequena, conforme é possível ver no Gráfico 15 adiante. Ao longo do tempo o peso da China aumentou e deixou sem importância a participação dos EUA.

Tabela 5 – Empréstimos da China

Ano	Valor	Fonte	Pagamento em Petróleo	Propósito
2002	\$ 145 milhões	China Eximbank, China Construction Bank	Não	Infraestrutura
2004	\$ 2 bilhões	China Eximbank	Sim	Infraestrutura
2007	\$ 2 bilhões	China Eximbank	Sim	Infraestrutura
2007	\$ 500 milhões	China Eximbank	Sim	Infraestrutura
2008	\$ 1 bilhões	China Development Bank	Não	Agricultura
2010	\$ 6 bilhões	China Eximbank	Desconhecido	Infraestrutura
2010	\$ 2.5 bilhões	China Industrial and Commercial Bank	Não	Desconhecido

Fonte: Fonte: AARSÆTHER (2011:49)⁹².

Tabela 6 – Produto interno bruto por ramos de atividade (Estrutura percentual)

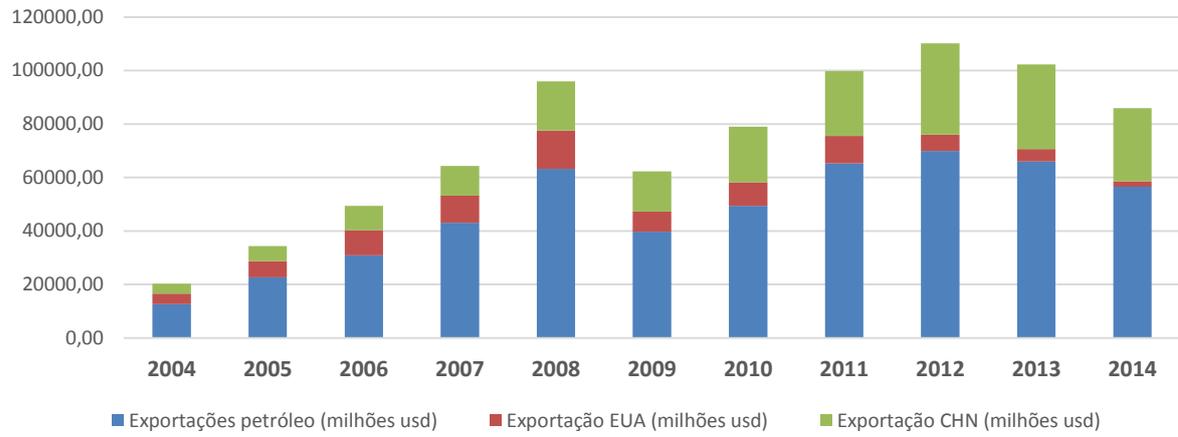
SETORES DE ATIVIDADE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*	2014*
Agricultura	8,8	8,1	7,3	7,7	6,6	10,2	9,9	9,3	7,0	9,9	11,1
Pesca (Pescas e Derivados)	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Diamantes e Outras industriais Extrativas	3,7	2,9	2,3	1,8	1,1	0,9	1,0	0,9	0,8	0,8	0,6
Petróleo	51,4	55,8	55,7	55,8	57,9	45,6	46,0	48,6	46,9	41,6	37,1
Indústria Transformadora	4,1	4,1	4,8	5,3	4,9	6,2	6,3	6,1	6,8	7,3	7,9
Construção	4,4	4,1	4,3	4,9	5,2	7,7	8,1	7,9	8,6	9,2	9,9
Energia	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Serviços Mercantis	17,2	14,8	16,8	16,9	17,9	21,2	21,0	19,9	22,1	23,3	25,1
Outros	10,0	9,9	8,3	7,2	6,1	7,8	7,4	7,0	7,4	7,4	7,8
PIB	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MINPLAN; BNA (2019).

*Dados de 2013 e 2014 são projeções.

⁹² AARSÆTHER, Aslaug. Chinese Colonialism or South-South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola. Master thesis, Department of Comparative Politics - University of Bergen, June 2011. Disponível em: <<https://bora.uib.no/bitstream/1956/4930/1/84870016.pdf>>. Acesso em 28 março de 2019.

Gráfico 15 – Principais destinos das exportações petrolíferas e receitas



Fonte: Elaboração do autor através dos dados da OPEP (2019) e BNA (2019).

Sumário e conclusões

Esta tese procurou discutir o caráter ortodoxo ou heterodoxo da política econômica de Angola nos anos 2004 - 2018. Inicialmente a tese contou com três capítulos sobre o que define o pensamento ortodoxo e heterodoxo em economia, em particular no que se refere à concepção de moeda e do papel do Estado.

No primeiro capítulo, vimos que, para a ortodoxia econômica, constituída pelos neoclássicos, novos clássicos e novos keynesianos, a moeda tem pouca importância analítica. Aceitam a sua neutralidade, porque entendem que ela não afeta o produto real (y) de forma duradoura, por esta ser uma variável que está sempre tendendo ao pleno emprego a curto ou a longo prazos. Daí que aumento de M não afeta y , e só causa inflação. Além disso, aceitam a neutralidade da moeda porque continuam negando a possibilidade de existência do entesouramento, argumentando que se pode emprestar ganhando juros e, em vista disso, seria irracional entesourar. A impossibilidade de entesourar leva à estabilidade ou previsibilidade de V e, então, à exogeneidade da moeda, ou seja, sua quantidade pode ser controlada pelas autoridades monetárias. Uma vez que não há vazamentos no fluxo circular de rendas, no circuito que explicita a concepção que a ortodoxia tem de economia, eles aceitam a Lei de Say. Uma vez que a velocidade de circulação é estável ou previsível e a moeda é exógena e neutra, aceitam também a TQM. Como a moeda é neutra, a política monetária só deve cuidar da inflação. O Estado, por sua vez, é desnecessário, já que aceitam a Lei de Say e nocivo porque torna-se, dada a aceitação da TQM, o responsável pela inflação. É nesse sentido que a ortodoxia compreende que o papel do Estado como desnecessário ou nocivo para estimular o desenvolvimento econômico. Quanto à política fiscal, também é vista como discutível em vista do *crowding-out* e dos comportamentos *rent seeking*.

No segundo capítulo, vimos que a heterodoxia monetária pós-keynesiana vê na moeda uma importância enorme. Para eles, a moeda é importante porque protege os agentes contra incertezas, o que a faz desejável por si mesma. Daí que, em incertezas altas, os agentes preferem entesourar, preferindo a liquidez porque, com isso, garantem-se com relação a um futuro incerto. Isso é um problema para a economia, porque prejudica o investimento e, com isso, a renda e o emprego de forma multiplicada. Como o investimento é uma decisão que deve ser duradoura, a heterodoxia vê essa retenção com bastante preocupação. Isso faz da moeda importante num sentido negativo, porque ela pode

prejudicar o investimento e a renda e o emprego. Então a moeda não é neutra e a política monetária tem um papel no aumento do PIB e do emprego. A oferta da moeda depende do Banco Central e da oferta que os bancos fazem de dinheiro, que depende da preferência pela liquidez dos bancos e do público. Nesse caso, como a oferta é volátil porque depende da incerteza o investimento é instável, então, a inflação não é de responsabilidade sempre do Governo e ele não é, neste sentido, necessariamente nocivo. Ao contrário, ele pode, via política monetária e fiscal estimular a economia, reduzindo a taxa de juros e fazendo com que para maior número de investidores potenciais a eficiência marginal do capital seja maior do que a taxa de juros, estimulando o investimento e reduzindo o desemprego. É por isso que a heterodoxia monetária ou econômica vê papel sempre necessário e eficiente do Estado. Além da política monetária, a política fiscal também pode estimular o investimento, por exemplo, quando o Estado investe e, com isso, aumenta renda e emprego da economia e, com isso reduz as incertezas para as tomadas de decisões de investimento pela iniciativa privada.

No terceiro capítulo, vimos que a heterodoxia monetária marxista vê o dinheiro no capitalismo como importante, porque no capitalismo todo mundo é comprador e vendedor, os trabalhos privados contidos nas mercadorias só valem do ponto de vista social quando são convertidos em dinheiro pela venda das mercadorias. E os capitalistas só conseguem realizar o lucro quando as suas mercadorias são vendidas, ou seja, se transformam em dinheiro, e os trabalhadores só conseguem viver no capitalismo se transformarem sua força de trabalho em dinheiro, pela venda. Ou seja, o dinheiro é muito importante para a existência de qualquer pessoa no capitalismo. Com isso, a moeda tem poder social o que justifica que ela possa, em algumas circunstâncias, ser desejada como tesouro. Então ela não é nem neutra e nem exógena, e o Estado pode afetar a economia e o emprego. A TQM também não vale.

Por outro lado, a ação do Estado é necessária para gerir mercadorias especiais como a força de trabalho e o dinheiro. Embora o Estado tenha o dever de gerir o dinheiro e a força de trabalho, este nem sempre se mostra eficiente para resolver completamente os problemas do trabalhador que tem a força de trabalho e do dinheiro, porque estes problemas decorrem da lógica do capitalismo, e do lucro baseado na exploração do trabalhador. O Estado precisa manter o trabalhador desempregado vivo, via previdência ou

seguridade social, porque o desemprego é algo ligado ao próprio funcionamento do capitalismo. Mas ele precisa também garantir o emprego, já que, para Marx, embora o trabalhador ao se empregar, seja explorado, ele sabe que o trabalhador, no capitalismo, ou se emprega ou não consegue viver. Isso justifica a luta por maior quantidade e qualidade do emprego enquanto durar o capitalismo e a luta para superá-la com uma sociedade melhor. É desse modo que a heterodoxia monetária marxista vê um papel do Estado necessário no capitalismo, apesar deste não se mostrar sempre eficiente devido a própria lógica do sistema capitalista em que vivemos.

O último capítulo fez então a análise da política econômica em Angola e de seus principais problemas, como a inflação e o desemprego. Procuramos mostrar se elas tiveram um caráter mais ortodoxo ou heterodoxo. Como os governos de Angola são governos de esquerda, assumidamente intervencionistas e críticos do liberalismo econômico que vigora de forma dominante no capitalismo em geral, era de se esperar que tivessem uma política econômica voltada para o crescimento e, principalmente, o aumento do emprego. Vimos que elas mostraram traços ortodoxos, em particular na concepção de política monetária. Entre os traços ortodoxos destacaram-se a intervenção do Estado na política monetária com restrições monetárias, reduzindo a base monetária e elevando as taxas de juros nas crises, isto é, nos períodos 2008-2009 e 2015-2016, apresentando políticas pró-cíclicas, justamente quando as taxas de juros deveriam cair, ou a base monetária aumentar, para sustentarem o crescimento. Ou seja, é nas crises que os governos devem fazer políticas monetárias expansivas e gastar mais para garantir o produto e o emprego se a abordagem é heterodoxa, como deveria ser em regimes de esquerda. Porém, esse não foi o caso do Governo de Angola, em particular nas crises. Apesar de anunciarem o objetivo de reduzir a inflação e aumentar o crescimento, o que poderia ser um traço heterodoxo, este crescimento deveria ser fruto não de uma política monetária expansionista, mas da redução da inflação. Foram adotadas políticas contracionistas, como é a visão dominante ortodoxa, abdicando da sua tarefa de garantidor do funcionamento da economia, do investimento e do emprego, principalemte em em momentos de crise. A concepção ortodoxa do papel do Estado aparece bem nas frases do BNA, quando consideram que o estímulo ao crescimento virá não de uma política monetária expansionista, mas da queda da inflação – vista como objetivo prioritário da política monetária – que, uma vez reduzida, estimulará o investimento e o crescimento.

Quanto à política fiscal, os gastos públicos em particular com capital público cresceram se olharmos o conjunto do período. Mas justamente nas crises também esses gastos caem, em vista dos problemas de receita e do temor de aumento do endividamento.

Fica a questão de se perguntar qual a razão dessa ortodoxia. Isso pode estar relacionado a vários fatores: a ortodoxia da política econômica angolana relaciona-se, em primeiro lugar, como vimos, com a formação ortodoxa de grande parte de seus dirigentes em país conservadores, o que pode ter levado à dominação do receituário de política econômica ortodoxa do Estado angolano com políticas pró-cíclicas, particularmente nas crises.

Por outro lado, conforme chamou-se atenção na introdução, com a dependência de financiamentos dos organismos internacionais, FMI, Clube de Paris, etc., levaram o Governo angolano a comportamentos de políticas econômicas ortodoxas. Os financiamentos se interroperam com o fim da guerra civil e só voltaram a partir de 2009 por meio do acordo Stand-By e, em particular, depois de 2011. Além disso, as exportações de petróleo muito importantes para a economia angolana tiveram participação crescente dos EUA entre 2004 a 2008. Esses fatores podem ter levado a condicionalidades ortodoxas, bem conhecidas.

Todos esses fatores corroboraram para uma política econômica ortodoxa, apesar do peso da China, na economia angolana crescer desde o início do período com os financiamentos e com a participação crescente nas exportações angolanas de petróleo, que não oferecem condicionalidades de políticas econômicas ortodoxas.

Na verdade, o que explica a adoção de medidas ortodoxas é a dominação deste pensamento na academia, no mundo todo. Isso, porém, prejudica muito a consecução dos objetivos de governos de esquerda, preocupados que são com desemprego, desigualdade e dificuldades para um crescimento sustentável e inclusivo. Essa tese procurou chamar atenção para a necessidade da análise e dos estudos de política econômica heterodoxas, mesmo no capitalismo, para torná-lo mais próximo dos objetivos dos governos de esquerda, que é o caso do Governo de Angola. Tanto as políticas pós-keynesianas quanto as marxistas poderiam ter ajudado na solução de problemas como desemprego, que eram preocupações tanto de Marx quanto de Keynes, e poderiam também melhorada inserção do trabalhador na relação capital-trabalho por meio de aumento do emprego e dos salários, uma preocupação marxista.

Referências Bibliográficas

AMADEO, E. J., DUTT, A. K. Os Keynesianos, Neo-Ricardianos e os Pós-Keynesianos. LIMA, G; SICSÙ, J. (org.) Macroeconomia do Emprego e da Renda: **Keynes e o keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003.

AMADO, A. M. "O Real e o Monetário em Economia: Traços Ortodoxos e Heterodoxos do Pensamento Econômico". SILVA, M. (org.) Moeda e Produção: **Teorias Comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, V.21, n,1, p. 44-81, 2000. Disponível em:<<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/1960>>. Último acesso: jun/2018.

AMADO, Adriana Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Noções de Macroeconomia: **Razões teóricas para as divergências entre os economistas**. São Paulo: Manole, 2003.

_____. Ortodoxia e Heterodoxia na Discussão sobre Integração Regional: A origem do pensamento da Cepal e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.34, N.1, p. 129-156, janeiro-março, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ee/v34n1/v34n1a05.pdf>>. Acesso: jun/2018.

AFTALION F.; PONCET P. **O Monetarismo**. Lisboa: Editorial Notícias, 1981.

AMBRÓSIO, Heitor S. A. Desenvolvimento econômico, integração e desigualdades regionais: **Angola no contexto da África, SADC e intra-país**. Moldova: NEA-Edições, 2017.

BASTOS, Vânia L. Para Entender a Economia Capitalista: **Noções Introdutórias**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

BAUMOL; Oates. **Theory Of Environmental_Policy**. Second edition, Reino Unido: Cambridge University Press, 1988.

BLANCHARD, Olivier Jean (2008). **Crowding – out**. The New Palgrave Dictionary Of Economics, 2nd Edition. Abstract.

_____. Why does Money Affect Output? B. M. Friedman, F. H. Hanh (Ed.), **Handbook of Monetary Economics**, VOL. II, PP. 779-835, Amsterdam: Elsevier Science Publishers B. V., 1990.

BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect**. Cambridge: CUP, 1997.

BUCHANAN, James M.; STUBBLEBINE, William Craig. **Externality**. **Economica**, 29

(116): 371-384, 1962. Disponível em:<Doi:10.2307/2551386>. Último acesso: jun/2018.

BROOMAN, F. S. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BRUNHOFF, Suzanne-Simone de. "A Moeda na Obra de Marx: Concepção e Método".

SILVA, M. (org.) Moeda e Produção: **Teorias Comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BRUNHOFF, de Suzanne. A Política Monetária: **um ensaio de interpretação marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Estado e Capital: **uma análise da política econômica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

BRUNHOFF, S. & FOLEY, D. Karl Marx's Theory of Money and Credit, Arestis, P. & Sawyer, M. (Eds.). **A Handbook of Alternative Monetary Economics, Cheltenham – UK /Northampton – USA**: Edward Elgar, 2006.

CARVALHO, F. Cardim de. Keynes e o Longo Período. LIMA, G; SICSÙ, J. (org.) Macroeconomia do Emprego e da Renda: **Keynes e o Keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003.

_____. Uma Contribuição ao Debate em torno da Eficácia da Política Monetária e Algumas Implicações para o Caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 4 (100), pp. 323-336, out-dez, 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572005000400001>.

Acesso: jun/2018.

CARLSON, Keith M; SPENCER, Roger W. Crowding Out and Its Critics. **Federal Reserve Bank of ST. LOUIS**, pp. 2-17, December, 1975. Disponível em:<https://www.utm.edu/staff/davidt/finance/ISLM/Crowding_Dec1975.pdf>. Acesso: mai/2018.

Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC). Energia de Angola. **Relatório 2010**. Editora: UCAN, 2010.

CLARK, Simon. **The State Debate**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1991.

CHICK, Victoria. Macroeconomia após Keynes: **Um reexame da Teoria Geral**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

_____. Money and demand. In: Smithin, J. (Org). **What is Money?** Abingdon,

UK: Routledge, 2000.

_____. Sobre Moeda, Método e Keynes: **Ensaio Escolhido**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

DAVIDSON, Paul. **Money and the Real World**. London: Macmillan, 1978.

_____. **Controversies in Post Keynesian Economics**. Ed.: Edward Elgar, 1991.

_____. “Resgatando a Revolução Keynesiana”. LIMA, G; SICSÙ, J. (org.) Macroeconomia do Emprego e da Renda: **Keynes e o keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003.

_____. Brian Snowdon & Howard R. Vane (org.) Modern Macroeconomics. **Its Origins, Development and Current State**. Edward Elgar Cheltenham, UK: Northampton, MA, USA, 2005.

_____. The Neoclassical vs. Post Keynesian View of Government, P. Davidson, **Controversies in Post Keynesian Economics**. Aldershot, UK – Brookfield, US: Edward Elgar, 1991.

DILOLWA, C. R. **Contribuição à História Econômica de Angola**, 2ª ed., Luanda: Editorial Nzila, 2000.

DUTT, Amitava K. **Macroeconomic Theory After the Crisis. Review of Radical Political Economics**, 2011. Disponível em: <
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0486613411407713>>. Último acesso: jul/2018.

FERNANDES, Sofia da Graça. C. Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas, 2015. **Tese** (Doutorado em Estudos Africanos) – Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2015. Disponível em: < [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11192/1/Tese Final Abril 2015.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11192/1/Tese%20Final%20Abril%202015.pdf). Último acesso: março/2019.

FERREIRA, E. S. A Lógica da Consolidação da Economia de Mercado em Angola 1930-74. **Revista Análise Social**, vol. 21 (85), 1985. pp. 83-110.

FRIEDMAN, Milton. **Studies in the Quantity Theory of Money**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.

GALBRAITH, J.K. Moeda: **de onde veio, para onde foi**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

GONÇALVES, Jonuel. A economia de Angola: da independência à crise mundial de

2008. **Revista Tempo do Mundo**, vol. 2, n. 3, dez, 2010. pp. 75-92. Disponível em:<
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6202>>. Último acesso: março/2019.

GOULARTI FILHO, Alcides & CHIMBULO, A, Euclides da Silva. Política econômica de Angola de 1975 a 2012: A trajetória da mudança de modelos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, vol. 16, n. 29, dez, 2014. pp. 92-105. Disponível em:<
<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/3037>>. Acesso: fev/2019.

HUME, David. **Escritos Sobre Economia**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

KEYNES, J.M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KRUEGER, Anne O. *The Political Economy of the Rent- Seeking Society*. **American Economic Review**. Vol. 64, n. 3, Junho, 1974. pp. 291-303.

LAFFONT, J.J. (2008). **Externalities**. The New Palgrave Dictionary Of Economics, 2nd Ed. Abstract.

LATIF, Z. A.; LISBOA, M. B. *Democracy and Growth in Brazil (Revised Version)*. **Inspere Working Paper**, 2013.

LOPES, C. M. & ANDRADE, P. J. “Moeda, Crédito e Ciclos em Marshall”. SILVA, M. (org.) Moeda e Produção: **Teorias Comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

LOPES, L; VASCONCELLOS, Marco. Manual de Macroeconomia: **Básico e Intermediário**. 2^a ed., Editora: Atlas, São Paulo, 2006.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomics**. 6^o ed., Editora: Worth Publeshess, NY, 2007.

_____. **Princípios de Macroeconomia**. 3^o ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O Capital. **O Processo de Produção do Capital**. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Global Editora, 1980.

_____. MARX, Karl. **O Capital**. Livro 3, V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MINSKY, Hyman P. Stabilizing an Unstable Economy. Hyamn Minsky Archive. **Paper 144**, 1986. Disponível em:<http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/144>. Último acesso: jul/2018.

MOLLO, M. L. R. “Importância Analítica da Moeda em Marx e Keynes”. **Revista Análise Econômica**, ano 16, n. 29, março, 1998. pp. 5-20. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10555>>. Acesso: jun, 2018.

_____. “Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: A Questão da Neutralidade da Moeda”. **Revista de Economia Política**, vol. 24, n.3 (95), julho-setembro, 2004. pp. 323-343. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/95-1.pdf>>. Acesso: jun, 2018.

_____. A Questão da Austeridade na Política Econômica. **Revista Carta Maior**, 2015. Disponível em:<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-questao-da-austeridade-na-politica-economica/7/33476>>. Acesso: jun, 2018.

_____. “Moeda, Taxa de Juros e Preferência pela Liquidez em Marx e Keynes”. LIMA, G; SICSÚ, J. (org.) Macroeconomia do Emprego e da Renda: **Keynes e o keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003.

_____. “Ricardo e Marx sobre o Valor e a Moeda”. SILVA, M. (org.) Moeda e Produção: **Teorias Comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. As Controvérsias Monetárias do Século XIX. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre. (15)1:80-97,1994

_____. The endogeneity of money: Post-Keynesian and Marxian concepts compared, **Research in Political Economy**, Vol 17, 1999.

_____. A Concepção Marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. **Revista Economia**, vol. 2, n. 2, jul-dez, 2001.

_____. A Questão da Independência do Banco Central: reflexões teóricas para a formulação da política Econômica. **R. Econ. Contemp**. Rio de Janeiro, 7(2): 333-358, jul-dez, 2003.

_____. Crédito, Capital Fictício, Fragilidade Financeira e Crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual, **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez. 2011.

_____. A Teoria Marxista do Valor-Trabalho: divergências e convergências. **Crítica Marxista**, n.37, p.47-66, 2013.

MOLLO, M. L. R. & SAAD FILHO, A. Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 21, n. 2 (82), abril-junho, 2001. Pp. 24-49. Disponível em:<<file:///C:/Users/Heitor/Downloads/REP-MolloeSaadFo.ReconhecimentoSocialdaMoeda.pdf>>.

Último acesso: ago/2018.

PEREIRA, Temperani. **Lições de Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PERES, J. L. Caracterização do Sistema Financeiro Angolano. **Revista InforBanca**, n. 80, abril-junho, 2009. pp. 4-6. Disponível em:<http://www.ifb.pt/wp-content/uploads/2018/05/IFB-InforBanca_080.pdf>. Acesso: dez/2018.

POULANTZAS, N. **Pouvoir Politique et Classes Sociales**, I, Paris, Maspero, 1971.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

ALVES DA ROCHA, M. J. Alguns Temas Estruturantes da Economia Angolana: **as crónicas no jornal expansão 2009-2011**. Luanda: Kilombelombe, 2011.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma Introdução á Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultura, 1985.

SICSÚ, João. Emprego, Juros e Câmbio: **Finanças Globais e Desemprego**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Maria L. F. **Introdução**. SILVA, M. (org.) Moeda e Produção: **Teorias Comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

SARGENT, J. Thomas, WALLACE, Neil. *Some Unpleasant Monetarist Arithmetic*. Federal Reserve Bank of Minneapolis: **Quarterly Review**, vol. 5, n. 3, 1981.

SWEEZY, Paul M. Teoria do desenvolvimento capitalista: **princípios de economia política marxista**. 3ª ed., Zahar: Rio de Janeiro, 1973.

VALÉRIO, N. & FONTOURA, M. P. A Evolução Econômica de Angola durante o Segundo Período Colonial: uma tentativa de síntese. **Revista Análise Social**, vol. 29, 1994. pp. 1193-1208. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/350758454/Economia-de-Angola-Segundo-Periodo-Colonial>>. Último acesso: março/2019.

VAL, Vanessa da Costa; LINHARES, Lucas. O papel da moeda em Marx e Keynes. **Revista Leituras de Economia Política**, Campinas, (14): 81-107, ago-dez. 2008. Disponível em:<<http://www.revistalep.com.br/index.php/lep/article/view/53/49>>. Acesso: nov/2018.

VARGAS, Juliano & AMBRÓSIO, Heitor S. A. Comércio de Serviços Angola-Brasil: oportunidades de negócios de alto valor agregado. **Revista Eco da Graduação**, vol. 3, n. 1 (5), janeiro-julho, 2018, pp. 49-68. Disponível em:<<http://ecodagraduacao.com.br/index.php/ecodagraduacao/article/view/58>>. Acesso: dez/2018.

VASCONCELLOS. M. A. Sandoval de. Economia: **Micro e Macro**. Editora: Editora Atlas. Edição: 4, São Paulo, 2006.

VOLOKH, Alexander. **Externalities**. The Encyclopedia Of Libertarianism, 2008. Disponível em:<<https://www.libertarianism.org/encyclopedia/externalities>>. Acesso: jan/2018.

Outros links acessados

AGÊNCIA ANGOLA PRESS (ANGOP). Bié: **MPLA Promove Palestra sobre Agenda Nacional de Consenso**. Bié-Angola, 2005. Disponível:<http://www.angop.ao/angola/pt_pt/especiais/historico/angola-30-anos/2005/10/45/Bie-MPLA-promove-palestra-sobre-Agenda-Nacional-Consenso,1c5826cf-2fa1-4733-afba-d697bb9c23ab.html>. Último acesso: março/2019.

_____. **Reunião sobre a Agenda Nacional de Consenso**. Luanda-Angola, 2007. Disponível:<http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2007/3/14/Agenda-nacional-consenso-constitui-destaque-noticiario-politico,db6c875c-9a03-47ec-ad31-b9a0e5ebe194.html>. Último acesso: março/2019.

_____. Angola: **Governo angolano pede assistência técnica ao FMI (Programa de Financiamento Ampliado (Extended Fund Facility – EFF)**, 2016. Disponível:<http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/3/14/Angola-Governo-angolano-pede-assistencia-tecnica-FMI,b8eb8cee-5e24-4a9a-a938-e49508b8037f.html>. Último acesso: março/2019.

BANCO MUNDIAL. **Indicators Angola**, 2019. Disponível:<<https://www.worldbank.org/pt/country/angola>>. Acesso: jan/2019.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Definições e Indicadores**. 2019. Disponível:<<http://www.bna.ao/>>. Acesso: jan/2019.

_____. Plano de 2010. **Comitê de Política Monetária**, 2019. Disponível:<<http://www.bna.ao/>>. Acesso: jan/2019.

COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC). **Indicadores Econômicos**, 2019. Disponível:<<https://www.sadc.int/>>. Acesso: dez/2018.

FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI): **Transcrição de uma chamada de Conferência em Angola. Acordo stand-by com Angola em 2009**. Novembro, 2009. Disponível:<<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/54/tr112509>>. Último acesso: março/2018.

_____. **Plano Stand-By 2011**. Angola-Luanda, 2011. Disponível:<<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11346p.pdf>>. Último acesso: março/2019.

_____. Angola-Temas Seleccionados. **Relatório n.18/157**, 2018. Disponível:<<https://www.imf.org/pt/Publications/Issues/2018/o6/11/Angola-Selected-Issues-45958>>. Último acesso: março/2019.

GOVERNO DE ANGOLA-MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (MINPLAN). **Plano de Desenvolvimento (PD) 2003-2004**. Angola-Luanda, 2014. Disponível:<<http://www.mep.gov.ao/>>. <<http://www.governo.gov.ao/>>. Último acesso: março/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Indicadores econômicos e sociais**. Angola-Luanda, 2019. Disponível:<<http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xid=censo2014>>. Acesso: dez/2018.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA (MINFIN). **Indicadores**. Angola-Luanda, 2019. Disponível:<<http://www.bna.ao/>>. Acesso: jan/2019.

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA-PT). **Programas e planos de Governo 2007, 2019**. Luanda-Angola, 2019. Disponível:<www.mpla.ao>. Acesso: fev/2019.

_____. **Objetivos nacionais para a governação**. Luanda-Angola, 2019. Disponível:<www.mpla.ao>. Acesso: fev/2019.

Trading Economics. **Indicators**. 2019. Disponível:<<https://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>>. Acesso: jan/2019.